

SOLANGE MARIA BEGGIATO MEZZAROBA

**BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA:
RELAÇÃO ENTRE USO E DOMÍNIOS SOCIAIS**

MARÍLIA, SP
2006

SOLANGE MARIA BEGGIATO MEZZAROBA

**BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA:
RELAÇÃO ENTRE USO E DOMÍNIOS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Raul Aragão Martins

MARÍLIA, SP
2006

M617b Mezzaroba, Solange Maria Beggiato
Bebidas alcoólicas na adolescência: relação entre uso e domínio sociais /
Solange Maria Beggiato Mezzaroba – Marília: [s.n.], 2006.
XXXf.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade
de Filosofia e Ciências, Marília, SP.

Orientador: Dr. Raul Aragão Martins

1. Bebida alcoólica – Adolescência – Uso. 2. Alcoolismo – Adolescência - Uso.
3. Bebida alcoólica - Adolescência – Domínio social. 4. Alcoolismo – Adolescência –
Domínio social. I. Martins, Raul Aragão. II. Título

CDU 178.1

SOLANGE MARIA BEGGIATO MEZZAROBA

**BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA:
RELAÇÃO ENTRE USO E DOMÍNIOS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Doutor em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Marília, ____ de _____ de 2006.

AGRADECIMENTOS

Para que este trabalho fosse realizado, muitas pessoas dele participaram direta ou indiretamente. Quero neste momento apresentar os meus sinceros agradecimentos a todas elas, e especialmente:

- Aos adolescentes que tiveram o desprendimento e coragem de participar das etapas da pesquisa e especialmente aqueles que tão cordialmente se colocaram a disposição para a realização das entrevistas, abrindo mão de algumas horas de seus estudo e lazer;
- À direção das escolas pesquisadas, pela permissão para entrarmos na instituição dando-nos o apoio necessário. Na oportunidade gostaria de agradecer especialmente ao Professor Alderi Luis Ferrarezi, Rosa Maria Cardoso, Alceu Martins de Albuquerque Filho e Maria Tereza Rebollo. A vocês que acreditaram no meu trabalho, muito obrigado;
- Ao meu orientador, professor Raul Aragão Martins que confiou, mesmo que à distância na minha capacidade. Mestre, amigo, incentivador, sempre pronto e a disposição para contribuir de forma agradável e reforçadora a todas minhas iniciativas. Firme em suas orientações, porém aberto a compreender e respeitar a opinião de seus orientandos;
- A minha fada madrinha, que sem seu empurrão hoje não estaria concluindo este trabalho;
- Quero fazer um agradecimento especial ao professor José Antonio Damásio Abib, pela sua paciência e dedicação incondicional. Sempre foi para mim um exemplo e estímulo para continuar na vida acadêmica;

- Aos meus amigos de curso Rovilson, Linete, Elisa, Andréa que juntos percorremos este caminho;
- Aos amigos e colegas de trabalho, Suely, Romilda, Vera, Sonia, Fátima, Zilah, Mari Nilza, Evangelina, Marcos, João, Elen, Luciana, que sempre estiveram atentos à conclusão da pesquisa;
- Aos meus alunos que se mostraram interessados na pesquisa e entenderam meus momentos de ansiedade;
- As minhas filhas Maria Fernanda, Mariella, Paula que por serem jovens contribuíram nas diversas discussões que tivemos sobre o meu tema de pesquisa;
- Aos meus pais que na sua simplicidade sempre me ensinaram dedicação e perseverança aos trabalhos empreendidos;
- Ao meu marido Ivan que me deu condições logísticas, arcando sempre com alguma parte das atividades cotidianas para que eu pudesse concluir este trabalho, muito obrigada.

AS ROSAS DO TEMPO
Carlos Drummond de Andrade

Admirável espírito dos moços,
a vida te pertence. Os alvoroços,

as iras e entusiasmos que cultivas
são as rosas do tempo, inquietas, vivas.

Erra e procura e sofre e indaga e ama,
que nas cinzas do amor perdura a flama.

MEZZAROBA, Solange Maria Beggiato. *Bebidas alcoólicas na adolescência: relação entre uso e domínios sociais*. 2006. 142 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2006.

RESUMO

De acordo com o V Levantamento Nacional realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, em 2004, a média de idade do primeiro uso de bebidas alcoólicas foi de 12,7 anos. Podemos concluir desse dado que os adolescentes têm adquirido o hábito de beber cada vez mais cedo. Sob efeito do álcool, o adolescente pode envolver-se em situações de risco pessoal bem como acarretar injúrias a outrem. Considerando que a conduta de beber é construída socialmente, o conhecimento de como adolescentes categorizam essa conduta e quem consideram autoridade para regular o seu uso, é importante na elaboração de programas preventivos e de intervenção. A partir da constatação dessas questões este trabalho foi desenvolvido tendo como objetivos: identificar os adolescentes (de uma escola pública e de uma particular) que faziam uso abusivo de álcool e analisar como os mesmos viam este hábito e quem eles reconheciam como autoridade para controlá-lo. Inicialmente realizamos um rastreamento com 65 jovens que consentiram em participar da pesquisa. Para o rastreamento utilizamos o AUDIT, instrumento que permite identificar por meio das respostas apresentadas, o nível de consumo alcoólico. Com seis adolescentes que obtiveram escore positivo no AUDIT, realizamos uma entrevista semiestruturada, buscando apreender a concepção que os mesmos tinham em relação ao fato de beberem de forma abusiva, quem eles consideravam autoridade para controlar o hábito, como julgavam esse comportamento e em que domínios sociais enquadravam tal ato. Os resultados obtidos mostraram que os jovens entrevistados não associam o hábito de beber abusivamente com questões morais. Acreditam que o comportamento de beber abusivamente está ligado aos domínios pessoais e prudenciais, ou seja, dizem respeito apenas a eles, e mesmo que as conseqüências advindas deste comportamento sejam prejudiciais a outros, não teriam relação com questões morais. Têm a crença de que necessitam passar por experiências próprias de bebedeiras e situações de risco para perceber a gravidade da situação. Portanto, propagandas, conselhos familiares, iniciativas das escolas da forma como têm sido desenvolvidas são de pouca repercussão ou mesmo não efetivas.

Palavras-chave: adolescência, domínios sociais, bebidas alcoólicas, programas de prevenção e intervenção, Piaget, Turiel.

MEZZAROBA, Solange Maria Beggiato. *Drinking problem among adolescents: relation between use and social domain*. 2006. 142 p.. Thesis (Doctors of Education) State University Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2006.

ABSTRACT

According to the V National Research carried out by Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID in 2004, the average age for alcoholic drinking consumption initiation was 12,7 years old. According to these data, the habit of drinking starts earlier every year among teenagers. Those facts should be treated as a public health issue. Under the effect of alcohol the teenager can be involved in situations of personal risk as well he/she can hurt other people. Taking into consideration that the habit of drinking is built socially, the knowledge on how teenagers classify this behavior, and who they consider an authority to keep the use under regular basis it is important for the creation of prevention and intervention programs. As from the verification of these facts, this work was carried out aiming to identify the teenagers abusing from alcohol in a private and in a public school. It was also analyzed how those teenagers deal with the addiction, and who is considered an authority for the control. Initially, we carried out a trace with 65 young people that volunteered to participate in the research. It was used the AUDIT (system) test – a tracer instrument that identifies through the answers the level of ingested alcohol. We carried out six semi-structured interview with the teenagers that presented a positive score in AUDIT. The purpose was to understand how the teenagers face the problem of abusive drinking, who they consider an authority to control problem, how they judged the behavior, and in which social level this act is kept. The results among the interviewed volunteers showed they didn't associate the habit of drinking abusively to moral issues. They believe this behavior is connected to personal and prudential domains, in other words, the problem is personal and even the consequences arisen from this behavior may be harmful to others they are not considered moral issues. They are true believers that this is part of the growing process and they need to face risk situations to evaluate how serious and dangerous they are. Therefore, we can conclude that advertisements, family advice, school orientation in the format they are being developed today are considered of low repercussion or even ineffective.

Keywords: adolescence, social domains, alcoholic drinking, prevention and intervention programs, Piaget, Turiel.

MEZZAROBA, Solange Maria Beggiato. *Boissons alcooliques à l'adolescence: relation entre l'usage et les domaines sociaux*. 2006. 142 p. Thèses (Doctorat of Education) Université Estat Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2006

RÉSUMÉ

Selon la V Statistique Nationale réalisée par le Centre Brésilien d'Informations sur Drogues Psychotropes – CEBRID en 2004, la moyenne l'âge pour la consommation de boissons alcooliques pour la première fois a été de 12,7 ans. Nous pouvons conclure de ces données que les adolescents ont obtenu l'habitude de boire chaque fois plus tôt. Ces faits doivent être envisagés comme une question de santé publique. Sur l'effet de l'alcool l'adolescent peut se compromettre dans des situations de danger personnels ainsi que d'entraîner des injures à l'autrui. En considérant que la conduite de boire est construite socialement, que la connaissance de comme les adolescents catégorisent cette conduite, et qui ils considèrent l'autorité pour régler son usage; cela est important dans l'élaboration de programmes préventifs et d'intervention. À partir de la constatation des faits, ce travail a été développé, ayant comme objectifs d'identifier les adolescents qui font l'usage abusif de l'alcool dans une école privée et publique et d'analyser comme ceux-ci voient l'usage et quelles sont les autorités qu'ils reconnaissent pour les contrôler. D'abord nous avons réalisé des pistes avec 65 jeunes qui ont consenti à participer de la recherche. Pour ces pistes nous avons utilisé l'AUDIT, instrument qui permet d'identifier à travers des réponses présentées, le niveau de consommation alcoolique. Avec cinq adolescents qui ont obtenu le score positif avec l'AUDIT, nous avons réalisé un interview semi-structuré, en cherchant d'apprendre la conception que les mêmes avaient en relation au fait de boire de manière abusive. Quels sont les autorités pour contrôler l'usage, comment ils jugent ce comportement, et dans quels domaines sociaux s'adaptent cet acte. Les résultats obtenus ont montré que les jeunes interviewés n'associent pas l'habitude de boire beaucoup aux questions morales, ils croient que ce comportement est lié aux domaines personnels et aussi de la sagesse, ou soit, que cela n'intéresse qu'à eux mêmes, en outre que les conséquences survenues de ce comportement sont préjudiciables aux autres, elles n'ont pas de relation avec les questions morales. Il s'agit de croire qu'ils nécessitent passer par des propres expériences d'ivresse et des situations de risque pour percevoir la gravité de la situation. Pourtant des publicités, des conseils familiaux, des initiatives des écoles sont très peu repercutés ou même inefficaces, à la manière dont elles sont faites.

MOTS-CLÉ: adolescence, domaines sociaux, boissons alcooliques, programmes de prévention et d'intervention, Piaget, Turiel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
1.1 Jean Piaget e a Construção da Moralidade	23
1.2 Elliot Turiel: a Construção dos Domínios Sociais	30
1.3 Condutas Sociais e Uso de Substâncias Psicoativas.....	48
1.4 O Uso de Bebidas Alcoólicas	54
1.5 Adolescência	58
2 MÉTODO.....	64
2.1 Participantes.....	65
2.2 Local de Realização	65
2.3 Instrumentos.....	66
2.3.1 Instrumentos do levantamento inicial	66
2.3.2 Instrumentos da entrevista	67
2.4 Procedimentos	67
2.4.1 Procedimento do levantamento inicial	67
2.4.2 Procedimento da entrevista.....	68
2.5 Análises dos dados	69
2.6 Considerações éticas	69
3 RESULTADOS	70
3.1 Levantamento Inicial	70
3.2 Resultados do Conteúdo das Entrevistas.....	73
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	78
4.1 Análise do Levantamento Inicial.....	78
4.2 Análise do Conteúdo das Entrevistas.....	81
4.2.1 Hábito de beber	82
4.2.2 Construção dos domínios sociais e a bebida	87
4.2.3 Autoridade para controlar o uso de bebidas alcoólicas	93
4.2.4 Orientações sobre o uso de bebidas alcoólicas	99

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES.....	126

INTRODUÇÃO

Reflexões sobre moralidade não constituem tema novo nas diferentes áreas de produção intelectual. Filósofos, sociólogos, psicólogos, educadores, desde há muito, vêm discutindo e escrevendo sobre o assunto. Em tempos mais recentes, especialmente após a queda do muro de Berlim, em 1989, observamos um aumento no interesse sobre a matéria, sobretudo após as lutas étnicas nos Balcãs, a reorganização europeia, a intolerância religiosa, o abalo nas estruturas financeiras tradicionais. No Brasil, com a abertura política, após anos de ditadura, pudemos perceber esse mesmo interesse, pois passamos a uma situação inédita para as gerações pós 1982 e diferente para as anteriores, ou seja, escolher seus representantes pelo voto direto e conviver com uma democracia nascente. Tais fatos apontaram para uma necessidade urgente de se discutir sobre a formação de valores, visando a contribuir, efetivamente, para uma sociedade mais tolerante, justa e solidária.

Particularmente o tema sempre nos cativou. Uma constante inquietação nos acompanhava desde o período escolar básico. Talvez pelo fato de nossa formação acadêmica ter ocorrido numa escola confessional, bastante rígida na transmissão dos preceitos religiosos, sendo a **obediência** a esses preceitos a regra fundamental. A família, por compartilhar das mesmas idéias da escola, referendava completamente a necessidade de obedecer sem questionamentos às regras impostas pela sociedade e pela religião. Obedecíamos, porém de uma forma desconfortável e intrigada. As explicações de que “porque sim” ou “porque não” ou a ausência de explicações não nos satisfaziam, mas a contestação era vista como

falta de respeito aos mais velhos e a Deus, podendo a mesma ser seguida de algum tipo de punição ou simplesmente ignorada. Obedecíamos, mas com um sentimento de que poderia ser diferente, poderia haver explicações do porquê deveríamos obedecer e o que aconteceria caso não o fizéssemos.

Nossa juventude foi marcada pela repressão. As questões de obediência foram transferidas e/ou da escola para o Estado. A ditadura militar, com propósitos disciplinadores, nos impôs, na continuidade, o dever de obediência ao Estado que representava o que era “melhor” para a sociedade brasileira, sem nos consultar se era isso que queríamos. As punições para a desobediência agora não eram mais meros castigos, retirada da mesada ou ter que confessar nossos pequenos pecados, eram humilhações, perda da liberdade, sessões de torturas físicas e psicológicas. Os medos infantis e fantasiosos, do desconhecido são substituídos agora por situações reais e próximas. Obedecíamos, mas com a sensação clara de que o fazíamos por medo de passarmos pelas mesmas histórias que escutávamos a boca pequena ou a cada professor, colega ou parente que desaparecia ou morria subitamente de inexplicáveis ataques cardíacos ou acidentes pouco prováveis.

Questionávamos esses acontecimentos. Não nos conformávamos em ter que simplesmente obedecer. Porém, faltavam subsídios na nossa formação para fazermos diferente do que havíamos aprendido. A inquietação, no entanto, persistia. Acreditávamos que deveria haver uma outra forma de nos posicionarmos frente às questões sociais, pessoais e morais, que não apenas pela acomodação e obediência.

O curso de psicologia nos apontou, mesmo que veladamente, algumas possibilidades. Eram tempos difíceis. Os atos institucionais obrigavam as

universidades a calarem-se e a calar seu alunado. Porém, uma reunião aqui outra ali, feitas meio que às escondidas, foram pouco a pouco revelando que nossa inquietação poderia ter suas razões de ser e que outras formas de pensar havia e que havia a possibilidade de se pensar, sem apenas obedecer.

Após o término do curso, logo nos inserimos em seus quadros como docente. Com a necessidade de qualificação de professores, decidimos buscar complementação de nossa formação no mestrado. Fomos admitidas no Programa de Psicologia da Educação na PUC de São Paulo, no ano de 1982, período em que se inicia a abertura política no Brasil. Isso foi decisivo e marcante para nós. A PUC, na época, se caracterizava como uma instituição contestadora que abrigava em seus quadros funcionais os defensores de uma volta ao estado de direito da nação brasileira. Tem início, neste período, a campanha Diretas Já. Sentimo-nos abrigadas naquilo que desde muito cedo almejávamos. Explicações lógicas e racionais das coisas, teorias que davam a possibilidade de pensar sobre as questões e não, apenas, obedecer. Foi um período fértil, difícil e de corrida contra o tempo, pois tínhamos que construir um sistema de referência que deveríamos ter feito num tempo adequado, mas o acaso nos proporcionava a oportunidade que agarramos com urgência.

No curso de mestrado, deparamo-nos com eminentes professores e colegas também ávidos pela construção de uma sociedade menos repressiva e respeitadora da liberdade individual, do livre pensar. Os cursos ministrados, as manifestações de que participávamos pouco a pouco vinham suprir nossas antigas indagações. Assistíamos extasiadas às aulas ministradas por mestres que voltavam do exílio. Não tínhamos pressa de que o mestre Paulo Freire (1921-1997), formulador da teoria libertária da educação, encerrasse suas concorridas palestras.

Realmente foi um momento decisivo e de profundas modificações em nossa forma de pensar. Obediência agora era sinônimo de subserviência, de alienação, de distanciamento de valores próprios. A idéia de que construimos nossos valores, nossa conduta moral estava instalada em nossas crenças pessoais e profissionais. Ao concluirmos o curso sabíamos que tínhamos ainda um longo caminho a percorrer, mas agora o faríamos por convicções próprias no sentido de sempre buscarmos respostas à nossas inquietações.

Na década de 90 (séc. XX), organizamos um curso de atualização na Universidade Estadual de Londrina para os professores do departamento, no qual atuávamos, sob a coordenação do Professor José Antonio Abib. A construção da moralidade na perspectiva de Jean Piaget figurava entre os temas propostos no programa. Na distribuição das atividades do curso coube-nos desenvolver, sob forma de seminário, justamente esse tópico. A teoria piagetiana já era por nós conhecida na época, no entanto, ocorreu nosso primeiro contato com a construção da moralidade na perspectiva deste autor. Mais do que cumprirmos com as obrigações do curso foi um acaso oportuno e estimulante desvendarmos a proposta de uma psicogênese da moralidade. Foi o início de nossos estudos e aprofundamento do tema nessa perspectiva teórica e suas possíveis aplicações na prática educacional, área de nossa atuação.

Em 1992, Bárbara Freitag editou o livro *Itinerário de Antígona: a questão da moralidade* que veio ampliar nossos conhecimentos, apresentando-nos Lawrence Kohlberg e sua proposta de educação moral. Nessa época, fomos informados de que na própria universidade, o professor Aluizio Bzuneck havia produzido suas pesquisas de mestrado e doutorado, tendo Kohlberg como suporte teórico. Bzuneck foi de inigualável paciência e atenção ao dispensar-nos seu tempo,

fazendo-nos fiel depositária de suas dissertação, tese, textos originais de Kohlberg. Tais atitudes foram um alento para continuarmos incluindo o tema em nossos programas de disciplinas de graduação e pós-graduação, bem como, nas atividades extensionistas.

Buscando estender nossos conhecimentos sobre a construção da moralidade, com a convicção e experiência própria de que é possível passar de um estado de heteronomia para outro mais autônomo, elaboramos um projeto de extensão – Autonomia Moral: um conquista pela prática - que tinha como objetivo trabalhar com adolescentes (outra grande paixão nossa) os aspectos relacionados ao tema. Vale lembrar que este período coincide com o lançamento, pelo Ministério da Educação e Cultura, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e seus Temas Transversais entre os quais figurava a Moralidade como um deles (BRASIL, 1998). Dessa forma, unimos os conhecimentos produzidos com nossos estudos, a prática e uma disposição governamental num mesmo prisma de atuação.

Apesar de muitos anos já terem transcorrido desde a conclusão do mestrado, sempre acalentamos a idéia de cursarmos o doutorado. Ora por questões profissionais, ora por questões particulares ou mesmo por não encontrar um tema que nos atraísse para a efetivação de uma pesquisa substantiva e de relevância social, o projeto era adiado.

A oportunidade surgiu quando, em conversa informal com colegas da universidade, os mesmos sugeriram transformar as atividades que vínhamos desenvolvendo no campo da moralidade, tanto prática como teórica, em alvo de pesquisa. A idéia nos seduziu e foi tomando contornos mais concretos, culminando na proposta apresentada para o ingresso no Programa em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Câmpus de Marília.

Outro feliz acaso nos aguardava. Sob a diligente orientação do professor Raul Aragão Martins, a idéia de unir adolescentes, moralidade e uma questão que vinha nos preocupando cada vez com mais força – o hábito de ingerir bebidas alcoólicas cada vez mais cedo e como maior intensidade – adquiriu propriedade, concretizando-se no presente trabalho de pesquisa.

Preocupados com a gravidade do problema, bem como com a necessidade de ações de enfrentamento do mesmo, buscamos identificar entre os adolescentes que cursavam a 3ª série do Ensino Médio, de uma escola pública e de uma particular, no ano de 2004, aqueles que estavam fazendo uso abusivo de álcool. Tivemos também como objetivo avaliar qual o julgamento que faziam em relação ao uso desta substância e quem eles consideravam responsáveis pelo controle da ingestão de bebidas alcoólicas. Esperamos que o presente trabalho ofereça ainda elementos para o enfrentamento pelas escolas de Ensino Médio, das questões relacionadas ao tema.

Buscando elucidar e contribuir para a compreensão dessa questão, o presente estudo focalizará alguns aspectos que julgamos pertinentes. No primeiro capítulo, apresentamos a teoria de Jean Piaget sobre a construção da moralidade. O autor foi um precursor, na área de psicologia, ao discutir o tema como sendo uma construção feita pela criança a partir de sua interação com o meio ambiente. Examinamos também, neste capítulo a continuidade dada à obra de Jean Piaget por seus seguidores, em especial, Elliot Turiel (1984). Turiel estava inicialmente interessado em pesquisar como se dava a passagem de um estágio para outro e na possibilidade de ocorrência de regressões no julgamento de situações morais. As pesquisas por ele realizadas o levaram à conclusão de que os julgamentos de questões morais são diferentes das convenções sociais, afirmando que os

conceitos morais são de natureza social, mas que nem todos os conceitos sociais têm componentes morais. Na seqüência, procuramos estabelecer um paralelo entre as questões sociais, morais e pessoais e o beber abusivamente em adolescentes, além de formas de rastreamento do consumo. Encerramos o capítulo com uma tentativa de definição de adolescência nos dias atuais, como essa etapa do desenvolvimento é vista na atualidade, suas transformações, características e seu envolvimento com o consumo das drogas lícitas e ilícitas.

No segundo capítulo, apresentamos o delineamento da pesquisa utilizado no presente estudo. Os resultados obtidos tanto com o levantamento inicial como com as entrevistas são apresentados no terceiro capítulo, fazendo-se indicação de como foram analisados.

A análise e discussão dos dados obtidos pelo levantamento inicial e entrevista com os adolescentes são apresentados no quarto capítulo. Nas Considerações Finais, apresentamos nossas constatações da pesquisa realizada bem como fazemos algumas indicações de como a teoria da construção dos domínios sociais pode contribuir em trabalhos e atividades de prevenção ou uso mais consciente de bebidas alcoólicas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mundo contemporâneo vivenciou nas duas últimas décadas do século XX e início do 3º milênio, acontecimentos que, indubitavelmente, provocaram mudanças nas relações interpessoais. De acordo com a compreensão e poder de análise das pessoas, os fatos adquirem dimensões diferentes, mas, sem sombra de dúvidas, todos se vêem afetados por eles o que provoca mudanças nas relações em todos os níveis. Devemos ressaltar que, na esteira dessas transformações, o desenvolvimento humano, tal qual se concebia tradicionalmente, vê-se também atingido. As faixas de desenvolvimento não se estabelecem mais como em outros tempos, tendo-se uma redefinição do que é infância, adolescência e vida adulta. Os adolescentes de classes menos favorecidas ingressam cada vez mais cedo no mercado de trabalho. Aqueles pertencentes às classes A e B vêem-se precocemente diante do dilema da escolha de um curso universitário, visando à preparação mais qualificada para atuação profissional. Podemos observar também mudanças em assuntos antes considerados prerrogativa dos adultos como: a idade de iniciação sexual, a paternidade e o consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

Em relação ao uso de substâncias psicoativas, observamos que, nos últimos anos, houve um aumento significativo no consumo de álcool e em faixas etárias cada vez mais baixas. A iniciação no hábito de ingerir bebidas alcoólicas tem ocorrido cada vez mais cedo, gerando uma fonte de preocupação entre pais, educadores e responsáveis pelas políticas públicas (PINSKY; BESSA, 2004; MARTINS, MANZATO; CRUZ, 2005; MARTINS, 2006).

Levando em consideração essa realidade, propagandas e campanhas contra o uso de drogas têm sido veiculadas pelos diferentes canais de comunicação, atualmente em nosso país. Diversos órgãos e instituições públicas, tais como: Ministério da Saúde, Secretarias de Ação Social, Organizações não governamentais, entre outros, preocupam-se com o aumento do uso de drogas e com a diminuição da idade dos usuários. Os profissionais da mídia associam artistas e celebridades esportivas, culturais entre outros, aos comerciais na tentativa de dizer não ao uso de substâncias psicoativas – SPA, consideradas ilícitas.

Paralelamente, no entanto, presenciamos campanhas também de grande vulto, muito bem elaboradas, exaltando o consumo das drogas legais como álcool e tabaco. Os mesmos artistas que dizem não às drogas ilegais, emprestam suas imagens às cervejas e mais recentemente aos “ices”, como fórmula de realização e conquistas pessoais. Nega-se, assim, o efeito tão ou mais perigoso do uso abusivo do álcool.

Embora a venda desses produtos seja proibida para menores de dezoito anos, não há, no país, uma fiscalização efetiva para coibir tal prática. O que presenciamos é que, cada vez mais cedo, o jovem tem se iniciado no consumo de bebidas alcoólicas e na prática de “beber se embriagando”, definido como o consumo de cinco ou mais doses de uma só vez, sendo uma dose equivalente a 50ml de destilado a 40%, 350ml de cerveja a 4-5%, 150 ml de vinho a 12%, 75 ml de Martini ou vermute (12 gramas de álcool). Tal situação, a nosso ver, é bastante preocupante, pois o adolescente apresenta-se mais vulnerável por estar em desenvolvimento, não sabendo avaliar adequadamente o uso de bebidas alcoólicas, o que pode levar a uma condição de uso abusivo e em muitos casos, à dependência.

Buscando entender o problema do uso abusivo de álcool por adolescentes e propor formas de intervenção, grupos de pesquisadores de diversos países têm conduzido pesquisas nesse sentido. Podemos destacar, entre outros, o projeto “*Monitoring the future*”, realizado com adolescentes americanos desde 1975 (JOHNSTONS; O’MALLEY; BACHMAN, 2003). No Brasil, pesquisas entre estudantes do ensino fundamental, médio e universitário têm sido realizadas por Carlini-Contri e colaboradores (1987), Almeida Filho e outros (1989), Scivoletto (1999), Carlini e outros (2002) e Martins (2006).

No Brasil, o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, desde 1987, vem realizando levantamentos de caráter nacional objetivando obter o diagnóstico do consumo de drogas entre os jovens brasileiros. No ano de 2005 publicou o V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 capitais brasileiras. Esse estudo teve como objetivos:

traçar o diagnóstico do consumo de drogas entre estudantes da rede pública nas capitais dos estados brasileiros; comparar a tendência do uso de drogas com os levantamentos realizados anteriormente; comparar os fatores de relacionamento familiar e aspectos pessoais associados ao uso pesado de drogas; comparar o uso de drogas entre os estudantes brasileiros e os de outros países. (GALDUROZ, 2005, p. 14)

Os dados dessa pesquisa são considerados de suma importância, pois fornecem subsídios às propostas de intervenção, prevenção e campanhas de saúde pública com dados recentes e adequados à realidade nacional. As conclusões do V Levantamento apontam entre outras questões que: 1) o uso de drogas não é exclusividade de determinada classe socioeconômica, devendo, portanto, as campanhas preventivas estenderem-se a todos segmentos da população; 2) o uso, na vida, de certas drogas foi maior para o sexo masculino, como maconha, cocaína,

etc. Para o sexo feminino o maior uso, na vida, foi de medicamentos como anfetamínicos e ansiolíticos; 3) as drogas legais, álcool e tabaco, foram as drogas com menor média de idade para o primeiro uso: 12,5 anos para o álcool e 12,8 anos, para o tabaco; 4) o bom relacionamento com os pais e a prática de uma religião parecem ser fatores protetores. O V Levantamento alerta para o fato de que, “dentre as substâncias psicotrópicas analisadas no estudo, o álcool foi a que teve menor média de idade do primeiro uso”. Sugerindo que, a “questão do álcool no Brasil é, de fato, um grande problema de saúde pública” (GALDUROZ, 2005, p. 367).

Levando em consideração os dados obtidos pela V Levantamento, várias propostas de intervenção vêm sendo desenvolvidas. Entre elas, podemos destacar o programa BASICS, desenvolvido pela equipe liderada pelo Prof. Dr. G. A. Marlatt, da Universidade de Washington, Seattle, USA (MARLATT et al., 1998; BAER et al., 2001; DIMEFF et al., 2002) que visa à moderação de uso e conseqüente redução de danos que o consumo abusivo de álcool pode provocar. Essa abordagem já foi testada em outras universidades norte-americanas (BORSARI; CAREY 2000; MURPHY et al., 2001). A partir de 1988, uma proposta de prevenção e intervenção está sendo avaliada entre os estudantes da UNESP (KERR-CORRÊA et al., 1999; KERR-CORRÊA et al., 2001a, 2001b; KERR-CORRÊA, SIMÃO; MARTINS, no prelo).

Para Martins (2006), fazer uso abusivo de qualquer substância psicoativa não ocorre por acaso ou por iniciativa individual, mas pode incluir uma multiplicidade de fatores biopsicossociais, podendo ser então vista como uma condição socialmente construída na relação entre o indivíduo e seu meio ambiente. Nessa perspectiva, o indivíduo deixa a condição passiva frente a seus hábitos de

ingestão de álcool, passa a ter possibilidade de assumir o controle de suas ações o que possibilita engajamento nas atividades de programas preventivos e/ou educativos, bem como no próprio tratamento da dependência de SPA. A percepção do indivíduo interativo e com possibilidades de controle de suas ações está baseada na teoria do desenvolvimento dos domínios sociais de Elliot Turiel (1984).

Na sua teoria de domínios sociais, Turiel (1984,1989) considera que o sujeito social é um ser em contato direto com o fenômeno social, que define, interpreta e julga, e assim, constrói interacionalmente as categorias fundamentais do conhecimento social (MARTINS, 1991). Essas interações, que envolvem pessoas e o meio ambiente, são recíprocas, e tipos qualitativamente diferentes de eventos experienciados por elas produzem os domínios básicos de pensamento social: o da moralidade e o das convenções (DAVIDSON; TURIEL; BLACK, 1983; GEIGER; TURIEL, 1983; SMETANA, 1981, 1985, 1986). Nucci (1981), em estudos posteriores, observou a existência de um terceiro domínio - o de assuntos pessoais. Tisak e Turiel (1984) mostram que há uma diferenciação entre danos causados a terceiros, pertencentes ao domínio moral, e os causados à própria pessoa, compreendido como um sub-domínio da moralidade, chamado de “regras de prudência”.

O raciocínio e o julgamento moral têm papel importante na determinação de ações em situação moral, mas não em todas as situações. Poderíamos então colocar o uso abusivo de álcool sob o domínio da moralidade? Ou estaria sob os domínios sociais apontados por Turiel, entre outros? Considerando que a conduta de beber é construída socialmente, o conhecimento de como adolescentes categorizam essa conduta, e quem consideram autoridade para

regular o seu uso, é importante na elaboração de programas preventivos e de intervenção.

Depois dessas considerações iniciais, discutiremos nesta sessão o referencial teórico utilizado para fundamentar e analisar os dados obtidos pela pesquisa. A opção pela teoria proposta por Turiel deve-se ao fato de a considerarmos um corpo teórico sólido, coerente com o tema em questão.

No item 1.1, apresentamos a teoria de Jean Piaget, pois a partir dela Elliot Turiel fundamenta e amplia o conceito de construção dos aspectos morais e convencionais que será discutido na seção 1.2. Em 1.3, estabelecemos um paralelo entre as questões sociais, morais e pessoais e o uso abusivo de bebidas por adolescentes. O uso de bebidas alcoólicas e as formas de rastrear este uso serão abordados no item 1.4. Encerramos o capítulo, com uma apresentação do conceito de adolescência nos dias atuais.

1.1 Jean Piaget e a Construção da Moralidade

A construção da moralidade tem sido objeto de reflexões, tema de pesquisa, além de preocupação constante nos meios educacionais (ARAÚJO, 1993, NUCCI, 2000; SCARIN, 2003; LEPRE, 2005; SILVA, 2004), porém, encontramos poucas iniciativas visando a aliar uso e/ou abuso de álcool e questões morais.

A construção da moralidade constitui um tema complexo, portanto uma análise compartimentalizada não dá conta de abarcar todas suas interfaces. Contribuições da filosofia, sociologia, psicologia, entre outras áreas de conhecimento, são fundamentais para a compreensão da moral, sua construção e implicações para a vida cotidiana.

Jean Piaget (1932,1977), em sua obra sobre a construção da moralidade, concilia aspectos das áreas de conhecimento citadas acima. Da filosofia, os principais inspiradores são Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant. Freitag (1992, p. 176) aponta que:

como Kant, Piaget calca a consciência moral na razão e não, como Rousseau, no coração. Mas, ao contrário de Kant e inspirado em Rousseau, Piaget nega o caráter a priori de um princípio moral e defende a tese da gênese e da educabilidade da moralidade autônoma.

De Emile Durkheim, o autor busca os elementos sociológicos relevantes para a formulação de sua teoria psicológica sobre o desenvolvimento da moralidade.

Em seu livro *O julgamento moral na criança*, publicado em 1932, Piaget nos legou sua principal contribuição para a investigação e discussão da psicogênese da moralidade. Logo no início dessa obra, o autor deixa clara sua definição de moral, como sendo "[...] um sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras" (PIAGET, 1977, p. 11). Existe uma concordância entre os estudiosos do tema quanto à definição, todavia as divergências surgem em relação a como se dá esse respeito e observância às regras. Para Piaget, a importância reside não tanto na obediência às regras, mas nas razões de se seguir algumas e não outras.

O autor adverte que "[...] a moral infantil esclarece de certo modo, a do adulto. Portanto, nada é mais útil para formar os homens do que ensinar a conhecer as leis dessa formação" (1977, p. 9). Buscando compreender as leis dessa formação, isto é, a formação dos julgamentos morais, e entendendo que o início da moralidade está no respeito às regras que são transmitidas, Piaget (1977) interrogou um grande número de meninos, sobre o jogo de bolinha de gude. Escolheu o jogo

porque acreditava que os jogos infantis são admiráveis instituições sociais, comportando um sistema complexo de regras.

Da observação do jogo de bolinhas de gude dois grupos de fenômenos evidenciaram-se: quanto à prática das regras – modo como as crianças de diferentes idades aplicam as regras para si mesmas e para os outros; e quanto à consciência da regra – modo como em diferentes momentos, as crianças compreendem as mesmas.

Em relação à prática das regras foram identificados 4 estágios sucessivos:

- a) Estágio motor e individual: (de 0 até 2 anos) – neste estágio a criança joga por jogar, ou seja, ela apenas manipula as peças do jogo em gestos repetitivos e regulares em função de sua vontade própria. A prática do jogo se caracteriza pela inexistência de regras, numa atividade individual, nada havendo de coletivo;
- b) Estágio egocêntrico: (2 a 5 anos) – segundo Piaget, “esse estágio se inicia no momento em que a criança recebe do exterior o exemplo de regras codificadas [...]” (1977, p. 23). As crianças limitam-se a imitar os adultos, parecem jogar como eles fazem. Apesar de brincarem juntas e em grupo, fazem-no ainda de forma individual, jogam cada uma para si, sem se preocuparem com as regras e a codificação das mesmas. A essa duplicidade – imitação dos outros e atividade individual - Piaget, chamou de egocentrismo;
- c) Estágio da cooperação nascente: (7 a 10 anos) –marca o início das regras coletivas. As crianças começam a fazer uso das regras, pensando em formas de organizar o jogo. Há uma preocupação em ganhar, havendo para isso uma necessidade de controle entre os participantes, o que aponta para a vigência de um único conjunto de regras a ser seguido por todos. Porém, neste estágio, ainda existe uma variação relacionada às regras gerais do jogo;

- d) Estágio da codificação das regras: (11 a 12 anos) – as regras são, agora, discutidas à exaustão. Os participantes combinam as regras minuciosamente, sendo estas conhecidas por todos. Há um interesse pelas regras em si mesmas. O jogo torna-se coletivo, e o desafio de vencer deve passar pelo respeito às regras estabelecidas antes de o jogo se iniciar.

A passagem de um estágio para outro se dá, segundo Piaget, “[...] sob os aspectos de uma continuidade sem interrupções [...]” (PIAGET, 1977, p. 24) “Não havendo linearidade e sua direção geral só é percebida quando as coisas são esquematizadas e desprezam-se as oscilações”. (PIAGET, 1977, p. 24).

Quanto à compreensão ou à consciência da regra, Piaget estabeleceu três estágios:

- a) Em um primeiro estágio, as crianças pequenas não teriam compreensão das regras, pois não haveria um jogo propriamente dito. Não existe uma obrigatoriedade das regras ao jogar. A regra não tem caráter coercivo, pois ainda é motora;
- b) Num segundo estágio, as crianças vêem as regras como sendo sagradas, tendo uma origem divina, portanto não podem ser mudadas. Quando são interrogadas sobre quem criou as regras e se podem ser mudadas, as crianças respondem que elas sempre existiram assim e que qualquer mudança pode representar uma infração grave;
- c) No terceiro e último estágio de consciência das regras, essas são vistas como sendo uma elaboração dos homens, tendo um caráter racional e autônomo. Nesse momento, é importante seguir regras, pois isso favorece a participação de todos de forma igualitária. As regras podem ser mudadas desde que haja concordância do grupo, perde assim seu sentido divino e são consideradas como leis surgidas em consequência do acordo mútuo.

Freitag (1992, p. 179) enfatiza que a construção da consciência moral pela criança, conforme teorizado por Piaget, se dá em etapas: “estruturas em

si coerentes que constituem uma totalidade, seguem uma certa seqüência, em que a estrutura anterior é absorvida pela subsequente”. Os estágios se sucedem de tal forma que o subsequente inclui o anterior, tornando-o mais complexo qualitativamente. A criança, de um estado inicial de anomia, passa pela heteronomia até alcançar a autonomia moral. Esse percurso não ocorre apenas pela simples passagem do tempo cronológico, mas sim pela interação que a criança estabelece com o mundo. As formas de interações que a criança vivencia podem contribuir para o alcance ou não da autonomia moral.

Piaget afirma haver duas formas de respeito à norma: respeito unilateral e respeito mútuo. Uma relação baseada na imposição de normas e regras pelos mais velhos, devendo os mais novos acatá-las e segui-las sem discussão, por meio da coação, é o que caracteriza o respeito unilateral. Esse tipo de relacionamento, em que os mais novos devem apenas obedecer aos mais velhos mantém o estado de heteronomia. Entendendo por heteronomia – ser governado por outrem.

A autonomia moral – isto é, ser governado por si próprio, construir suas próprias regras por meio da reciprocidade e intercâmbio de pontos de vistas – por outro lado pressupõe um relacionamento baseado na cooperação, princípio motor do respeito mútuo. Num relacionamento fundamentado pelo respeito mútuo, há trocas de pontos de vista e, neste intercâmbio, a criança vai construindo seus próprios valores, caminhando progressivamente para um estado de autonomia.

Alcançar o estágio de autonomia, segundo Piaget, depende do processo de socialização pelo qual as pessoas passam. Autonomia ideal - governar-se por si próprio - respeitando os outros e assumindo as conseqüências de seus atos, é uma possibilidade que pode vir a ser concretizada ou não dependendo das

interações realizadas no ambiente. A socialização baseada na cooperação, tendo o respeito mútuo como o sentimento que perpassa esse processo, pode levar à autonomia concretizando sua possibilidade. Já um contexto de coação, em que as regras estão preestabelecidas e mantidas por meio do respeito unilateral, mantém a heteronomia, dificultando atingir o estágio final da construção da moralidade proposto por Piaget.

Observamos que grande parte dos ambientes de socialização – família, escola - são autoritários, sendo que os indivíduos privilegiam práticas de coação e o respeito unilateral, em detrimento da cooperação e o respeito mútuo. Em vista disso, La Taille (1996, p.19) afirma que:

[...] um grande número de pessoas permanece a vida toda moralmente heterônoma, procurando inspirar suas ações em verdades reveladas 'por deuses variados' ou 'doutores' considerados a priori como competentes e 'acima de qualquer suspeita'.

Buscando entender precisamente quais as conseqüências que a pressão adulta exerce sobre a construção da moral infantil, Piaget desenvolveu um segundo grupo de pesquisas, objetivando conhecer o raciocínio das crianças em relação às mentiras e ao roubo. As investigações foram feitas a partir de breves histórias que continham situações sobre a problemática em questão. Observou também, nessa área, a ocorrência de um estado de heteronomia precedendo a construção da autonomia.

Conforme Silva (2004), num primeiro momento, “[...] a criança mostra-se, na *heteronomia*, imersa num tipo de pensamento denominado por Piaget de *realismo moral*, o qual só considera uma ação boa se ela estiver de acordo com as prescrições adultas”. A regra é entendida e observada em seu sentido literal, não levando em consideração as intenções e os motivos da

conduta. Posteriormente, por volta de nove anos, a criança supera o realismo moral, passando a construir a idéia de que fazer o bem não necessariamente significa agir de acordo com as regras colocadas pelos adultos (SILVA, 2004). A partir dessas constatações, a criança passa a se relacionar de maneira oposta às regras, iniciando um raciocínio autônomo com respeito aos deveres e obrigações morais.

A noção de justiça - outro tema pesquisado pelo psicólogo genebrino - assim como outros valores ocorrem no processo de desenvolvimento da moralidade, sendo também construída pelo sujeito. Segundo Piaget (1977), a criança acredita no que ele denomina *justiça imanente* que envolve uma correspondência direta entre falta e sanção. Apesar de ser encontrada mais freqüentemente em crianças, é possível perseverar na vida adulta com essa idéia de justiça, sem que isso possa trazer algum tipo de problema ou dificuldade. A punição pelo erro ou falta é atribuída a alguém superior. Há ainda a *justiça retributiva*, e nesse caso, acontece uma proporcionalidade entre ato e sanção subsequente. Aqui o delito não fica sem punição, e o tamanho do castigo deve ser proporcional ao dano produzido. A *justiça distributiva* envolve a noção de igualdade e reciprocidade tanto no campo dos direitos quanto no campo dos deveres. A falta ou delito é contextualizado, considerando os fatores atenuantes. A diferenciação entre a *justiça distributiva* e as demais reside na relação do adulto com a criança. Na primeira, a relação que se estabelece é de cooperação e respeito mútuo, enquanto na *justiça imanente e retributiva* a relação observada é de coação e respeito unilateral.

Lawrence Kohlberg (1927-1987), psicólogo americano, deu seqüência aos estudos da construção da moralidade iniciados por Jean Piaget. Além do interesse teórico e metodológico tinha também uma motivação prática que era

buscar subsídios para a educação da juventude americana que tivesse suas bases nos princípios da solidariedade e cooperação (FREITAG, 1992, p.194), ideal que perseguiu em diversos trabalhos realizados durante sua vida.

Em sua obra, Kohlberg (1981, 1984), mantém os pressupostos da Epistemologia Genética, enquanto estrutura teórica, porém passa defender a tese de que o desenvolvimento da moralidade não atingiria seu estado de autonomia nos períodos colocados por Piaget, mas mudanças importantes ocorreriam na adolescência, sendo que os últimos estágios de raciocínio moral poderiam completar-se na idade adulta. Buscando a verificação de suas hipóteses, desenvolveu pesquisas com adolescentes e adultos.

Kohlberg (1981, 1984) compreendeu a evolução da consciência moral pressupondo uma “passagem” progressiva e irreversível por seis diferentes estágios dispostos em três níveis de julgamento moral (pré-convencional, convencional e pós-convencional), numa perspectiva linear e universal do desenvolvimento moral. Os estágios de desenvolvimento moral seriam: (a) orientação para a punição e a obediência, (b) hedonismo instrumental relativista, (c) moralidade de aprovação e relações interpessoais, (d) orientação pela lei e pela ordem, (e) orientação para o contrato social e (f) princípios universais de consciência, avaliáveis por meio da escala de julgamento moral por ele construídas. (MILNISTSKY-SAPIRO, 2000, p. 10);

As pesquisas efetivadas por Lawrence Kohlberg despertaram grande interesse o que resultou em um significativo acervo de conhecimento bem como um número de adeptos e seguidores que continuaram sua obra após sua morte. Entre eles destacamos Elliot Turiel.

1.2 Elliot Turiel: a Construção dos Domínios Sociais

Como discípulo de Kohlberg, Elliot Turiel manteve-se fiel aos princípios epistemológicos da escola piagetiana em suas pesquisas sobre a construção do desenvolvimento social pelos indivíduos.

De acordo com Martins (1991), Turiel estava inicialmente interessado em compreender, a partir da abordagem kohlberguiana do desenvolvimento moral, como se dava a passagem de um estágio para outro e a possibilidade de ocorrência de regressões no julgamento de situações morais. Com os resultados dessas pesquisas, concluiu que os julgamentos de questões morais são diferentes de outros conceitos sociais. Turiel constata que “[...] embora julgamentos morais sejam sociais por natureza, nem todos os julgamentos sociais são morais” (TURIEL, 1975, p. 7). Portanto, faz-se necessário estabelecer as diferenças entre o raciocínio sobre os temas convencionais e aqueles de cunho moral.

Em seu livro “El desarrollo del conocimiento social” (TURIEL, 1984), Turiel apresenta sua teoria tendo como tese fundamental a idéia de que “la vida social está guiada por procesos racionales y que la construcción de diferentes categorías fundamentales de conocimiento comienza en la primera infancia” (TURIEL, 1984, p. 9). A separação em domínios de conhecimento, proposta por Turiel, não significa, segundo ele, estabelecer também uma separação entre pensamento e ação ou raciocínio individual e grupal. Ao contrário, propõe que a possibilidade de estudar os domínios do conhecimento de forma separada “ofrece una base a partir de la cual es posible comprender las interrelaciones entre pensamiento, accion y contenido cultural” (TURIEL, 1984, p. 9). Para o autor, o

conhecimento dos fatos deste mundo são construídos mediante interações com o meio social “el desarrollo social es un proceso por el cual los individuos generan modos de comprender el mundo social, realizando inferencias y elaborando teorías acerca de los acontecimientos experimentados em él” (TURIEL, 1984, p. 11).

Para Turiel, tanto moralidade como convenções, na concepção de alguns pesquisadores, têm uma função controladora que leva as pessoas a acomodar-se ao seu grupo de pertença. Estudos sobre a construção do sujeito social exigem uma conceituação sobre o que é o ambiente social, mais precisamente uma definição da cultura na qual a pessoa está inserida. O autor considera que os pesquisadores desse tema dividem-se em opiniões bem opostas. Cita Benedict, Whiting, Child como os que a vêem como um todo abrangente e integrado, concebendo a cultura como um meio pelo qual se controla o comportamento dos indivíduos. Por sua vez, considera que Geertz, Shwartz e Shweder a definem como sendo caracterizada pelas diferenças e não necessariamente integradas uns com os outros, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, fórmulas, regras, instruções – para reger a conduta. O ser humano é o animal que mais depende dos mecanismos extragenéticos e extracorporais, para pautar seus comportamentos (TURIEL, 1984). Embora os grupos difiram quanto à definição, observa-se, porém, um consenso de que, em ambos os grupos, a cultura é vista como desempenhando um papel de controle.

Turiel (1984, p.16) argumenta que “una tesis fundamental de estos enfoques es que la cultura es un principio básico que domina al individuo y que existe una correspondencia entre las posibilidades que ella ofrece y la conducta de la persona”. Insatisfeito com as duas propostas, a solução que encontra para a

“questão das relações existentes entre o meio ambiente social e o indivíduo é a proposta por Asch” (MARTINS, 1991, p. 44). Asch (1966) desenvolveu uma pesquisa, objetivando identificar como as pessoas julgam certas frases. Nessa pesquisa, Asch apresentava frases, para um grupo, cuja autoria era atribuída a um personagem da história, e para outro grupo, o autor das mesmas frases seria outro. Os resultados indicaram que as pessoas julgam as frases de acordo com a combinação conteúdo-específico e seu suposto autor. Ao analisar os resultados Asch, percebeu que a influência da situação no comportamento não pode ser avaliada sem referência ao sentido atribuído a ele pelo sujeito. A esse processo Asch denominou “determinação relacional”, acreditando que o conhecimento e a ação mudam de acordo com as condições materiais e sociais dos indivíduos, não caindo, no entanto no relativismo. Pelo contrário, Asch postula que considerar diferenças culturais em função de mudanças de direção é exatamente transcender o relativismo, pois leva em consideração as propriedades estruturais da experiência e da ação, sem, porém, abandonar o conceito de natureza humana (ASCH, 1966, p. 318). Turiel considerando que os estudos sobre cultura, propostos pelos grupos de pesquisadores por ele apontados - Geertz; Shwartz e Shweder versus Benedict; Whiting e Child - são estereotipados e falham em captar todas as nuances da sociedade e seus componentes. Propõe-se tratar a relação indivíduo/sociedade na perspectiva de Asch.

Assim sendo, Turiel passa a basear seus estudos no pressuposto de que as pessoas definem, interpretam e julgam as relações sociais, não se acomodando e nem recebendo passivamente do grupo as convenções sociais e os juízos morais. As pessoas participam ativamente na construção das categorias fundamentais do conhecimento social, em interação com o meio. As interações com

o meio constituem uma tentativa de compreender as outras pessoas e como elas se relacionam. A interação entre indivíduo e meio social é recíproca. Os indivíduos não só sofrem o controle do meio, como buscam entendê-lo, construindo suas estruturas sociais e morais.

O desenvolvimento, de acordo com Turiel (1984), implica uma expansão do conhecimento social e uma complexidade cada vez maior das interações com os outros. O autor considera que os desenvolvimentos de conceitos sociais são dependentes dos tipos de eventos vivenciados pelos sujeitos. Assim, o autor compreende o sujeito social como estando numa situação interacional como o meio ambiente social. A relação “interacional” é vista aqui como um indivíduo único interagindo com os eventos que estão presentes no seu meio ambiente social.

Fiel ao enfoque estrutural piagetiano, Turiel endossa a tese fundamental dessa teoria - o pensamento está organizado e se constrói a partir das interações da criança com o meio, em conformidade com afirmações do próprio Piaget quando declara que “[...] o conhecimento, pois, não provém em sua origem, nem dos objetos nem do sujeito, senão das interações [...] entre o sujeito e estes objetos” (PIAGET, 1975, p. 72). O pensamento e o conhecimento não estão dados na estrutura biológica do indivíduo nem provêm diretamente do meio, a idéia não é maturacional ou inatista, mas interativa. A proposta interativa afirma que o conhecimento se forma mediante a ação do sujeito sobre acontecimentos, tarefas e problemas, assim como mediante a reflexão sobre as ações, portanto as experiências influem no tipo de pensamento ou conhecimento construído (PIAGET, 1975, p. 73). A pessoa interpreta os acontecimentos mediante suas estruturas de pensamento. O modelo estrutural interativo tem como questão central o pressuposto

da existência de relações sistemáticas entre o desenvolvimento e a natureza dos acontecimentos do meio com os quais as crianças se defrontam.

Existe uma interação entre as variáveis de experiência e o estágio do desenvolvimento. Assim, podemos esperar que uma experiência similar influa de distinto modo em crianças que atravessam diferentes ou os mesmos estágios.

O desenvolvimento implica mudanças seqüenciais sistemáticas na organização do pensamento em diferentes domínios. O desenvolvimento dirige-se continuamente para um aumento de equilíbrio, de modo que cada estágio é mais equilibrado que o anterior, o que não representa simplesmente um ajuste ou conformidade às pressões externas.

As pessoas, no seu desenvolvimento, defrontam-se com tipos de acontecimentos que diferem entre si e isso contribui para a construção de distintos domínios de conhecimento. Os tipos de acontecimentos qualitativamente diferentes que experimentam, dão lugar a distintos domínios de pensamento (TURIEL, 1984, p. 47). O **domínio** é o componente organizativo das ações.

De acordo com o conteúdo das experiências são construídos os seguintes domínios:

- a) O domínio psicológico que inclui o conceito de pessoa, as conseqüências das ações realizadas afetam principalmente aquele que as praticou não havendo quebra da ordem social ou injustiça a outros (MILNISTSKY-SAPIRO, 2000, p. 12);
- b) O domínio socioconvencional com os conceitos de sistemas e relações sociais organizadas “compartilhadas pelo sujeito com seu grupo, as quais são arbitrárias e contingentes à sociedade nas quais se desenvolvem, servindo para normatizar as ações sociais”. (MILNISTSKY-SAPIRO, 2000, p. 12);

- c) O domínio moral envolvendo os julgamentos prescritivos de justiça, direitos e bem-estar. Os conceitos resultantes desse domínio “dizem respeito às conseqüências intrínsecas das ações avaliadas. Esta área compreende princípios considerados universais”. (MILNISTSKY-SAPIRO, 2000, p. 12).

A criança constrói esses conhecimentos atuando sobre os diferentes acontecimentos com os quais se defronta no seu dia-a-dia. As situações não são todas do mesmo tipo ou estão incluídas na mesma classe, ao contrário, têm propriedades diversas o que contribui para a construção das diferentes formas de conceber as interações sociais.

Dessa forma, segundo Turiel, o pensamento se organiza dentro de fronteiras mais estreitas e de acordo com certos domínios. Segundo este modelo, Turiel propõe que a construção do conhecimento social se dá dentro de domínios - moral, social e psicológico - e não se estende através de todos eles. Os domínios e seus critérios são derivados do processo de ir e vir entre a formulação de parâmetros definidos e os dados coletados no meio social. Os domínios são suficientemente amplos nos seus limites, fazendo-os ir além de níveis e tópicos específicos. Ao mesmo tempo, são menos globais do que outras formas freqüentemente usadas para classificar o pensamento social (TURIEL, 1989, p. 94).

Essa constitui, sem dúvidas, a grande contribuição efetuada por esse autor da atualidade e pouco conhecida entre os meios acadêmicos brasileiros - os pensamentos de ordem social, tanto os convencionais quanto os morais, não estão organizados em um único sistema, mas em domínios. A concepção de Turiel amplia a compreensão dos julgamentos e ações das questões convencionais e morais, contribuindo para preencher os aspectos lacunares das teorias de Piaget e Kohlberg a esse respeito. A idéia da construção do conhecimento social em

domínios fornece explicações a algumas questões sem respostas em outras teorias, tais como as aparentes regressões a estágios anteriores. De acordo com a proposta de Turiel não se trataria de regressão, mas temas relacionados a domínios diferentes.

Turiel passa a concentrar seus estudos teóricos e empíricos nas relações entre as categorias de interação social e o desenvolvimento e ações sociais. Sua atenção está, portanto, focada nos domínios sociais que se referem às convenções e à moralidade.

Face às definições apresentadas de domínio, é necessário diferenciar convenções sociais de prescrições morais. A primeira, convenções sociais, é definida como uniformidades comportamentais que coordenam as interações dos indivíduos dentro dos sistemas sociais, têm objetivos socioorganizacionais. Podemos citar como exemplos: formas de cumprimento, de vestimenta, de tratamento, entre outras. Essas formas são arbitrárias e se validam mediante consenso, portanto dependem do contexto social, podendo ser alteradas desde que haja acordo entre os membros dos grupos envolvidos. Homens russos cumprimentam-se com beijos no rosto da mesma forma que as mulheres o fazem no ocidente. É ato comum em países africanos homens andarem de mãos dadas como forma de coleguismo, sem nenhuma conotação homossexual. Em algumas regiões do Japão, as mulheres que andam com os ombros desnudos são consideradas de reputação duvidosa. Fazer uma visita a alguém sem ter marcado horário com antecedência é um comportamento inaceitável na Alemanha. No Brasil, isso pode acontecer com frequência e o fato é visto com tolerância e até sinal de amizade mais estreita.

As formas como comportar se socialmente estão relacionadas com a organização social do grupo de pertença. “Las convenciones no son estrictamente reglas, pero están constituídas dentro de unidades sociales definiendo una clase de interacciones sociales” (TURIEL, 1984, p. 53). Os atos convencionais são arbitrários, pois quando se apresentam deslocados de seu contexto original não apresentam argumentos fortes de sustentação dos mesmos. Para a mulher mulçumana, constitui uma falta grave aparecer em público com os cabelos descobertos, pois isso é visto como fonte de sedução para os homens, ato indigno para uma mulher temente aos preceitos do Corão. Num contexto em que as regras do Islã não são obrigatórias, as mulheres não têm a prática de cobrir os cabelos, e o fato de não fazê-lo não é considerado uma falta. Ao contrário, existe toda uma valorização dos cabelos como fonte de sedução, sendo visto também como um complemento importante à beleza ocidental.

Já as prescrições morais não são percebidas como modificáveis mediante consenso. Não significa, porém que sejam fixas e inalteráveis. Ao fazermos uma análise retrospectiva, é possível observarmos mudanças históricas em aspectos específicos, podendo citar entre outros, a escravidão. Porém, as mudanças que ocorreram não foram feitas por meio de consenso, mas sim pelos méritos intrínsecos e necessários a esta mudança. As ações para extinguir o trabalho escravo não foram arbitrarias ou fruto de acordos sociais, mas por sim acreditar-se tratar de ato indigno para com semelhantes de outra raça. Embora as prescrições morais façam parte da organização social, não estão definidas por ela, nem sua justificação se baseia em seu status de regulação explícita ou implícita. As teorias morais baseiam-se em conceitos acerca do bem-estar das pessoas, seus direitos e justiça. Estão ligadas, portanto, a questões obrigatórias e universalmente

aplicáveis, servindo para qualquer pessoa quando em situações similares. Não se baseiam em preferências individuais ou em inclinações pessoais, decisões dessa natureza estão mais relacionadas às convenções sociais. As prescrições morais são analiticamente independente dos sistemas socioorganizacionais, não que estejam à parte deles, mas os argumentos que os fundamentam são de outra ordem.

Tendo em vista a hipótese estrutural de que a criança está em interação com o meio e é desta forma, que ela constrói os juízos sociais Turiel e colaboradores desenvolveram diversas pesquisas visando à análise tanto da natureza dos acontecimentos sociais como da forma pela qual as pessoas interpretam os acontecimentos (TURIEL, 1984, p. 57). Turiel apresentava para as crianças situações que envolviam tanto questões de ordem convencional, como chamar a professora pelo nome de batismo - o que é considerado falta de polidez nos países onde foram realizadas as pesquisas - como questões que envolviam aspectos morais - usar de força física para conseguir seu objetivo, roubar, discriminar, entre outros. Como resultado percebeu que as crianças não necessitam de que os outros lhes digam ou lhes sirvam de modelo para considerar uma atitude como sendo má ou transgressora. Concluiu que “[...] el niño puede generar prescripciones mediante abstracción a partir de experiencia misma (ya sea como observador o como participante)” (TURIEL, 1984, p. 59). Elas formam juízos de bom e mau, de justo ou injusto, quando estão tentando entender as experiências sociais. Os juízos não estão presentes na experiência mesma, mas evoluem a partir dela e nas relações que estabelecem com ela.

A criança experimenta acontecimentos sociais de ordem convencional que supõem um conjunto de regras socioorganizativas assim como os de ordem moral que implicam conseqüências intrínsecas a eles. Também visando a

fundamentar essa posição Turiel realizou uma série de estudos observacionais. A partir destes estudos, obteve duas medidas inter-relacionadas: a primeira está ligada às transgressões sociais e a segunda se refere às formas de interação social geradas por cada classe de transgressão.

Em relação às transgressões sociais, observou que elas criam oportunidades para que os envolvidos se comuniquem entre si, observando as normas sociais. Esta comunicação oferece uma retroalimentação à pessoa que transgride a regra e constitui um acontecimento que pode ser observado por outros sujeitos que não participam diretamente nesse fato concreto, mas abstraem informações quanto a suas conseqüências e resultados, tomando um cunho educativo.

Outras pesquisas realizadas pela equipe de Turiel (1984, p. 69) demonstraram que as crianças apresentam respostas adequadas em situações convencionais como em prescrições morais e começam a construir de modo separado, diferentes classes de juízos em relação a cada domínio. As crianças, portanto, elaboram inferências sobre os acontecimentos que experienciam. A afirmação de que as interações indivíduo-meio são recíprocas e não ocorrem em uma só direção, segue que a natureza do acontecimento é importante na hora de saber o que a criança abstraiu dele. As investigações têm demonstrado também que os padrões de interação social próprio de cada domínio aparecem em diferentes idades e contextos.

Cada domínio de juízo tem diferentes cursos de desenvolvimento. Deve-se abordar o problema das origens do pensamento em termos de uma análise de domínios. Isso significa que as crianças começam a formar juízos morais distintos numa idade muito precoce, graças as suas interações sociais e que, ao crescer,

esses juízos podem transformar-se em outros qualitativamente diferentes, conservando ainda assim sua qualidade moral.

Turiel propõe que a moralidade e as convenções sociais representam categorias básicas de juízo social. Essas categorias, porém, segundo ele, não são construídas a partir das interações sociais da criança, mas que o comportamento dos adultos e a comunicação que deles provêm é que são os responsáveis pelo comportamento e os juízos das crianças. As respostas dos adultos refletem a forma cultural específica de distinguir entre os acontecimentos sociais.

Ao fazer a proposta de que as categorias de juízos sociais se organizam dentro de domínios e que o desenvolvimento propicia transformações nestas formas de organização, aponta para a necessidade de especificar e analisar empiricamente dois aspectos dos conceitos sociais: os critérios de julgamento e suas categorias de justificação. Os critérios de julgamento se referem às categorias usadas pelos indivíduos na identificação e classificação dos parâmetros de domínio de conhecimento e as categorias de justificação dizem respeito à forma de raciocínio dentro de um domínio de conhecimento. São essas formas que dão corpo às hipóteses que subjazem às transformações relacionadas com a idade (TURIEL, 1984, p. 69). Pesquisas realizadas por Turiel e colaboradores (1989, p. 95) documentaram que moralidade era identificada e definida através de critérios como obrigatoriedade, não sendo determinada por inclinações pessoais, imutáveis não assentados em bases arbitrárias e aplicáveis em todas as situações e em todos contextos sociais. Já as convenções sociais eram vistas como contingentes a aspectos de cada sistema social. Elas existem para coordenar as interações sociais, são contingentes às regras, autoridade e existência prática.

Um ato convencional pode se converter numa questão moral. Isso sendo entendido pelas conseqüências que este ato provocaria à própria pessoa que o realiza ou a outrem. Beber se embriagando, não é julgado como uma questão moral, mas embriagada a pessoa pode provocar danos a ela e a outros que não necessariamente estejam envolvidos com seu comportamento de beber.

Os conceitos sociais podem e têm implicações com os conceitos morais. Beber não é visto como pertencente aos domínios morais, mas as conseqüências desse comportamento, sim.

Ao propor que existe uma relação não arbitrária entre raciocínio e acontecimento, supõe-se que a orientação do indivíduo até eles, sejam morais ou convencionais, não derivam por completo da própria cultura.

A concepção construtivista interativa do desenvolvimento supõe a existência de um tipo de relação diferente entre os domínios conceituais e os acontecimentos sociais. Os conceitos sociais e seus conteúdos não são unidades previamente formadas e que são transmitidas já elaboradas ao indivíduo, mas se constroem mediante um processo de desenvolvimento. Os conceitos sociais, os acontecimentos que estimulam a formação desses conceitos e os que constituem seu objeto formam, uma vez construído, um conjunto de componentes inter-relacionados.

Os conceitos morais são construídos por meio de experiências da criança com as ações interpessoais que têm conseqüências intrínsecas, enquanto que os convencionais o fazem mediante as experiências com elementos do sistema social e situações de coordenação cuja natureza é arbitrária.

Segundo Turiel (1984), existe um tema para cada domínio. Isto é, os conceitos morais se relacionam com o tema de justiça, dos direitos e do bem estar, enquanto que os convencionais estão relacionados com a organização social.

Transformar acontecimentos em conceitos depende de uma atividade interpretativa. Um tema, no entanto, pode estar relacionado a dois domínios. Podem entrar em conflito ou em concordância. Um dos exemplos mais claros dessa possibilidade talvez seja aquele em que as decisões morais estejam em contradição com as funções socioorganizativas.

Beber numa festa é considerado aceitável e até bem visto como forma de interação entre os participantes da mesma. Permite uma socialização e partilha um comportamento comum. Porém, quando foge aos parâmetros tidos como aceitáveis e com conseqüências desastrosas tanto para a pessoa embriagada como para os participantes da festa, estabelece-se um conflito com a proposta inicial. Outro aspecto a ser ressaltado é quem pode ter este comportamento ou não. É aceitável que os adultos ingiram bebidas alcoólica em festas, mas não o é para as crianças ou menores de 18 anos. São situações conflitivas com limites tênues.

A fim de confirmar empiricamente suas afirmações, Turiel e seus colaboradores realizaram diversas pesquisas nas quais utilizaram tanto o método observacional, seguido de entrevistas, como o de histórias-estímulo padronizadas. Por meio dessas pesquisas chegaram a conclusões importantes para o estudo da formação das convenções sociais e dos juízos morais.

Smetana (1981, p. 135), em seu trabalho com crianças, concluiu que as transgressões morais são consideradas mais graves do que as transgressões de regras convencionais, devendo ser punidas (MARTINS, 1991). Nucci e Nucci (1982, p. 406) também encontram resultados que corroboram os dados das pesquisas de

Smetana, apontando que, além disso, há “uma evolução na forma das crianças reagirem às transgressões morais, as menores pedem a intervenção dos adultos, enquanto as maiores pedem ao agressor que se coloque no lugar da vítima”.

As constatações obtidas pelas pesquisas sugerem que as crianças, desde muito cedo, começam a diferenciar o evento social do moral por suas próprias características. Na seqüência, Turiel (1984) e colaboradores passaram a realizar pesquisas com objetivo de detalhar aspectos da teoria do desenvolvimento social em domínios.

Smetana (1985) realizou investigações, buscando examinar o julgamento de crianças por meio de histórias que tinham atributos associados com os domínios social e moral. Suas conclusões sugerem que as inferências feitas pelas crianças vêm de diferentes temas de interações moral e convencional, ao invés de adquirirem o conhecimento de atos específicos.

Após essas pesquisas, Smetana (2003, p. 260) dirige sua atenção para a compreensão da legitimidade da autoridade paterna em adolescentes, em atos de diferentes domínios sociais. Os resultados indicaram que as concepções dos jovens e seus pais sobre a autoridade paterna mudam durante a passagem para a adolescência e que essas concepções são diferenciadas de acordo com os domínios.

Os sistemas sociais possuem regras e proibições para sua organização, bem como sanções para quando as mesmas não forem acatadas. Tanto as regras e proibições quanto as sanções são forças controladoras dos comportamentos das pessoas. Faz-se necessário, pois, analisar qual o papel que as mesmas ocupam no desenvolvimento social dos indivíduos e sua relação com a construção dos juízos morais e convencionais. A filosofia, as ciências jurídicas e a

psicologia têm se ocupado em estudar qual o efeito das regras como fonte reguladora das ações das pessoas. As posições adotadas por diferentes autores se aproximam ou se conflitam dependendo da teoria adotada. Dentre elas, podem-se destacar os trabalhos realizados por Piaget (1932,1977) e Kohlberg (1981,1984) entre outros. Esses autores assinalam que “[...] el desarrollo de la comprensión de las reglas se caracteriza por un cambio em el modo em que los niño pequeños las conciben,” (TURIEL, 1984, p. 101). Inicialmente vêem as regras como sendo algo fixo e imutável para posteriormente em estágios mais avançados, admitirem mudanças desde que haja acordo entre as partes envolvidas. Turiel (1984, p. 101), porém faz notar que “[...] em estos estudios las reglas asociadas com diferentes domínios y contextos (por ejemplo, juegos, lenguaje, moralidad y convención) se clasifican todas dentro del mismo grupo”. Estudos apresentam a idéia de que o indivíduo possui um conceito unitário das regras, pois não levam em consideração os diferentes domínios de pensamento e seus contextos.

A teoria de construção dos domínios de pensamento elaborada por Turiel propõe que as crianças e os adolescentes não tratam as regras igualmente de forma unitária, mas, as avaliações e os juízos sobre elas variam segundo o domínio específico (TURIEL, 1984, p. 103). Desta forma, regras e sanções são classificadas de acordo com o evento em questão – social ou moral – sendo que nestes domínios as regras são sociais, sua justificação básica repousa na organização social (domínio convencional) e na justiça e bem-estar (domínio moral). As regras prudenciais não se encaixam nestes domínios, sua justificação básica e sua fonte de autoridade são o interesse próprio. A razão para acatá-las, seria evitar danos a si próprio. A violação desse tipo de regra acarreta conseqüências imediatas. Beber em excesso pode ter como conseqüência danos físicos ou passar por vexames que

denigrem a imagem da pessoa embriagada. Observar ou não as regras prudenciais - já que elas dizem respeito ao interesse pessoal - está mais relacionada às estimativas de suas conseqüências danosas advindas de suas práticas, do que das questões sociais.

Os temas ligados às concepções individuais, sobre assuntos pessoais, recaem no domínio psicológico ou pessoal. Esse domínio reúne “o conjunto de ações que definem os aspectos privados da própria vida individual, onde a questão `certo ou errado` é uma preferência em vez de obrigação” (MARTINS, 1991, p.75).

Os resultados das pesquisas conduzidas por Turiel (1984) sugerem que a criança, desde muito cedo, forma conceitos sistemáticos sobre as regras, porém, não unitários. Para compreender o que as pessoas pensam sobre as regras, deve-se certificar de que tipo de regras está-se falando, é importante ter-se em conta a qual domínio ela pertence.

Turiel conclui que a orientação para as regras não é apenas uma questão de obediência ou desobediência. “Los niños formam concepciones acerca de las funciones de las reglas y de la relación entre éstas y su acto correspondiente” (TURIEL, 1984, p. 125).

Ao analisar o desenvolvimento dos conceitos de convenção social e os de prescrição moral, Turiel estabeleceu a hipótese de que a diferenciação entre os temas dos diferentes domínios emerge muito cedo na vida, mantendo-se por toda a infância, adolescência e vida adulta. Acreditando mesmo que o desenvolvimento desses conceitos se inicia antes da idade de três ou quatro anos. Com o objetivo de comprovar sua hipótese, realizou uma série de pesquisas e constatou que as mudanças nos conceitos socioconvencionais acontecem num processo gradual que

se diferenciam desde a idéia da convenção como descrição da uniformidade social (aos 6 ou 7 anos) até alcançar a concepção das convenções como coordenação das interações sociais (18 – 25 anos). As mudanças na forma de pensar ocorrem mediante a negação das formas anteriores e afirmação da subsequente. “La afirmación lleva a la negación, que, a su vez, desemboca em la afirmación” (TURIEL, 1984, p. 134). Tal proposição é compatível com a idéia de que o desenvolvimento dá-se graças ao processo de equilibração. As mudanças nas formas de pensar sobre os aspectos sociomoraes surgem dos conflitos, dos desequilíbrios diante dos acontecimentos vivenciados. O pressuposto básico do estruturalismo piagetiano se mantém quando está presente a idéia de que cada forma de pensar representa uma reorganização estrutural da anterior. O nível anterior passa a fazer parte do novo apresentando uma forma qualitativamente diferente.

Na investigação dos domínios socioconvencionais, morais e pessoais, é de fundamental importância que os acontecimentos ou temas escolhidos sejam apropriados para o domínio que se está pesquisando, lembrando também que há a possibilidade de certas situações incluírem uma combinação de domínios, envolvendo a coordenação de diferentes tipos de juízos. Assim, algumas práticas sociais – como beber socialmente – cumprem funções socioorganizativas de natureza convencional: numa festa onde há bebidas alcoólicas os participantes devem usufruir delas. Porém, a violação das práticas sociais – beber em excesso – pode ter implicações morais se isso causar danos a outros. Os juízos basicamente convencionais podem assumir implicações morais secundárias. Assim sendo, situações que exigem uma decisão de comportamento moral incluem também componentes sociais de natureza não moral que podem afetar o processo de

tomada de decisão. Essas situações dependem da coordenação de juízos de diferentes domínios.

Os comportamentos das pessoas nem sempre têm correspondência estreita com seus juízos morais. Pode-se julgar uma situação hipotética de uma forma e, quando a mesma ocorre, comportar-se de outra. Isso pode prender-se ao fato de que, quando está julgando a situação sem participar dela, a pessoa não tem todos os dados referentes à mesma. Outro aspecto a ser considerado é que não se pode prever o comportamento das pessoas quando em situações extremas ou quando vivenciando uma situação que, fora dela, tenha julgado que se comportaria de uma forma considerada moral e aceita pela organização social.

Muitas situações incluem componentes de mais de um domínio que devem coordenar-se simultaneamente. Milgram (1974) pôde constatar tal situação quando realizava um conjunto de experimentos que tinham como objetivo analisar a obediência à autoridade. Num destes experimentos, o sujeito era instruído a administrar choques elétricos cada vez mais potentes a um aprendiz, sob a alegação de que esses choques levavam a uma aprendizagem mais eficiente. O aprendiz era cúmplice do experimentador e estava colocado numa sala ao lado do sujeito, não podendo ser visto. Os choques não eram administrados realmente. A cada resposta errada que o aprendiz dava era aplicado um choque, sendo os volts aumentados gradualmente até 450. O experimento é relatado na íntegra no livro *A obediência à autoridade* de Milgram, editado pela primeira vez em 1974.

Embora não considerando adequado ou moralmente correto, o sujeito continuava a ministrar os choques sob pressão do experimentador. O que pode demonstrar que o sujeito estava sob a coordenação de juízos de domínios

diferentes. O sujeito cedia às convenções socioorganizativas – tinha que obedecer – embora julgasse moralmente incorreto.

Turiel aponta para o fato de que as investigações de Piaget em relação ao desenvolvimento da moralidade, realizadas em 1932, estavam estreitamente relacionadas às suas explicações do desenvolvimento cognitivo e não social. As pesquisas efetuadas por Turiel levam em consideração a separação entre moralidade e convenção, investigando assim de modo direto as concepções infantis sobre convenção. Segundo Turiel,

El hecho de que los niños discriminen de modo sistemático entre diferentes clases de reglas indica que las entienden e interpretan desde la perspectiva del modo de razonar específico del dominio al que pertenecen. (TURIEL, 1984, p. 184).

Isso evidencia a necessidade de, ao se fazer uma análise evolutiva do desenvolvimento dos conhecimentos socioconvencionais, morais e pessoais, ser preciso especificar as origens do domínio do qual está se falando. Os juízos diferenciados não implicam que nestes domínios não aparecem mudanças evolutivas, mas que os precursores dos juízos mais avançados se originam dentro dos domínios.

1.3 Condutas Sociais e Uso de Substâncias Psicoativas

Na adolescência, de acordo com a teoria de desenvolvimento de Jean Piaget, explicitada no livro *Seis Estudos de Psicologia*, 1986, o jovem pode alcançar o raciocínio hipotético-dedutivo, o que possibilita generalizações, abstrações e articulações reflexivas. Da síntese desses novos elementos, surgem

questionamentos dos princípios e regras da sociedade, da escola, da religião e da família.

O desenvolvimento cognitivo constitui-se num aspecto essencial para o desenvolvimento da moralidade, porém não suficiente, ou seja, ter autonomia intelectual não é suficiente para o desenvolvimento de uma moral autônoma. Ser autônomo moralmente depende de iniciativas diversas das questões acadêmicas, depende de discutir, analisar as situações conflitantes que surgem no dia-a-dia por meio de uma visão autônoma. Os adultos têm papel fundamental para que isso ocorra.

Visando a uma melhor compreensão sobre abuso de álcool, pesquisas têm buscado relacionar fatores psicológicos, biológicos, ambientais entre outros. Os aspectos do desenvolvimento sociomoral, no entanto, não têm recebido atenção como um aspecto que deve ser considerado como parte do problema e também incluído na solução do mesmo.

Berkowitz e colaboradores (1991) realizaram uma revisão de literatura, assim como um estudo piloto, tendo como objetivo analisar a influência do raciocínio sociomoral na decisão do jovem para se envolver com o uso/abuso de substâncias psicoativas. A revisão da literatura realizada apontou para ênfase nas predisposições fisiológicas e psicológicas, o que caracterizaria o uso de substâncias psicoativas como um comportamento fora do controle pessoal de quem o faz, sendo considerado como doença ou predisposição genética. Peele (1987) argumenta, no entanto, que não é correto caracterizar o uso de drogas dessa forma, pois:

culturas que promovem a crença que as pessoas são responsáveis pelo uso de drogas, como os judeus e chineses, tendem a ter menores índices de abuso, do que aquelas que acreditam que o uso está fora do controle pessoal como os americanos nativos e os irlandeses americanos. (PEELE, 1987, p. 189).

Tal fato aponta para a necessidade de se incluir as variáveis sociomorais na análise do uso de substâncias psicoativas, principalmente aquelas consideradas lícitas, como o álcool, e que são aceitas e utilizadas em situações sociais comemorativas e de confraternização.

Derivados inicialmente de abordagens utilitarista sobre comportamento anti-social e criminal, têm surgido muitos modelos cognitivistas sobre abuso de substâncias químicas. Esses modelos geralmente propõem que a decisão para se envolver em comportamentos aditivos de drogas e álcool é gerada no cálculo individual que o usuário faz da relação entre custo e benefício desse comportamento. Segundo esse modelo, as pessoas interpretam que os benefícios dos efeitos do uso da droga - como uma possível redução de estresse, alteração de humor, estados de prazer intenso, desinibição - são maiores e melhores do que o custo do consumo - dependência, envolvimento com comportamento ilegal, questões financeiras, entre outros. Essa perspectiva sugere que alguns indivíduos decidem ser usuários de drogas. A disparidade entre custo e benefício pode ajudar a explicar porque as pessoas cada vez mais se sentem atraídas para comportamento de uso de drogas. Os efeitos positivos são imediatos ao passo que as conseqüências negativas se dão a longo prazo, muitas vezes, quando a dependência já está instalada.

De acordo com os autores mencionados, existem na literatura alguns fatores que dificultam o estudo da relação entre abuso de drogas e valores. Atualmente há mais valores de concordância do que discordância entre usuários e não usuários de drogas e álcool. Em décadas passadas, havia discriminação para com os jovens que faziam uso abusivo de substâncias psicoativas, sendo as pessoas estigmatizadas socialmente por esse comportamento. Hoje observa se uma

grande tolerância para com os usuários, não sendo os mesmos discriminados pelo seu vício. Alguns jovens relatam que se isso for um critério para fazer ou não amizade, resultaria na falta quase total de amigos, numa referência a uma conduta quase que generalizada pelos jovens. Outro aspecto levantado seria uma falha na literatura em distinguir entre o que seriam valores morais e outros tipos de valores. Por outro lado não fica claro de que forma o sistema de valores gerais de uma pessoa tem relação direta na sua decisão em se envolver ou não com o uso de drogas.

Utilizando-se da teoria da construção dos domínios sociomoraes proposta por Turiel (1984), Nucci, Guerra e Lee (1991), realizaram uma pesquisa que tinha como objetivo identificar como adolescentes usuários e não usuários de drogas classificavam o uso de drogas ilegais. Os adolescentes que faziam uso de drogas tendiam a identificar esse comportamento como sendo mais uma questão de ordem pessoal ou prudencial do que de ordem socioconvencional e a única fonte legítima de autoridade para controlar o uso eram eles mesmos. Sendo uma questão pessoal, os jovens não reconhecem como autoridade nenhuma outra fonte controladora que não sejam eles próprios, acreditando-se capazes de controlar o envolvimento com as substâncias psicoativas e seu uso. Para eles, o controle e, até mesmo a suspensão ocorre pela experiência adquirida pelo uso e observação de suas conseqüências.

Blasi, Kohlberg e Candee e Rest (apud BERKOWITZ et al., 1991) realizaram diferentes estudos que apontaram a existência de uma relação significativa entre raciocínio moral e o comportamento ilegal e anti-social. Blasi utilizou, em sua pesquisa, uma população de adolescentes delinqüentes para analisar a relação entre raciocínio moral e comportamento moral. Os resultados

apontaram que indivíduos delinqüentes usaram modelos de desenvolvimento de raciocínio moral mais baixo do que os não delinqüentes. Blasi concluiu que o raciocínio moral é um importante aspecto a ser considerado na delinqüência. Gibbs (1987), Gibbs et al outros (1984) em suas pesquisas e estratégias de intervenção com adolescentes delinqüentes, corroboraram a conclusão de Blasi.

Envolver-se com o uso de drogas lícitas ou ilícitas é uma questão que não pode ser atribuída a um único fator, mas trata-se de comportamento que reúne vários aspectos, entre eles, os domínios morais. Berkowitz e colaboradores (1991), visando entender a relação entre desenvolvimento sociomoral e o uso de drogas, propõem que um estudo mais completo ocorreria com a conjunção da abordagem dos domínios para o raciocínio social com o entendimento que eles têm sobre o curso do desenvolvimento dos domínios morais.

A abordagem dos domínios sociais define moralidade como sendo ações pessoais vinculadas às questões de bem estar e justiça. Ações morais são distintas de convenções sociais e questões pessoais. Mais recentemente, Tisak e Turiel (1984) adicionaram a *prudência* como uma outra categoria para descrever atos pessoais que são potencialmente perigosos para a própria pessoa. Na perspectiva dos domínios sociais, a pessoa, quanto solicitada a classificar suas ações, pode colocá-la em uma das categorias básicas – convencional, moral ou pessoal - ou pode interpretar a ação em termos de mais de uma categoria, exigindo a coordenação do conhecimento de mais de um domínio. Smetana (1982) realizou pesquisas visando analisar como mulheres consideravam o aborto, se viam como uma questão moral vinculada à outra vida humana ou se o aborto era visto como uma questão pessoal, sem conseqüências morais. Como parte do procedimento, Smetana (1982) utilizou a categorização dos estágios morais de Kohlberg. Na

conclusão, a autora aponta que as mulheres que percebiam o aborto como uma questão moral, encontravam-se em um estágio de desenvolvimento maior do que as mulheres que acreditavam ser o aborto uma questão pessoal.

O mesmo raciocínio poderia ser empregado para a questão do uso de substâncias psicoativas? Seria possível aplicar o modelo dos domínios sociais visando a identificar se os usuários percebem seu comportamento como uma questão convencional/pessoal ou se percebem como uma questão moral que pode causar danos para si próprio assim como para outros?

Nucci, Guerra e Lee (1991) realizaram uma pesquisa com 139 estudantes dos últimos anos do Ensino Médio que faziam uso ocasional e uso regular de substâncias psicoativas. Os estudantes foram divididos de acordo com o relato em relação ao uso das drogas. Era-lhes perguntado o quanto eles consideravam perigoso e errado o uso de cada tipo de droga e a intensidade do uso, bem como quem eles indicavam como possível autoridade para regulá-los sobre o consumo de drogas. Era também solicitado que eles respondessem se percebiam seu comportamento como sendo uma questão moral, socioconvencional, pessoal ou prudencial. Dos entrevistados, poucos percebiam o uso de drogas como sendo algo errado porque poderia causar danos a outras pessoas, não relacionando o uso com as questões morais. Houve uma tendência maior em considerar o consumo de drogas como uma matéria de ponderação pessoal e de prudência, sendo o uso ou não visto como uma decisão pessoal.

Os resultados da pesquisa indicaram que alguns participantes não consideraram espontaneamente as conseqüências interpessoais dos danos causados pelo uso de drogas. Existe, contudo, evidências indiretas de que a

tendência em relacionar considerações morais ao uso pessoal de drogas aumenta com a idade.

O problema do uso e abuso de substâncias psicoativas particularmente em relação aos jovens, está longe de ser solucionado. Esse problema tem sido investigado em várias perspectivas diferentes. Só recentemente, no entanto, os aspectos cognitivos e morais estão sendo considerados como pontos relevantes nesse assunto. Berkowitz e colaboradores (1991) recomendam que mais pesquisas devam ser implementadas, objetivando uma maior compreensão dessa questão e suas possibilidades de estratégias de intervenção.

Preocupado também com a questão da ingestão de álcool por jovens, um grupo de pesquisadores da Universidade de Connecticut desenvolveu pesquisa tendo como objetivo analisar os efeitos da exposição a propagandas de álcool no comportamento de beber em jovens (SNYDERS et al., 2006). Eles partem da hipótese de que uma exposição cumulativa a propagandas de bebidas alcoólicas pode mudar a forma de pensar dos jovens sobre o uso de álcool e aumentar a quantidade consumida. A indústria de bebidas argumenta que o propósito das propagandas não é recrutar novos consumidores ou aumentar a quantidade do consumo, mas competir com outras marcas de bebidas existentes no mercado.

Buscando testar essa hipótese, entrevistaram uma amostra aleatória de jovens entre 15 e 26 anos sobre 24 propagandas diferentes veiculadas na mídia americana. Foram realizadas quatro entrevistas com cada jovem no intervalo de quatro meses. A análise dos dados apontou que realmente a exposição às propagandas leva o jovem a ingerir ou aumentar seu consumo de bebidas alcoólicas e que mesmo aquele jovem que não havia ingerido nenhuma dose até o início da pesquisa o fez após a exposição às propagandas.

Os dados dessa pesquisa confirmam os efeitos danosos das propagandas, mesmo que as pessoas e os jovens não as vejam como tal, mas que, a longo prazo, podem instigar o consumo, mesmo que seja por curiosidade.

1.4 O uso de Bebidas Alcoólicas

O álcool, diferentemente de outras drogas, se consumido em pequenas quantidades, não é prejudicial. Ele pode facilitar a circulação sanguínea, divertir, relaxar, descontraír, entre outras coisas. (FIGLIE et al., 2004, p. 47). A questão principal é o limite ou determinar o que seriam pequenas quantidades.

A dificuldade parece ser exatamente essa: achar um ponto de equilíbrio de consumo de bebidas alcoólicas, levando em consideração as questões pessoais e os danos que pode causar aos outros, o que deixa de ser uma questão de prudência para se transformar numa questão moral.

É de suma importância identificar o mais cedo possível o uso excessivo de álcool. No Brasil, encontra-se à disposição dos profissionais que trabalham nesta área o AUDIT - Alcohol Use Disorders Identification Test de Barbor et al (2005), instrumento que permite, por meio das questões propostas, identificar a forma como as pessoas vêm fazendo uso do álcool.

De acordo com Barbor et al., “a maioria das pessoas que fazem uso abusivo de álcool não são diagnosticadas” (BARBOR et al., 2005, p. 7). Dessa forma, muitas pessoas relatam sintomas e problemas que não são associados inicialmente com o uso abusivo de álcool. O hábito de ingerir bebidas alcoólicas em excesso passa despercebido, mesmo para os profissionais de saúde envolvidos no atendimento.

O AUDIT, especificamente, apresenta-se como um instrumento simples - desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - de investigação de uso excessivo de álcool, possibilitando identificar pessoas que fazem uso de risco de álcool, uso nocivo e dependência.

Barbor et al (2005) definem *uso de risco* como sendo um padrão de consumo de álcool que aumenta a probabilidade desse hábito trazer conseqüências perigosas tanto para quem faz uso como para quem o cerca. *Uso nocivo* está relacionado ao padrão de consumo que acarreta danos físicos e mentais para o indivíduo. E finalmente, *dependência alcoólica diz respeito* a um conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que podem se desenvolver depois do uso repetido do álcool. (BARBOR et al., 2005). Esse padrão de consumo apresenta uma vontade muito forte de consumir bebidas alcoólicas, bem como uma falta de controle da quantidade ingerida. Apesar de já ter sofrido conseqüências desagradáveis por este hábito, o indivíduo deixa de fazer suas atividades cotidianas, dando prioridade ao ato de beber. Conseqüentemente, isso levará a um aumento da tolerância ao álcool além de sérias reações fisiológicas quando o uso é interrompido. O consumo de álcool está relacionado a várias doenças, pode acarretar transtornos psicológicos, assim como problemas de ordem sociais e legais.

Os autores supra mencionados defendem a importância de um rastreamento para verificação do consumo de álcool, por acreditarem que “as pessoas que não são dependentes do álcool podem parar ou reduzir seu consumo se tiverem um apoio e assistência apropriada para isto” (BARBOR et al., 2005, p. 8). Depois da dependência instalada, o indivíduo vai necessitar de um tratamento especializado mais difícil e mais longo. Sabe-se que nem todo aquele que consome álcool, mesmo o que faz uso de risco, torna se dependente, mas, para chegar a

dependência, a pessoa deve ter sido um dia um bebedor de risco. Uma investigação do consumo de álcool traz vários benefícios, entre eles pode-se destacar a oportunidade de avaliar junto com a pessoa que apresenta *uso de risco* e *uso nocivo*, as conseqüências perigosas para si e para os que a rodeiam que pode acarretar esse hábito, além de contribuir com informações que nem sempre a pessoa possui.

A utilização do AUDIT como instrumento de rastreamento pode ser vantajoso em diversos contextos. Entre os grupos apontados pela OMS encontram-se os adolescentes que podem ser beneficiados com ações primárias quando a aplicação apresenta escores elevados de consumo de bebidas alcoólicas. O AUDIT foi elaborado a partir de dados coletados de uma ampla amostra multinacional, tendo utilizado, para sua elaboração, princípios conceituais estatísticos para a seleção dos itens investigados.

O instrumento é estruturado em dez questões com um grupo de respostas, cada resposta tem uma pontuação que varia de zero a quatro. A obtenção de oito ou mais pontos indicam um padrão de beber de risco ou nocivo. O ponto de corte foi obtido após vários estudos amostrais para o desenvolvimento do inventário, sendo que sensibilidade (porcentagem de casos positivos que o teste identifica corretamente) e especificidade (porcentagem de casos negativos que o teste identifica corretamente) dos tópicos levantados foram calculados por critérios múltiplos. Inicialmente vários pontos de corte foram apontados para identificar um valor mais preciso para sensibilidade e especificidade. Finalmente o ponto de corte oito foi adotado como referência para identificação de uso abusivo, pois uma pontuação de oito pontos ou mais permitiu que o AUDIT fosse sensível a vários índices de uso problemático de álcool (BARBOR et al 2005).

A utilização do AUDIT como instrumento para identificação da forma como o grupo pesquisado está fazendo uso de álcool, constitui um primeiro momento de um trabalho de prevenção e tratamento. Os resultados obtidos, quando em caso positivo, ou seja, oito ou mais, servem para nortear as futuras ações a serem implementadas. Em jovens, a auto-indicação como fazendo uso abusivo de álcool não ocorre com frequência, talvez pelo fato de temerem repreensão dos pais ou instituições escolares. Assim sendo, a utilização do AUDIT caracteriza-se um poderoso instrumento de rastreamento e conhecimento do hábito de beber de adolescentes, pois os mesmos respondem individualmente o inventário sendo que a identificação pode ser feita de várias formas procurando sempre manter a privacidade dos avaliados.

1.5 Adolescência

Tendo em vista que neste estudo o principal enfoque foi discutir a relação do jovem frente ao uso e/ou abuso de álcool e suas conseqüências, faz-se necessário refletir sobre o conceito de adolescência, adolescente e o significado desses conceitos.

A adolescência ou juventude, nas sociedades ocidentais, consiste no período de desenvolvimento humano no qual o indivíduo adquire os conhecimentos e valores para entrar no mundo do trabalho e construir a sua própria família. Portanto, compreende um fenômeno socioeconômico e não apenas biológico como era pensado e descrito em estudos que consideravam apenas as mudanças físicas e biológicas características dessa fase.

Há muito tempo a adolescência tem sido considerada como uma etapa difícil do desenvolvimento humano, sendo denominada por alguns educadores e pais como período da “aborrescência”. Ouve-se também que ao iniciar a puberdade, dever-se-ia trancar o jovem num armário guardar a chave e só destrancar quando ele completasse 20 anos. Essas afirmações denotam as dificuldades de se compreender e lidar com os jovens nesse período da vida. Esse fato é tão antigo que Aristóteles, cerca de 300 anos antes de Cristo, se queixava de que os adolescentes eram impetuosos, irascíveis e tendiam a deixar se levar pelos seus impulsos. Platão também, ao falar sobre esse período, afirmou que os meninos não deveriam ter permissão para beber até que alcançassem 18 anos, por causa de sua fácil excitabilidade. Em suas palavras “não se deve despejar fogo sobre fogo” (PLATÃO apud. MUSSEN e outros, 1988, p. 443).

Bock e colaboradores (2002) afirmam ser a adolescência um fenômeno não universal nem natural, o que dificulta o estabelecimento de uma definição única para o termo, provocando algumas confusões ao dedicar-se a essa tarefa. Não há um momento claro que demarque o início e o final dessa etapa. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é um período da vida que começa aos 10 e vai até os 19 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente coloca como idade inicial 12 anos, estendendo-se até os 18 anos. Papalia e Olds (2000, p. 310) afirmam que a adolescência dura quase uma década aproximadamente dos 12 ou 13 até o início dos 20 anos. A multiplicidade de critérios para definir adolescência e a falta de consenso estão relacionadas ao fato de que essa temática também varia de acordo com as culturas e organizações de cada sociedade.

Bock (2002) argumenta que a questão não se refere à adolescência e sim ao adolescente, pois adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, mas um derivado da estrutura socioeconômica. A autora destaca que:

Parece contraditório afirmar que não existe adolescência, mas que existem adolescentes. Acontece que os critérios que poderiam definir esta etapa não fazem parte da constituição do indivíduo, mas são construídos pela cultura. Não podemos falar de uma fase natural do desenvolvimento humano denominada adolescência. Mas, quando uma determinada sociedade exige de seus membros uma longa preparação para entrar no mundo adulto, como na nossa, teremos de fato o adolescente e as características psicológicas que definirão a fase, que, a título de compreensão, diremos que foi artificialmente criada. (BOCK, 2002, p. 256)

Essa afirmação vem esclarecer que o período da adolescência pode ser considerado breve para algumas sociedades menos desenvolvidas no aspecto tecnológico, ou um período mais prolongado, em sociedades de tecnologias mais avançadas. Em alguns grupos os meninos começam muito cedo a participar da vida econômica. A preparação para assumir obrigações e desfrutar dos privilégios da vida adulta não exige um tempo muito longo de seus membros. Em sociedades mais sofisticadas, tanto tecnologicamente quanto nas exigências de trabalho, essa fase se prolonga em consequência de fatores socioeconômicos que são determinantes para que o jovem tenha um período maior de preparação para entrar no mundo adulto e do trabalho e das responsabilidades na formação da família.

A flexibilização de critérios na caracterização do período da adolescência compreende também a problemática de se viver numa sociedade dividida em classes. Assim sendo, não é verdadeiro afirmar que todo adolescente passa pelo mesmo processo, pois depende da classe social em que ele está inserido. Bock afirma que

é só pensar nos bóias frias, nos serventes da construção civil, nos trabalhadores braçais, de maneira geral. Muitos jovens fazem curso

superior, só uma minoria, no entanto, atinge esse nível de escolarização em nosso país. Muitos deixam a escola antes de terminar o primeiro grau e já entram para o mercado de trabalho (BOCK, 2002, p. 257).

A autora utiliza como critério básico para definir o período da adolescência, o determinante econômico que propicia condições diferentes de desenvolvimento do jovem dependendo de sua classe social.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º considera, *para efeitos desta lei*, a pessoa até 12 anos incompletos como **criança** e aquela entre 12 e 18 anos como **adolescente**. A partir de 18 anos, a pessoa é definida como **jovem**. A mesma lei reconhece a idade de 14 anos como uma faixa etária componente da **adolescência**, segundo o artigo 64 e 65. Ao se relacionar critérios econômicos e critérios legais, observam-se contradições, pois a lei favorece aqueles que não precisam de seu favorecimento – aqueles pertencentes às classes média e alta – deixando à margem aqueles para os quais acredita-se que ela tenha sido elaborada, uma vez que ela não se aplica, na prática, para as pessoas inseridas nas classes mais pobres.

Concretamente, quando o assunto é adolescência, está-se referindo ao período de transição entre a puberdade e o estado adulto, mesmo observando as diferenças apontadas acima. Transformações físicas, biológicas e psicológicas ocorrem. Os caracteres corporais infantis são abandonados para dar lugar às características sexuais de cada gênero.

Do ponto de vista psicológico, a questão básica e fundamental da circunstância evolutiva que significa essa etapa, é a formação da sua identidade. “O adolescente se afasta da identidade infantil e vai construindo pouco a pouco uma nova definição de si mesmo” (SERRÃO; BALEEIRO, 1999, p. 15). Estabelece-se, assim, uma tensão do jovem com o universo adulto. O adolescente vê-se diante de

uma situação inusitada: não encontra mais espaço no mundo infantil, mas também não é aceito no mundo adulto. É um período de reorganização pessoal e social que pode ser marcado por atos de rebeldia, algumas vezes acompanhado de atos de transgressão. É um momento de ampliação social em que o jovem procura transcender o âmbito familiar. Nesse período, o grupo de pares adquire ponto de referência muito maior que a família, os membros socializadores são os amigos da mesma idade e que passam pelas mesmas indefinições. Nas palavras de Bock (2002, p. 261):

O jovem está no meio do caminho. Atrás de si tem toda uma infância, onde a família, a escola e os pequenos grupos de amigos deram-lhe proteção, segurança, ao mesmo tempo em que lhe ofereceram um conjunto de valores, crenças e referenciais que formaram sua identidade. Diante de si tem um futuro como adulto adaptado à sociedade, onde segurança e proteção são pretensamente oferecidas pelas instituições sociais – a fábrica, o escritório, a família -, da qual se espera que ele seja o ator social.

Diante da perda de controle de sua vida e de luta para ganhar a independência, o jovem vê-se impulsionado a definir seus objetivos e valores, a descobrir quem realmente é e o que fazer com essa descoberta. A sociedade espera que ele supere a “crise”, que seja um período passageiro. Para isso, no entanto, segundo Bock, o jovem deve abandonar suas utopias e seus gestos transgressivos, para se adaptar ao mundo adulto (BOCK, 2002, p. 262).

É um período de decisões e, muitas vezes, o jovem não encontra apoio e suporte para enfrentá-las ao mesmo tempo que é cobrado para que as assuma. Todas essas dificuldades são fontes geradoras de estresse. Segundo Silva e Mattos “se todo este processo ocorre de forma protegida e assistida, uma possível experimentação de drogas psicoativas nessa época tenderá a se resolver com a maturidade” (SILVA; MATTOS, 2004, p. 41).

Como idade cronológica e início na vida adulta não necessariamente coincidem, os cuidados e os programas de atenção à criança e ao jovem não deveriam ter seus prazos para desligamento baseados na idade. De acordo com os mesmos autores, programas de recuperação e acompanhamento de jovens que fazem uso e/ou abuso de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas “não podem ser interrompidos pelo fato de ele ter completado dezoito anos”. (SILVA; MATTOS, 2004, p. 41).

O que leva o adolescente a consumir álcool de uma forma desregrada e sem controle? Dar resposta a essa pergunta não constitui tarefa fácil. Vários estudos apontam para diferentes direções. Os cientistas que têm como referência os aspectos biológicos apontam como fator de risco “hipótese da vulnerabilidade genética”, ou seja, filhos de pais alcoólatras têm maior probabilidade de se tornarem alcoólatras também. Outros creditam ao “aprendizado social” o hábito de consumir tanto bebidas alcoólicas como outras drogas psicoativas. Desde pequeno, o jovem exposto a um modelo de pais que consomem bebidas, e que, em muitos casos, dão aos filhos para experimentar, vêem nesse hábito tanto um componente de fraternização bem como liberador das tensões cotidianas o que pode levar à dependência. Outros ainda colocam a questão maturacional das estruturas cerebrais responsáveis pela inibição dos impulsos, que não estariam totalmente fechadas no período da adolescência, deixando mais vulnerável o jovem quando em contato com a hipótese genética ou de aprendizado social. Silva e Mattos acreditam que:

Evitar o contato com as drogas durante o período de maior vulnerabilidade dá tempo ao cérebro de completar seu amadurecimento e de serem implementadas medidas de fortalecimento para o enfrentamento de situações ambientais, possibilitando que a pessoa encontre formas alternativas de satisfação na vida, não restritas às drogas. (SILVA; MATTOS, 2004, p. 44).

Pode-se observar, mais do que responder a pergunta feita no parágrafo anterior, uma vez que não se tem uma possibilidade única. A preocupação deve estar focada em buscar formas para assistir e proteger os adolescentes tanto em situação de risco real como aqueles que não se encontram nessa situação.

Tornar-se adulto não é apenas uma questão de simples passagem de tempo, envolve uma construção lenta que deve pôr em relação uma série de eventos pertinentes a esse período. Essa construção não é empreendimento único do jovem, mas a somatória de sua história passada e seu meio ambiente atual. Se as condições experimentadas forem satisfatórias e mais estruturadas, ele terá mais condições de sair deste período enriquecido e com maiores possibilidades de enfrentar o mundo adulto.

2 MÉTODO

Delimitar um procedimento de pesquisa exige do pesquisador uma análise e compreensão específica de seu objeto de estudo. No presente trabalho, para uma cobertura adequada do tema, ou seja, identificar entre os adolescentes que estavam fazendo uso abusivo de álcool, da 3ª série do Ensino Médio, de uma escola pública e de uma particular, da cidade de Londrina, como julgaram o uso destas substâncias e quem consideravam como autoridades responsáveis pela regulação do uso, exigiu uma combinação de métodos.

Identificar quantos, quais e em que quantidade, adolescentes das duas escolas estavam fazendo uso de álcool apenas pela autonegação acreditamos que não seria um dado fidedigno. Cremos que poderia não corresponder à realidade dos acontecimentos, uma vez que seria uma avaliação sem os critérios adotados pela pesquisa. Realizamos então, um levantamento inicial, com a utilização de um instrumento padronizado – AUDIT. A partir da avaliação do instrumento aplicado, efetivamos uma análise quantitativa dos dados buscando relacionar quantos e quais jovens faziam, na época do levantamento, uso abusivo de álcool.

Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 24), “os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados”. Para analisar a prática e as concepções dos participantes em relação ao uso abusivo de álcool que faziam, passamos à segunda etapa da pesquisa, dando agora prioridade as questões qualitativas. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com questões mais ou menos abertas, sendo estas utilizadas na forma de guia para que os participantes pudessem responder

livremente aos temas propostos. De acordo com Flick (2004, p. 107) “a vantagem desse método é que o uso consistente de um guia de entrevista aumenta a comparabilidade dos dados”. Segundo Turiel, as entrevistas buscam descobrir “a organização do pensamento, sendo, portanto utilizadas para obter dados sobre processos de raciocínio e não simplesmente sobre as conclusões ou produtos delas”. (TURIEL, 1984, p. 35).

2.1 Participantes

Participaram do levantamento inicial da pesquisa 65 adolescentes de ambos os sexos com idade variando de 15 a 18 anos, da terceira série de duas escolas de Ensino Médio. Desses 65 alunos, 26 são de uma escola pública da região central da cidade de Londrina e 39 de uma escola particular.

Das entrevistas participaram seis adolescentes, dois do sexo feminino e 4 do sexo masculino com idade variando de 16 a 18 anos, sendo 4 da escola particular e 2 da escola pública.

2.2 Local de Realização

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas de grande porte da cidade de Londrina, no estado do Paraná, no ano de 2004. Uma escola pública da rede estadual de ensino e outra escola da rede particular.

A escolha de uma escola pública e outra particular foi feita visando a estabelecer uma comparação entre as duas redes de ensino, em relação ao uso

de álcool. Na comparação, objetivamos avaliar se havia diferenças de consumo de bebidas alcoólicas entre as escolas e a população que as frequenta.

A escola pública, embora localizada na região central da cidade, atende alunos de classe social baixa, sendo que no turno matutino, funcionam salas de Ensino Fundamental de quinta à oitava série e o Ensino Médio. O Ensino Médio possui três salas de primeira e segunda série e cinco salas de terceira série.

A escola da rede particular é uma das que recebem alunos de alto poder aquisitivo, sendo reconhecida pelo número de aprovação de seus alunos nos vestibulares das universidades mais concorridas da cidade e do país. Seus alunos são oriundos das classes sociais média alta e alta da região.

2.3 Instrumentos

Os instrumentos escolhidos dependeram da fase da pesquisa e são descritos nos itens seguintes.

2.3.1 Instrumento do levantamento inicial

Para o levantamento inicial foi utilizado o AUDIT - Alcohol Use Disorders Identification Test (BARBOR et al., 2005), adaptado para o Brasil por Méndez (1999). Esse instrumento, por meio de suas questões, identifica a quantidade de álcool consumida pelo respondente. (APÊNDICE A), conforme explicitado no primeiro capítulo.

A escolha desse instrumento foi feita por acreditarmos que o AUDIT é um inventário de rastreamento para uso de álcool que apresenta um alto grau de confiabilidade, fácil aplicação e entendimento por aqueles que vão ser investigados.

2.3.2 Instrumento da entrevista

Para as entrevistas elaboramos um roteiro aos moldes de entrevistas semi-estruturadas. Essa modalidade de entrevistas permite ao entrevistador uma liberdade maior para desenvolver as situações na direção que considere adequada, deixando o entrevistado falar livremente, aprofundando os temas na direção dos objetivos propostos pela pesquisa. O roteiro foi elaborado com as perguntas principais, sendo que o entrevistador pôde fazer as indagações que julgasse necessárias, caso percebesse a necessidade. (APÊNDICE B)

2.4 Procedimentos

Da mesma forma que no item sobre os instrumentos, o procedimento é descrito pela fase da pesquisa.

2.4.1 Procedimento do levantamento inicial

Após obtermos o consentimento das escolas para realização da pesquisa e de acordo com as exigências do Comitê Nacional de Ética, antes de submeter os adolescentes a qualquer dos procedimentos, entregamos a cada um

dos alunos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE B). A maioria dos jovens era, na época, menor de idade, devendo, portanto o Termo ser assinado também pelos pais. Na escola particular, foram entregues 396 TCLE, e, embora tenham sido tiradas todas as dúvidas dos alunos, somente 68 alunos retornaram com ele assinados pelos pais. Na escola pública, foram repassados 130 Termos de compromisso, sendo que apenas 37 retornaram assinados.

Mesmo sem a adesão esperada no começo da pesquisa, para o levantamento inicial, optamos por manter o procedimento já delineado e realizá-la com aqueles que decidiram colaborar. Apesar de marcar data para realização do AUDIT, o número de alunos que estava presente foi menor que o número de Termos devolvidos.

Os alunos foram procurados na sala de aula pela própria pesquisadora. Inicialmente explicou-se a finalidade da pesquisa, seu procedimento, assim como foi enfatizada a confidencialidade dos dados.

Aplicamos o AUDIT nos alunos que fizeram a devolução dos Termos de Consentimento e que estavam presentes na escola, no dia da aplicação. Os jovens eram reunidos em grupos de aproximadamente 10 alunos, em uma sala separada, para responder o instrumento. Antes de responderem foi feita uma explicação de como deveriam proceder, procuramos tirar todas as possíveis dúvidas.

2.4.2 Procedimento da entrevista

Depois do screening, fizemos contatos com todos os adolescentes que foram identificados como fazendo uso abusivo de álcool, convidando-os a

participar da entrevista. Desses apenas seis alunos mostraram-se dispostos a participar.

As entrevistas foram realizadas num espaço neutro, ou seja, nem na escola nem na casa dos adolescentes. Este procedimento foi utilizado por consideramos que os jovens estariam mais tranqüilos quanto ao sigilo da conversa, falando mais livremente sobre o consumo de bebidas alcoólicas e outros temas discutidos na entrevista.

Solicitamos o consentimento para que as entrevistas fossem gravadas, sendo que todos os jovens concordaram com o pedido. Os adolescentes mostraram se participativos e interessados em falar sobre os temas abordados.

2.5 Análise dos Dados

Os dados quantitativos foram digitados em uma planilha eletrônica e posteriormente exportados para o programa de estatística SPSS (SPSS, 2003) para a realização de análises. As entrevistas foram transcritas em processador de texto e, em seguida, analisadas em busca de categorias.

2.6 Considerações Éticas

Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética do Centro Universitário Filadélfia, UNIFIL, do qual recebeu no dia 13 de março de 2004, manifestação favorável para o desenvolvimento da mesma. Consideramos que não há nenhum risco de prejuízo psicológico para os participantes da pesquisa. Caso

algum deles apresente quadro clínico desfavorável em relação ao uso de álcool, sugeriremos que procure atendimento especializado.

3 RESULTADOS

Os dados foram analisados de acordo com a sua constituição. Os quantitativos, originados do levantamento inicial, foram tabulados em uma planilha eletrônica e posteriormente exportados para um programa de estatística (SPSS, 2003), no qual foram submetidos a análises paramétricas e não paramétricas. Os dados qualitativos, oriundos das entrevistas, foram inicialmente transcritos e digitados em um programa de texto e realizado uma análise em busca de categorias que representassem as concepções que os adolescentes tinham sobre o uso abusivo de álcool.

3.1 Levantamento Inicial

Na tabela 1, estão discriminados os dados colhidos dos adolescentes que participaram do levantamento inicial. A escola particular foi designada de ALFA e a escola pública BETA.

Na escola particular, 39 responderam ao inventário, desses 14 eram mulheres e 25 homens, sendo que 33 tinham, na época, menos de 18 anos e 6 eram maiores de 18 anos. Dos participantes, 24 se nomearam como católicos, quatro de religiões diversas e 11 declararam não terem religião alguma. Em relação ao nível socioeconômico, 26 alunos da escola particular se encaixaram no nível A, 11 no B e dois no nível C.

Em relação aos dados do AUDIT, 14 alunos foram apontados como positivos, ou seja, obtiveram oito pontos na avaliação. Isso demonstra que vinham fazendo uso abusivo de álcool. Os outros 25 obtiveram escores menores que oito

pontos, não se caracterizando como bebedores abusivos. Na categoria Binge, 13 alunos obtiveram escore positivo e 26 negativo.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem de sexo, idade, religião, NSE, Binge e AUDIT dos participantes por escolas.

	Escola ALFA		Escola BETA		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Sexo						
Feminino	14	21,5	21	32,3	35	53,8
Masculino	25	38,5	5	7,7	30	46,2
Idade						
Adolescente	33	84,6	24	92,3	57	87,6
Adulto	6	15,3	2	7,6	8	12,3
Religião						
Católica	24	61,5	16	61,5	40	61,5
Outras	4	10,2	6	23	10	15,3
Não tem	11	28,2	4	15,3	15	23
NSE						
A	26	66,6	5	19,2	31	47,6
B	11	28,2	16	61,5	27	41,5
C	2	5,12	5	19,2	7	10,7
AUDIT						
Positivo	14	35,8	1	3,8	15	23
Negativo	25	64,1	25	50	50	76,9
Binge						
Positivo	13	33,3	5	19,2	18	27,6
Negativo	26	66,6	21	80,7	47	72,3

Na escola **BETA**, dos 26 alunos que responderam o instrumento, 21 eram do sexo feminino e cinco do masculino, sendo dois maiores de 18 anos. A religião católica contou com um número maior de adolescentes: 16. Seis se declararam como participantes de outras religiões e quatro não tem religião. Quanto ao nível socioeconômico, a maioria se situa no nível B, 16 alunos. De acordo com suas respostas, cinco estão no nível A e cinco no nível C. Em relação ao AUDIT, apenas um obteve um índice de oito ou mais pontos e 25 foram considerados, pelas respostas dadas, como não fazendo uso abusivo de álcool. Na categoria Binge, cinco adolescentes foram apontados como positivos e 21 negativos.

Ao comparar os resultados das duas escolas, pudemos observar que houve uma adesão maior de rapazes na escola **ALFA** do que na escola **BETA**. O número de alunos pertencentes ao nível socioeconômico A, na escola particular foi maior do que na pública, sendo que, nesta, a maioria dos participantes encontra-se no nível B. Conforme já mencionado, a escola **ALFA** é uma das escolas particulares de Londrina que recebe alunos de alto poder aquisitivo. Por isso, o maior número deles pertence ao nível socioeconômico A. Por ser uma escola pública central, a escola **BETA** atende alunos de condição social boa.

A tabela 1 evidencia a diferença entre os alunos das duas escolas que fazem uso abusivo de álcool apontado pelo AUDIT. Na escola particular, 35,9% dos participantes da pesquisa foram enquadrados na categoria positivo, contra 3,8% da escola pública. Na categoria Binge, ou picos de bebidas, a diferença é de quatorze pontos percentuais entre as duas escolas, 19,3% na escola **BETA** e 33,3% na escola **ALFA**.

Quando comparados em relação às religiões que professam, as duas escolas apresentam praticamente a mesma frequência apontada para a religião católica: 61,5%. Para outras religiões, observamos um número maior na escola **BETA** do que na escola **ALFA**, 23,1% para a primeira e 10,2% na segunda. Já na escola **ALFA**, um número maior de alunos se declarou sem religião, 28,2% do que na escola **BETA**, 15,3%.

3.2 Resultado do Conteúdo das Entrevistas

Com base na avaliação do AUDIT os adolescentes que receberam pontuação oito ou mais pontos, de ambas escolas, foram selecionados para a

entrevista. Como na escola BETA só um jovem obteve positivo para o AUDIT, também aqueles que receberam positivo para Binge foram considerados como pertencentes à amostra. Estabelecemos então, contato com os mesmos sendo que apenas seis deles concordaram em participar da entrevista. Os outros, ou não foram localizados ou se recusaram dizendo que estavam muito ocupados com provas, preparação para o vestibular ou que não queriam participar, entre outras justificativas recebidas.

No quadro 1, foram agrupadas as falas que representam aquilo que se chamou de HÁBITO DE BEBER, ou seja, o comportamento dos jovens frente ao consumo de bebidas desde do início, em diferentes situações, motivos e as possíveis conseqüências acarretadas por esse hábito.

Início do hábito de beber	Motivos para beber	Ocasões em que bebe	Conseqüências de beber
<p>... é de 13 para 14, porque faço aniversário no fim do ano e sempre andei com gente, por ex. um ou dois anos mais velho do que eu e uns poucos da minha idade.</p> <p>Desde quando eu tenho uns 13 anos... ah! eu sempre tive uns amigos mais velho assim daí tipo , 16, 17 anos daí eles já começaram a beber assim e eu tipo, fui junto daí...</p> <p>Olha era golinho assim, em churrasco de família, um pouquinho assim....deve ter sido o que...quando estava no primeiro colegial, mas assim golinho...</p> <p>...tomar uma latinha assim escondido, de vez em quando, acho que tinha uns 13 ou 14 anos, 13 anos eu acho.</p>	<p>..Eu bebo mais pelo, pelo...clima e pelo prazer de beber. Gosto de sentar com meus amigos tomar uma cerveja, e tal</p> <p>vai certeza, paga 15, 20 reais pra entrar e fala vou conseguir. Vou beber todas que esse dinheiro dá...</p> <p>...quando bebia era sempre para alegrar assim...as vezes eu estava meia....sabe, no sábado a gente tem aula então já chegava na balada meio morta, então bebia para dar uma animadinha.</p>	<p>...Bem, não tem dia marcado assim para eu beber, tipo assim, este fim de semana vou beber, mas geralmente, final de semana acontece, porque a gente vai sair com o pessoal, então...</p> <p>Sábado já é praticamente de lei, assim e domingo quando a gente não tem nada para fazer a tarde assim, a gente vai</p> <p>...é mais em festa assim, mas no final de semana, mais quando não tem nada p/ fazer... não tem nenhum compromisso, estudar no caso, não tem tipo assim, daí sábado e Domingo e férias é bem mais, porque férias... Churrasco de faculdade sempre, bebida liberada assim, que todo mundo vai pra passar mal...</p>	<p>vomitam... ficar com dor de estômago... dar vexame... dar trabalho para os outros, criar situações indelicadas... ficar feio na frente dos outros...dar trabalho...</p> <p>AH! eu tipo, não passo mal de vomitar assim, só uma vez por mês, acho, mas chego a ficar bem .. vou até o limite...</p> <p>NOSSA!!! Demais de marcada. Perde o valor. Os meninos comentam. Nossa eles comentam...</p> <p>á...ah! de vomitar assim... em festa....apesar que eu não costumo vomitar, porque eu não passo muito mal...mas já aconteceu de vomitar, de tipo....negócio de briga...não minha mas, de amigo, não sei o que...e fica todo mundo falando, brigando, sabe</p>

Quadro 1: Hábito de beber

No quadro 2, foram selecionadas alguns relatos relacionados à forma como os adolescentes vêem a bebida nos diferentes domínios sociais.

SOCIAL	MORAL	PESSOAL
<p>Acho que é natural do ser humano, porque vc vê que em várias culturas todo mundo bebe assim.</p> <p>Óbvio que pode trazer coisas ruins com certeza, mas também pode trazer coisas boas...o prazer de vc estar lá com o pessoal, conversando</p>	<p>mesmo, isso é uma coisa que eu faço, que eu acho que é muito ... (risos) tipo todo mundo fala não vou bater e tal só que , eu procuro tipo ... eu não corro sabe, eu ando de 2ª, 3ª quando eu to mal assim, q eu sei né.... com carro não, nunca aconteceu nada, nunca bati o carro , daí não sei mas , tipo quando eu sento assim vou dirigindo eu posso ta ruim , mas eu coloco na minha cabeça tipo que eu tenho que voltar pra casa agora...</p> <p>Pô, daí um cara embriagado bate no carro da galera que esta todo mundo sóbrio e morreram! Isto dá mais impacto, por que é uma questão que vc esta fazendo mal ao outro, entende?</p>	<p>Porque acho que moderadamente vc toma ali, óbvio que vai ter um caso ou outro na exceção, que vai gerar um alcoolismo, mas ai vai da própria pessoa perceber dos que estão em volta...</p> <p>Mas, não é só da idade assim, óbvio que eu também acho...que nem, acho que é ruim bebida quando vc é pequeno, novo...o ideal é quando vc já tem uma certa formação pessoal, própria mesmo</p> <p>Mas é o seguinte, vc esta bebendo e vc não esta vendo automaticamente tipo : "Eu estou estragando minha vida", a não ser a hora que vc sai bêbado dirigindo e bate...ai vc cai na real e nunca mais bebe e dirigi.</p>

Quadro 2: Construção dos domínios sociais e a bebida.

No quadro 3, são apresentados os relatos dos jovens entrevistados em relação a quem eles reconhecem como tendo autoridade para controlar a ingestão de bebidas alcoólicas.

..Faz parte do próprio crescimento da pessoa, ela mesma perceber as coisas. Porque por mais que falem, ela só vai saber mesmo quando ela passar por esta situação... 40 a 50% de eu mesmo não beber vem da minha própria experiência...

...por mais que falem sempre dos danos do álcool, os males você acaba não levando em conta. Até que chega uma hora que você... sabe?

Eu acho que com esta idade o adolescente já tem para si o que ele quer, o que é bom e o que não é...

Os pais têm que se impor. Não é Não. Você esta de castigo, você esta de castigo. Você não vai sair por que eu mando aqui esta é minha casa então você não vai sair.

...Ainda mais com o pessoal que vem hoje, com esta juventude...

AH! Não sei...acho que na verdade... eu não respeitaria ninguém se eu quisesse beber, sabe? Se eu quisesse beber, eu acho que não iria respeitar ninguém, ao menos se a pessoa estivesse comigo assim naquela hora naquele momento...

Acho q pessoas que já viveram uma situação, já foi prejudicada pelo álcool, porque a melhor pessoa para falar é quem já passou por isso, porque você não pode colocar alguém que nunca bebeu na vida e falar assim... "não bebe porque não é bom"... e a pessoa nunca experimentou! Ela não sabe o que causa, a vergonha que você sente depois... ela não sabe de nada!! Como é que ela vai poder falar?

Acho q a minha irmã, ela sempre... minha irmã sabe como que é assim, quando que eu vou beber ou não... não é que eu escuto ela, é que eu sei que ela sabe entendeu?

Quadro 3: Autoridade para controlar o uso de bebidas.

No quadro 4, os adolescentes expõem como avaliam as orientações que recebem das instâncias que estão em contato com eles em relação ao uso de bebidas alcoólicas: pais, escola e mídia.

Pais	Escola	Mídia
<p>Ai que tá, meu pai acho que ele pode até ter tentado assim orientar, só que ele não sabe, então não tem como assim, ele sempre falou não bebe não faz isso tal. Só que tipo não tem como sabe... ele não sabe como orientar, porque ele não viveu a mesma coisa que eu...</p> <p>Ele dá umas orientações muito assim (risos) sem restrição... “não bebe não faz isso” entendeu?... Tipo não bebe só isso, entendeu? Adianta os pais falarem mas, não é só isto...porque se os pais falarem “Olha, não vai beber hoje”Tipo ela não vai deixar de beber porque o pai ou a mãe falou, sabe?</p> <p>quando minha tia era casada, no ultimo ano antes dela se divorciar, o marido dela começou a bater nela, porque bebia, e eu e minha irmã éramos muito nova devia ter uns dois anos a gente nem sabia assim, até um pouco mais uns 5 mas a gente não tinha consciência né, daí minha mãe contava que as conseqüência , e também tem um vizinho que ele espancava a mulher toda vez era só ele beber que ele batia nela, então as vezes você tava dormindo e escutava a confusão , nossa de madrugada, não precisava falar nada né.</p>	<p>Eu acho que faz até, na 7ª série assim se faz vários trabalhos...faz um trabalho legal até, tipo não é uma campanha assim para não beber mas você aprende muito... no colegial já é bem menos assim, é por conta mais de cada professor....</p> <p>Não, porque é aquela coisa né. O adolescente foi evoluindo e o modo de ensinar não evoluiu. Então é aquele negócio...aquela palestrinha, aquele teatrinho maçante...isto não adianta mais, o adolescente acha até meio ridículo.</p> <p>Quanto ao Fundamental eu não sei porque não estudei lá, mas eu acho que no colegial...eu não acho que ele faz um trabalho pedagógico assim. Porque acho que eles são muito preocupados somente com o vestibular, a universidade, isto é segundo plano assim.</p> <p>não, nunca falou nda, nunca ouvi, acho q eles preferem nem mexer, ate pq se falar é perigoso ate ser vaiado, pq não tem ninguém ali que não beba, é muito raro.</p> <p>AH! Acho que foi na sétima série eles falaram alguma coisa sobre drogas e álcool, mas não é aquela coisaaaaaa aaaaaaaaassim.</p> <p>AH! Eu acho que não. Pelo menos que eu me lembre eles nunca falaram sobre bebida na escola. Não eu não me lembro de ter tido nenhum tipo instrução assim. Acho que nenhuma matéria nunca comentou sobre isto.</p>	<p>...eu acho que se fizer campanha vão beber mais ainda... tem efeito contrário</p> <p>É como já falei as crianças não prestam atenção e quem já não se considera criança mais, se considera adolescente...Assiste este tipo de propaganda e dá risada, sabe. Fala “Nossa que ridículo”</p> <p>...a propaganda da cerveja definitivamente não atinge nada. Pô vai lá mostra mulheres bonitas... Mas ali esta fazendo marketing da marca, você não conhece ela, você vai comprar ela para ver como é que é mas, aquele BEBA COM MODERAÇÃO não vai influenciar em nada</p> <p>Não adianta nada, não...APRECIE COM MODERACAO. Não tem efeito nenhum. Agora se eles mostrassem um vídeo com uma pessoa passando mal. Tomando glicose. Você tem que chocar a pessoa.</p> <p>AH! Eu acho que na verdade elas não funcionam. Eles falam só porque é lei, né? Colocar APRECIE COM MODERAÇÃO, BEBA COM MODERAÇÃO, mas acho que não influencia em nada, falar e não falar.</p> <p>acho que é inútil, não tem diferença nenhuma, porque eles colocam um monte de mulher bonita com um monte de cerveja de repente ... BEBA COM MODERAÇÃO... ninguém que vai beber, vai beber com moderação! quando você vê aquilo lá, é o paraíso te colocam numa praia maravilhosa, um monte de mulher linda, ou homens sarados ...e BEBA COM MODEDRAÇÃO!?</p>

Quadro 4: Orientações sobre o uso de bebidas alcoólicas

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Análise do Levantamento Inicial

Nesta seção, analisamos e discutimos os dados obtidos na pesquisa sob a ótica do referencial teórico adotado, buscando compreender e dar significado tanto aos aspectos quantitativos quanto aos qualitativos. Também apontamos para algumas possibilidades de intervenção na questão abordada neste trabalho – um consumo de bebidas alcoólicas mais responsável pelos jovens, além de formas de enfrentamento do problema pelas escolas e famílias.

Consideramos o número de Termos de Consentimento Livre Esclarecido devolvido baixo em relação à nossa expectativa inicial - 18% na escola particular e 28,5% na pública. Esperávamos uma adesão maior por parte dos alunos. Acreditamos que os adolescentes sentiram-se intimidados a levarem para os pais assinarem, pois, no Termo, constavam os objetivos do trabalho e talvez eles receassem que os resultados do inventário do rastreamento pudessem ser repassados aos responsáveis. Nas duas escolas, fomos às salas de aula, acompanhadas por uma coordenadora da instituição, para explicar o trabalho que seria realizado, fazendo posteriormente a entrega do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Observávamos que, ao fazer a leitura do documento junto com os alunos, os mesmo teciam comentários entre si, riam e diziam que nem iriam participar, pois com certeza iriam estourar nos pontos. Alguns rindo, diziam que se os pais soubessem dos resultados não os deixariam mais sair de casa, ir a baladas, entre outras coisas. A cada comentário enfatizávamos que eles poderiam ficar tranquilos, pois haveria sigilo absoluto, que os resultados seriam utilizados de forma

anônima e confidencial. Alguns professores presentes na sala reforçavam a importância do trabalho, outros em tom de brincadeira diziam que eles estavam fritos, pois se os pais soubessem o que eles aprontavam iriam saber quem eram realmente seus filhos. Acreditamos que esses fatores contribuíram para a baixa adesão ao levantamento inicial. Mesmo assim, optamos por manter o procedimento já delineado e realizar a pesquisa com aqueles que decidiram colaborar.

Observamos uma inversão em relação ao sexo entre as duas escolas pesquisadas. Na escola particular, houve uma maior adesão dos meninos do que das meninas, sendo que na escola **BETA** a proporção de meninas foi maior que de rapazes. Talvez, por isso, o número de adolescentes com escore positivo no AUDIT tenha sido menor do que na escola **ALFA**. De acordo com o V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas, realizado pelo CEBRID (GALDURÓZ et al., 2005) apesar de o consumo ter aumentado entre as meninas, a taxa de rapazes que bebem de forma abusiva ainda é maior.

O fato de a porcentagem de positivo para o AUDIT, quando considerada no total da amostra pesquisada, (23,07%), não ter sido tão expressiva, ainda assim merece uma análise mais acurada. Quando observados os resultados separadamente, no entanto, as proporções ganham dimensões diferentes. Na escola particular, o número de adolescentes que faz uso abusivo de álcool pode ser considerado alto, 14, especialmente quando lembramos que foram 39, os que responderam.

Segundo o relato de alguns dos entrevistados, é freqüente a participação deles em churrascos e festas particulares nos finais de semana. Essas festas ocorrem em chácaras ou nas casas dos jovens. Dessa forma, não tendo

permissão para beberem em bares e locais públicos, fazem-no em ambientes protegidos, livres da vigilância legal e dos pais.

Chamou-nos a atenção a presença de apenas um aluno com escore positivo na escola **BETA**, em contraste com a escola particular (conforme assinalado no parágrafo anterior) onde quase a metade foi pontuada como fazendo uso abusivo, uso nocivo e, em alguns, podendo até serem caracterizados como dependentes do álcool.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para o fato. Alguns alunos, da escola **BETA** que acreditando fazerem uso abusivo de bebidas alcoólicas, não quiseram participar do levantamento, não sendo possível identificá-los, portanto, na amostra. A maioria dos que participaram eram do sexo feminino, de acordo com o V Levantamento Nacional do CEBRID, em geral há um predomínio do uso de drogas para o sexo masculino em relação ao feminino (GALDUROZ, et al, 2005). Outra possibilidade pode ter sido a falta de sinceridade ao responderem o inventário. A questão financeira também poderia ser levantada como um fator responsável pelo número reduzido de bebedores abusivos, haja vista, serem os adolescentes da escola **ALFA** de poder aquisitivo maior dos alunos da **BETA**, embora o V Levantamento aponte que “o uso de drogas não é exclusividade de determinada classe socioeconômica” (GALDUROZ, et al, 2005), mas na adolescência a falta de autonomia financeira pode constituir um obstáculo. Ou ainda, esses jovens realmente fazem uso adequado de bebidas alcoólicas, por diversas razões. No entanto, essas são hipóteses que não têm como serem comprovadas, permanecendo assim como hipóteses.

4.2 Análise do Conteúdo das Entrevistas

Com base na avaliação do AUDIT, os adolescentes que receberam pontuação oito ou mais pontos, de ambas escolas, foram selecionados para a entrevista. Contatamos os mesmos para darmos andamento à segunda fase da pesquisa, ou seja, as entrevistas. Apenas seis deles concordaram em participar. Os outros alunos pontuados como fazendo uso abusivo de álcool ou não foram localizados ou se recusaram, dando desculpas tais como: estavam muito ocupados com provas, preparação para o vestibular, ou mesmo que não queriam participar por acreditarem que iriam se expor mais do que ao responderem o inventário. Com o que concordamos plenamente, pois, ao propor aos jovens que falassem sobre o assunto, queríamos ir além da pontuação obtida no AUDIT. Queríamos compreender e analisar quais as concepções que os mesmos tinham sobre o alto consumo de bebidas alcoólicas, queríamos dar significado aos números. Sabendo das justificativas apresentadas por aqueles que se recusaram a dar seus depoimentos, procuramos realizar as entrevistas num ambiente neutro, isto é, nem na escola e nem na casa dos alunos. Propiciamos um clima de confidencialidade, reafirmando que tudo aquilo que fosse ali falado tinha um caráter sigiloso e que eles poderiam responder o que julgassem conveniente. Caso houvesse alguma questão que não quisessem abordar, poderiam ficar à vontade. Todos os que deram suas contribuições, fizeram-no sem resistências e mostraram-se bem tranquilos ao falarem sobre os temas.

Após a transcrição das entrevistas, observamos que as falas dos adolescentes apresentavam pontos comuns e que se repetiam, podendo ser

agrupados nos quatro grandes temas: 1) o hábito de beber; 2) construção dos domínios sociais e a bebida; 3) autoridade para controlar o uso de álcool; 4) orientações sobre o uso de bebidas alcoólicas.

4.2.1 Hábito de beber

Os adolescentes relataram que iniciaram o uso de bebidas alcoólicas a partir dos 13 anos aproximadamente. Na idade em que ainda se encontravam no Ensino Fundamental entre sétima e oitava séries. Dado consoante com os encontrados no V Levantamento Nacional sobre consumo de drogas do CEBRID em 2004, que apontaram que, dentre as substâncias psicoativas analisadas no estudo, o álcool foi a que teve a menor média de idade do primeiro uso, 12,5. O que, segundo os autores do V Levantamento, demonstra que “a questão do álcool no Brasil é, de fato, um grande problema de saúde pública”. (CEBRID, 2005).

Os rapazes afirmaram que sempre tiveram amigos mais velhos, uns dois ou três anos, do que eles, e que os mesmos já bebiam. Então para não ficarem fora dos hábitos dos mais velhos ou para fazerem parte da turma, passaram a ingerir álcool também. A presença de bebidas alcoólicas é uma constante nas festas que os jovens freqüentam atualmente. Dificilmente há reuniões, churrascos ou outras comemorações sem a presença de álcool, de alguma forma. Podemos concluir, a partir desse relato, a importância das amizades na fase da adolescência. As opiniões dos amigos, querer fazer parte do grupo de pertença revestem-se de importância maior do que a preocupação com as sanções que possam receber de seus responsáveis, caso esses façam proibição formal para a ingestão de bebidas.

Esses relatos confirmam a força da socialização secundária, ou aquela recebida fora do âmbito familiar, depois que a criança entra na escola.

Além disso, o fato de os pais também ingerirem álcool, mesmo que em situações sociais ou festas comemorativas, contribui para o ingresso do jovem ao hábito de consumir bebidas alcoólicas. Muitas vezes o primeiro uso se dá na própria residência e é freqüentemente estimulado pelos pais (GALDUROZ, et al, 2005).

Na sociedade brasileira, as comemorações na maior parte das vezes, são sinônimo de comida e bebidas. As crianças crescem vendo seus familiares e amigos bebendo e, muitas vezes, são convidadas a experimentarem também. Os pais não se dão conta que podem sem o perceber ou querer, estar iniciando seus filhos no hábito de ingerir álcool. Sendo em pequenas quantidades e num clima de brincadeiras, em que a diversão é o objetivo, a criança não tem como identificar qual a quantidade adequada de bebidas que pode ser ingerida e quais as conseqüências que o excesso pode causar. Soma-se a isso o fato de os familiares esconderem das crianças as conseqüências das bebedeiras familiares. Os pequenos vêem os pais alegres, mais comunicativos como resultado de um índice de álcool mais elevado, não percebendo, no entanto, os possíveis efeitos desastrosos na continuidade.

Turiel (1984) considera que o desenvolvimento dos conceitos sociais está diretamente relacionado com os eventos vivenciados pelos sujeitos. As pessoas participam ativamente da construção das categorias fundamentais do conhecimento social em interação com o meio. As interações com o meio constituem uma tentativa de compreender as outras pessoas, e como elas se relacionam. Assim sendo, ao experienciarem situações de ingestão abusiva de álcool pelos pais desde cedo, as

crianças podem julgar que esse ato é aceito socialmente. Ainda mais, se levarmos em consideração o fato de que os pais, para as crianças, são vistos como heróis e têm, nos seus comportamentos modelos de atuação.

A associação – bebida/festa - foi relatada por mais de um jovem entrevistado quando afirmavam que *“... como se fosse uma coisa tipo uma festa, para festejar...”* ou *“... bebo mais pelo clima e pelo prazer de beber... gosto de sentar com meus amigos tomar uma cerveja, e tal...”*. Segundo Laranjeiras (2005), beber pode ser muito prazeroso, mas beber muito pode acarretar problemas em várias áreas da vida do bebedor abusivo. Devemos lembrar que os entrevistados foram selecionados justamente por se encontram dentro dos considerados bebedores que fazem uso abusivo de álcool e não apenas como meros bebedores sociais. Ao analisarmos suas falas, percebemos que não se davam conta de que com consumo de bebidas alcoólicas que vinham fazendo até então, haviam rompido a barreira do social.

Para as meninas entrevistadas, a ingestão de bebidas alcoólicas se dava mais em companhia de grupos de amigos, com o namorado em festas do que em casa. As duas relataram que nas festas familiares eram acompanhadas mais de perto pelos pais quando iam experimentar alguma bebida. Podemos observar aqui uma diferença de hábitos em relação ao gênero. Há uma maior tolerância com os rapazes do que com as meninas. Para os meninos, o fato de bebericar nas festas familiares pode ser sinônimo de iniciação ao mundo masculino, já para as moças, isso pode ser visto como um comportamento não tão desejável e compatível. Por isso, talvez, as mesmas se iniciam no hábito de beber bebidas alcoólicas mais com os amigos do que em casa. De acordo com o relato de um dos jovens entrevistados, o fato de beber abusivamente pode ser fator de desinteresse pela moça a qual

estava paquerando “... Ah! Eu acho que perde sim... sim, sim, perde sim ... Mas perde ponto sim... já aconteceu de eu estar a fim de uma menina e ir lá e tipo... sabe sair conversando depois daí vai lá e ficar com ela, mas antes disso ela passar mal, daí ah! Desanda, nunca mais vou atrás mesmo”.

Além dessas questões, observamos também que a frequência de beber passa a aumentar. Inicialmente acontece em algumas ocasiões mais restritas, ampliando gradativamente. Um dos entrevistados afirmou que “... mas eu acho que com o tempo assim cada vez vai ficando mais,... sai da prova geralmente vai para um bar, tomar cerveja...” Percebemos que já não havia mais um motivo especial para beber, mas, que toda hora era hora, ou qualquer coisa era motivo para “festejar”. Outro apontou que “... não tem dia marcado assim para beber...”, “...sábado já e praticamente de lei e domingo quando a gente não tem nada para fazer à tarde assim, a gente vai...”. O que observamos nessa fala, é que a lei é beber, colocando se como uma necessidade imperativa às saídas do grupo de amigos. Ao afirmar que é **praticamente de lei**, deixa claro que não é possível um encontro entre amigos sem a ingestão de qualquer tipo de bebida. Ao que parece, o encontro não se dá pelo prazer de se reunir com amigos, mas pela oportunidade de beber.

Beber além do limite não necessariamente está de acordo com os critérios do AUDIT, ou seja, consoante o número de doses ingeridas, mas, para eles, beber além dos limites significa dar vexame, incomodar os outros, vomitar, criar situações indelicadas. Isso também aconteceria apenas quando já estivessem totalmente embriagados. Essas situações – dar vexame – não aconteceriam na mesma frequência com que bebiam. G relatou que passou por essa situação apenas duas vezes “aproximadamente”, considerando as conseqüências dos eventos muito

desagradáveis, por isso procurou não repeti-las. Já R afirma não ser “... *do tipo de passar mal, assim vomitar... dar vexame...*” mas que pelo menos uma vez por mês “... *vou até o limite... só se acontecer alguma coisa que me impeça de tomar todas...*” Como não apresenta reações de embriaguez, como as relatadas por G, R continua a beber acima dos níveis considerados aceitáveis.

Apesar dos altos índices de bebidas que ingeriam e da frequência com que o faziam os adolescentes entrevistados não se consideravam alcoólatras. Embora fazendo uso abusivo de álcool, conforme apontado no rastreamento inicial, achavam-se no controle da situação acreditando que não se tornariam dependentes de álcool. Segundo G., “... *acho que moderadamente você toma ali, óbvio que vai ter um caso ou outro, **na exceção**, que vai gerar um alcoolismo, mas aí vai da própria pessoa...*” G se exclui dessa possibilidade, um ou outro, mas não ele. Mesmo R tendo casos próximos de alcoolismo na família, seu avô, acredita que não vai ficar igual a ele “... *não, não... eu acho que tenho consciência, eu acho que tenho, né. Não vou ficar igual a ele...*”. Na busca de sua identidade adulta, alguns adolescentes se sentem acima do bem e do mal, acreditando-se capazes de driblar os efeitos danosos de seu comportamento de risco. Platão, há muitos séculos, alertava que “os meninos não deveriam ter permissão para beber, por causa de sua fácil excitabilidade”, para ele, “não se deve despejar fogo sobre fogo”. (Platão apud. MUSSEN et al. 1988, p. 443). Platão deveria estar se referindo, sem o saber, a “hipótese da vulnerabilidade genética” ou simplesmente à maior vulnerabilidade ao álcool que só se confirma quando em contato com ele. Pensando nesse aspecto, Silva e Mattos (2004, p. 44) afirmam “ser melhor evitar o contato com as drogas no período de maior vulnerabilidade dando tempo ao cérebro para completar seu

amadurecimento e encontrar formas alternativas de prazer que não unicamente o álcool”.

4.2.2 Construção dos domínios sociais e a bebida

Em sua teoria da construção dos domínios sociais, Elliot Turiel propõe que, apesar do julgamento das questões morais serem sociais por natureza, “nem todos julgamentos sociais são morais” (1975, p. 7) Nessa perspectiva, o raciocínio sobre temas convencionais e morais são diferentes. Isso posto, perguntamos: beber de forma abusiva pode ser considerado um tema de conteúdo moral ou convencional? Como os jovens entrevistados avaliam o comportamento de beber se embriagando? Há uma intersecção de domínios nessa questão?

Ao analisarmos o conteúdo das entrevistas realizadas, percebemos que os adolescentes não haviam ainda refletido sobre essas questões. Acreditavam que tal comportamento era inofensivo e, quanto muito, os prejuízos advindos de tal prática afetava apenas a eles mesmos. Alguns não tinham nem idéia que a quantidade de álcool ingerida por eles era tão alta, fato que pudemos comprovar tanto quando preenchiam o AUDIT, quanto nas entrevistas. Um jovem verbalizou que ficara assustado ao ver o resultado da avaliação, dizendo: “... *puxa! Acho que os velhos têm razão! Ando mandando muito, mesmo*”.

Na construção dos conceitos, tanto convencionais como morais, o meio social reveste-se de grande importância. Em contato com os acontecimentos vividos, o indivíduo realiza inferências e elabora seus sistemas de referência sobre esses acontecimentos. Existe uma relação recíproca entre indivíduo e meio social em que os indivíduos não só sofrem o controle do meio, como buscam

entendê-lo, construindo suas estruturas sociais e morais. Quando os jovens justificam, porque bebem e em quais situações, evidenciam-se as influências do meio social “... *eu bebo mais pelo clima... gosto de sentar com meus amigos tomar uma cerveja e tal...*”. Um ambiente social que enaltece o consumo de bebidas como forma de socialização pode favorecer o desenvolvimento do hábito. Na perspectiva da proposta interativa de construção dos conceitos sociais, morais e pessoais, os tipos de conhecimento a serem construídos dependem da ação dos sujeitos sobre os acontecimentos, tarefas e problemas que vivenciam. Existe, portanto, relações sistemáticas entre o desenvolvimento e a natureza dos acontecimentos, do meio com os quais a pessoa defronta-se.

Dessa maneira, acostumado a vivenciar cenas de embriaguez ou consumo abusivo, o adolescente pode ser levado a acreditar que tal prática é natural, como observamos no relato “... *acho que é natural do ser humano, porque você vê que em várias culturas todo mundo bebe, assim...*”. De acordo com essa percepção, beber seria um traço inerente ao ser humano. Como está presente em muitas culturas, ao fazer essa afirmação, o entrevistado poderia estar referindo-se a predisposições fisiológicas e/ou psicológicas, portanto, fora do controle pessoal, sendo percebida quase como uma consequência natural dos seres humanos. Da mesma forma que as pessoas crescem, vão à escola, também bebem. Pela afirmação, a cultura é entendida como uma fonte controladora, determinando as condutas e não vendo as pessoas como capazes de definir, interpretar e julgar as relações sociais tal como propõe Turiel. Talvez, em consequência dessa maneira de pensar, os adolescentes não tivessem, até a data das entrevistas, parado para refletir sobre seus conceitos de suas bebedeiras, agrupando-os em aspectos de “foro íntimo” sem qualquer ônus para os outros.

Porém, para que os jovens não se acomodem e/ou recebam passivamente do grupo as convenções sociais e os juízos morais, a presença de adultos faz-se imprescindível. Turiel (1984) esclarece que o comportamento dos adultos e a comunicação que deles provêm é que são responsáveis pela construção dos comportamentos e juízos daqueles que lhes estão próximos. Assim sendo, o contato que desde pequenos, têm com as bebidas alcoólicas pode influenciar sua futura relação com elas. Podemos fazer aqui uma analogia com a proposta de Asch (1966) quando, em suas pesquisas, considerou que as pessoas julgam as situações estabelecendo relação entre o conteúdo específico e o autor da mesma. O valor atribuído ao autor da situação é determinante para quem a avalia. Assim sendo, quem e qual a avaliação que o adolescente faz de quem bebe pode influenciar seu início e quantidade no hábito de consumir bebidas alcoólicas. Se tiverem os pais em alta conta e os virem bebendo, isso pode contribuir para beberem também. Se os colegas e amigos mais chegados fazem uso excessivo das bebidas, podem também julgar e interpretar que esse comportamento é adequado. Um aspecto a ser ressaltado aqui é maior ou menor vulnerabilidade de exposição ao álcool. Como não sabemos como cada organismo se comporta frente ao uso de bebidas alcoólicas, Silva e Mattos (2004) acreditam que se deve evitar “o contato com as drogas durante o período de maior vulnerabilidade” o que daria um tempo maior tanto para o cérebro completar seu amadurecimento como também propiciar um maior conhecimento de suas capacidades além da aprendizagem de formas outras de entretenimento do que apenas beber.

No curso do desenvolvimento, nós nos deparamos com diferentes tipos de acontecimentos. Essa diversidade na qualidade dos acontecimentos proporciona a construção de domínios de conhecimentos diferentes. As situações

experenciadas não são todas do mesmo tipo ou estão incluídas na mesma classe, ao contrário, têm propriedades diversas o que contribui para a construção das diferentes formas de conceber as interações sociais.

No entanto, muitas questões podem não estar claramente categorizadas como sociais ou morais, elas podem conter elementos de ambos os domínios. Algumas situações que inicialmente podem ser categorizadas como sendo de convenção social, podem ter implicações morais em suas conseqüências. Turiel (1984) aponta para o fato de que muitas situações incluem componentes de mais de um domínio que devem coordenar-se simultaneamente

Um ato convencional pode se converter numa questão moral. Isso pode ser entendido pelas conseqüências que esse ato pode provocar à própria pessoa que o realiza ou a outrem. Beber se embriagando, não é julgado como uma questão moral, mas embriagada a pessoa pode provocar danos a ela e a outros que não necessariamente estejam envolvidos com seu comportamento de beber.

Um dos adolescentes entrevistados aponta para esse fato quando relatou achar “... *sacanagem! Pó, daí um cara embriagado bate no carro da galera que está todo mundo sóbrio e morreram!*”. Apesar de sóbrios, morreram em conseqüência do alto teor alcoólico de outros. O jovem considera uma injustiça tal situação. Outro jovem, que já tinha 18 anos, relatou que sabia que não deveria dirigir embriagado, mas o fazia assim mesmo. Procurava, segundo ele “... *andar devagar, só em segunda e terceira...*” o que, acreditamos, não o isentava da possibilidade de um dia envolver-se em situações perigosas, pois ele parece não perceber as implicações desse seu comportamento, que inicialmente pode ser

considerado social, mas pode passar a ter conotações morais pelas suas conseqüências.

Na visão construtivista interativa, as experiências têm lugar fundamental. No entanto, algumas situações não precisam e nem devem ser experienciadas pelas crianças para que aprendam através da ação, pois elas podem trazer danos físicos, entre outras conseqüências. Não há necessidade de que, só após uma bebedeira e suas conseqüências, o adolescente perceba que se trata de um comportamento indesejável e perigoso. Nesses casos, a aprendizagem pode ocorrer de forma vicária, ou seja, pelos modelos e acontecimentos semelhantes chegar a perceber as questões morais envolvidas na convenção social de beber. Na perspectiva da teoria dos domínios sociais de Turiel (1984), os conceitos morais se formam através das experiências da criança com as ações interpessoais que têm conseqüências intrínsecas. Dessa forma, o comportamento dos adultos e a comunicação que deles provêm é que são os responsáveis pela construção dos conceitos e juízos sociais e morais das crianças.

Além disso, algumas situações podem conter elementos de domínios diferentes, podem estar relacionadas a dois domínios o que provoca uma ambigüidade ao ter que categorizar o tema. Embora o comportamento de beber se embriagando não tenha sido considerado como uma questão moral pelos entrevistados, quando instigados a refletir sobre as possíveis conseqüências desse ato, alguns deles julgam “... *uma sacanagem...*” alguém embriagado provocar danos e até a morte de quem não está envolvido na situação. Ao mesmo tempo em que têm uma ação similar, criticam-nas pelos efeitos que podem provocar. Esse pode ser um exemplo claro de temas que

entram em conflito pelas suas conseqüências. Da mesma forma que beber se apresenta como um meio de socialização, sendo neste, aspecto, considerada uma convenção, o resultado desse comportamento pode fugir do âmbito das convenções, convertendo-se em morais. Juízos basicamente convencionais podem assumir implicações morais secundárias.

Nucci e outros (1991) objetivavam identificar como adolescentes classificavam seu comportamento de consumir substâncias psicoativas. Os resultados apontaram que poucos entrevistados percebiam o hábito como algo errado ou imoral, tendiam a julgar o comportamento como um assunto pessoal. As respostas de nossos entrevistados apontaram para mesma direção. Os adolescentes acreditavam ser o comportamento de beber embriagando-se uma decisão pessoal, enquadrando-o, portanto, no domínio psicológico ou pessoal. Esse domínio reúne "... o conjunto de ações que definem os aspectos privados da própria vida individual, onde a questão "certo ou errado" é uma preferência em vez de obrigação" (MARTINS, 1991, p. 75). A justificativa para emitir certos comportamentos é o interesse próprio, sendo ele a única fonte de autoridade. Aceitar ou não as regras de prudência seria uma questão pessoal, tendo como objetivo evitar danos a si mesmo. A relação com o outro e as possíveis conseqüências de suas ações não estão nesse raciocínio.

Quando os adolescentes se sentem no controle da situação, capazes de assumir o comando de suas ações, não percebem que elas podem ter implicações morais secundárias. De acordo com o relato de um deles "*... você está bebendo e você não está vendo automaticamente tipo: eu estou estragando minha vida... a não ser a hora que você sai bêbado dirigindo e bate... aí você cai na real e nunca mais bebe e dirige...*". Podemos fazer a seguinte interpretação dessa fala:

inicialmente o comportamento de beber é social e pessoal, porém ao sair bêbado e provocar um acidente, as implicações secundárias conseqüentes passam a ser morais. O jovem só se dará conta disso, segundo as palavras do entrevistado, depois de ter cometido a infração. Haveria uma forma de evitar conseqüências desastrosas dessa natureza? Quantos acidentes, com conseqüências graves, que provocam lesões permanentes, interrompendo carreiras brilhantes em seus estágios iniciais, poderiam ser evitados se adolescentes e jovens adultos construíssem o conceito de que seus comportamentos de domínio pessoal podem ter conseqüências de cunho moral, para ele e para outrem? Como possibilitar ao jovem a construção de um quadro de referência que o torne capaz de controlar seus impulsos de domínio pessoal e estabelecer uma coordenação entre os domínios? Como levá-los a perceber que embora os domínios tenham temas diferentes, há uma relação entre eles e suas fronteiras possuem limites tênues? Acreditamos ser esse um desafio para nós educadores engajados na atividade de socialização de nossas crianças e adolescentes...

4.2.3 Autoridade para controlar o uso de bebidas alcoólicas

A adolescência traz consigo não só mudanças físicas e biológicas como também psicológicas e com elas conflitos de identidade. O jovem pouco a pouco vai deixando para trás seu mundo infantil para entrar no mundo adulto. Não é, na nossa sociedade ocidental, muitas vezes, um período de transição fácil, estabelece-se uma tensão entre o adolescente e o mundo adulto. Dentre essas tensões, podemos apontar a questão da autoridade adulta em relação aos jovens.

Quem eles passam a respeitar, quais as opiniões que são significativas para eles, são questões presentes para pais, professores que lidam com essa população.

Em nossa pesquisa, percebemos que, apesar de haver alguma divergência nas respostas, quase todos os entrevistados acreditam que, em relação ao hábito de consumir bebidas alcoólicas, as fontes de autoridade para controlar tal hábito seriam eles mesmos. Podemos comprovar isso por meio das seguintes falas:

...faz parte do próprio crescimento da pessoa, ela mesma perceber as coisas. Porque por mais que falem, ela só vai saber mesmo quando ela passar por esta situação... 40 a 50% de eu mesmo não beber, vem da minha própria experiência...

...por mais que falem sempre dos danos do álcool, os males você acaba não levando em conta. Até que chega uma hora que você... sabe?

...AH! Não sei...acho que na verdade... eu não respeitaria ninguém se eu quisesse beber, sabe? Se eu quisesse beber, eu acho que não iria respeitar ninguém, ao menos se a pessoa estivesse comigo assim naquela hora naquele momento...

Apesar de poucas experiências relativas ao consumo de álcool, o adolescente julga que a aprendizagem de moderação e controle do uso ocorre através dele mesmo. Sente-se capaz de, sozinho, discernir entre o certo e o errado. Smetana e Turiel (2003, p. 260), buscando entender a legitimidade da autoridade paterna em adolescentes, em atos de diferentes domínios sociais realizou uma série de pesquisas. Os resultados obtidos indicaram que, durante a passagem para a adolescência, as concepções dos jovens sobre autoridade paterna mudam. Se, no período da infância, as crianças crêem piamente nas determinações de seus pais, agora, na adolescência, essa crença pode ser abalada e alguns jovens não mais

escutam as recomendações paternas, desejando viver as experiências e delas tirar suas conclusões sobre as conseqüências advindas.

Os jovens parecem levar ao pé da letra a concepção construtivista de aprender com a experiência. Se outros conceitos são construídos a partir do contato e na relação com os objetos, as experiências de diferentes naturezas deveriam seguir o mesmo princípio? Acreditamos que não. Como já mencionamos anteriormente, em algumas situações a criança ou jovem não necessariamente, deve passar por elas para tirar suas conclusões. Pode aprender o que é certo ou errado por meio de estratégias organizadas pelos adultos, modelo e discussões de situações colhidas em jornais, revistas, etc. Sabemos que, na perspectiva, da educação construtivista, devemos passar gradualmente da coerção, em que há um sentimento de respeito unilateral, para um estado de cooperação, estando presente aí o respeito mútuo. Embora essa afirmação seja a pedra basilar para o alcance da autonomia, a fim de preservar a integridade física da criança e dos jovens, em alguns casos, um grau de coerção se faz necessário.

Especificamente, no caso da bebida, aprender com a experiência, como disseram alguns dos entrevistados, pode causar danos, às vezes, irreparáveis e desnecessários. Eles mesmos, durante as entrevistas, relataram casos de amigos ou conhecidos que sofreram injúrias físicas em conseqüências do alto teor alcoólico deles ou de quem os acompanhava. Citaram, como exemplos, fatos em que eles estiveram direta ou indiretamente envolvidos tais como: numa festa após terem bebido bastante, podendo ser considerados embriagados, pularam na piscina. Ao pular, um o fez em cima de outro, fraturando-lhe uma vértebra cervical, causando graves problemas físicos. Outro relatou que um amigo viajava no carro do carona quando o motorista, “levemente” embriagado saiu da pista capotando o carro várias

vezes. O carona sofreu também lesões medulares, ficando paraplégico. Mesmo diante desses fatos, relatados por eles, ainda assim acreditam serem eles a autoridade para controlar seu hábito de beber.

Nem todos entrevistados, no entanto, concordaram com a visão de aprender pela experiência no caso da bebida. Alguns disseram que “... *os pais têm que se impor. Não é não. Você está de castigo, está de castigo. Você não vai sair porque eu mando aqui, esta casa é minha então você não vai sair...*”. Na afirmação, podemos perceber mesmo a busca e permissão pelo adolescente de uma posição mais firme dos pais, destacando a necessidade de, em certas situações, haver uma imposição dos pais sobre a vontade dos filhos.

Outros acreditavam que, se não eles mesmos eram a autoridade para controlar o consumo de bebida alcoólica, quem deveria fazê-lo seriam pessoas que “... *já viveram uma situação, já foi prejudicada pelo álcool, porque a melhor pessoa para falar é quem já passou por isso...*” Dessa forma, ter sido vítima de uma situação embaraçosa, desastre ou outra injúria qualquer confere *status* de exemplo. Ainda que uma vez, passar pela experiência é visto como importante. O jovem completa “... *porque você não pode colocar alguém que nunca bebeu na vida e falar assim... “não bebe porque não é bom”... e a pessoa nunca experimentou! Ela não sabe o que causa, a vergonha que você sente depois... ela não sabe de nada!! Como é que ela vai poder falar?...*”

Um único adolescente apontou a irmã como autoridade para controlar sua ingestão de álcool. Isso porque, segundo ele, a irmã já havia passado por situações semelhantes, portanto ela o entendia, diferentemente dos pais que eram evangélicos e não faziam uso de bebidas alcoólicas. Apesar de nomear a irmã como possível autoridade, no caso da bebida, ainda assim não leva em

consideração suas advertências como ele mesmo afirma “... *não é que eu escuto ela, é que eu sei que ela sabe, entendeu?*”

Pudemos observar assim que a questão da autoridade para o uso de bebidas é controvertida, pois alguns, poucos, acham que os pais devem impor-se, outros não aceitam qualquer imposição nesse sentido, acreditando que devem passar pela experiência para adquirirem controle e moderação sobre o uso. Outros ainda não acreditam que devem ter controle ou moderação, quando têm vontade bebem e pronto.

Nos debates com pais, professores e os demais profissionais envolvidos, a questão de ter ou não ter autoridade é sempre levantada. Pais e professores desejam sempre estar no controle das situações. Acreditam que manter a tutela de seus subordinados é importante para uma boa educação. Mas, muitas vezes, fazem-no de maneira punitiva o que, no período da adolescência, pode levar a uma atitude de contestação com comportamentos opostos aos desejados. A autoridade não se dá pela imposição, como um entrevistado assinalou, mas, na visão construtivista, por meio da reciprocidade, do respeito mútuo e do exercício do intercâmbio de pontos de vistas, propiciando assim à criança e ao jovem descentrar-se de suas opiniões. E, sempre lembrando, que se trata de um processo, de uma construção, portanto não é da noite para o dia ou numa única vez que ocorre a aquisição de novos conceitos.

Piaget (1932, 1977), Kohlberg (1981,1984), Turiel (1984) vêm, na transgressão, oportunidades para que os envolvidos se comuniquem entre si. A comunicação que se estabelece a partir de uma transgressão tem função de retroalimentar a pessoa que transgride. Sendo feita com respeito mútuo, adquire cunho educativo tanto para quem teve participação direta quanto para os que

apenas presenciaram os fatos. A transgressão, desta forma, não é vista como fim ou efeito de situação mal elaborada sem recuperação, mas como questão que provoca um desequilíbrio no processo de construção dos conceitos de qualquer natureza. Os conflitos surgidos a partir de uma situação na qual o jovem ingeriu grandes doses de bebidas alcoólicas, devem ser vistos como possibilidade de reflexão sobre o fato e oportunidade para uma mudança.

Está presente aqui, a idéia de que cada forma de pensar representa uma reorganização estrutural da anterior, o nível anterior passa a fazer parte do novo, apresentando uma forma qualitativamente diferente. O que antes poderia ser pensado como uma questão inserida no domínio das questões pessoais, após a transgressão e as discussões realizadas entre o transgressor e os adultos, têm a possibilidade de ser vista como uma questão sociomoral, pois, além de constituir uma situação que traz prejuízos pessoais, pode acarretar também danos a outrem.

Devemos lembrar também que, na adolescência, o grupo de pares adquire ponto de referência muito maior que a família. Os membros socializadores são muito mais os amigos da mesma idade e que passam pelas mesmas indefinições do que o grupo familiar. Como já dito, o adolescente está a meio do caminho – nem criança e nem adulto. Essa indefinição provoca conflitos e estresse que, muitas vezes, podem ser liberados pela bebida em companhia de amigos também angustiados e à procura de suas identidades. Segundo Silva e Mattos (2004, p. 41), “se todo este processo ocorre de forma protegida e assistida, uma possível experimentação de drogas psicoativas nessa época tenderá a se resolver com a maturidade”.

Acompanhar o processo “de forma protegida e assistida”, no caso das bebidas alcoólicas, deve acontecer através da reciprocidade do sentimento de

respeito mútuo. Os exageros iniciais devem ser vistos como um desconhecimento dos efeitos e conseqüências que grandes quantidades de bebidas alcoólicas podem produzir no organismo. Mais do que punir ou impor castigos expiatórios de forma arbitrária, essas transgressões se revestem de oportunidades para refletir sobre o assunto e como enfrentá-lo.

Sabemos que a educação deve passar gradativamente da coerção, que implica cuidados com a integridade física, inclusive, daquele que está em desenvolvimento, para a cooperação, o que, de acordo com a visão construtivista, asseguraria um possível alcance da autonomia. Assim sendo, quando o adolescente se inicia no mundo adulto das festas, churrascos e baladas, as experiências com as bebidas alcoólicas deveriam ser, a princípio, inicialmente monitoradas e controladas de perto pelos adultos significativos de modo que, paulatinamente, isso possa ser feito de forma responsável por eles mesmos.

Já que os amigos, nesse período, se revestem de grande importância para os adolescentes, faz-se necessário o acompanhamento do grupo de convivência, objetivando o conhecimento dos hábitos e opiniões dos mesmos sobre vários temas inclusive quanto à ingestão de bebidas alcoólicas.

4.2.4 Orientações sobre o uso de bebidas alcoólicas

Em 2005, o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID publicou o V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 capitais brasileiras. Os resultados da pesquisa apontaram que as drogas legais, álcool e tabaco, foram as drogas com menor média de idade

para o primeiro uso 12,5 anos e 12,8 anos, respectivamente. Os jovens vêm consumindo bebidas alcoólicas numa idade cada vez menor em relação aos levantamentos anteriores. Nas conclusões, sugerem que “dentre as substâncias psicotrópicas analisadas no estudo, o álcool foi a que teve menor média de idade do primeiro uso” (GALDUROZ, 2005, p. 367), o que torna a questão do álcool no Brasil um grande problema de saúde pública.

Diante de dados tão preocupantes, os segmentos que lidam com os jovens nesta faixa etária, têm empreendido várias iniciativas de intervenção. As ações desenvolvidas visam tanto à prevenção quanto à recuperação daqueles que já se encontram em situação de consumo abusivo ou mesmo dependência. Em nosso trabalho, buscamos perceber como os adolescentes vêem essas ações. Para tanto, solicitamos que eles nos falassem como viam as orientações que recebiam, em relação ao consumo de álcool, dos pais, da escola e das campanhas veiculadas na mídia.

Todos os entrevistados consideram as campanhas veiculadas na mídia como incapazes de impedir o consumo de bebidas alcoólicas bem como alertar para os prejuízos que elas podem causar. Um deles relatou que sente que as campanhas têm na verdade “... *efeito contrário...*”, levando os adolescentes a beber mais ainda. Outro complementa que isto ocorreria *porque “... porque eles colocam um monte de mulher bonita, com um monte de cerveja e de repente... BEBA COM MODERAÇÃO...”*. No entendimento desse jovem, a associação entre a bebida alcoólica e a possibilidade de ter sucesso, ascensão social e mulheres bonitas neutraliza o aviso da necessidade de consumir a bebida com moderação. Completa, dizendo não acreditar na possibilidade de beber com moderação “...*ninguém que vai beber vai beber com moderação!...*”.

A estratégia de marketing adotada é percebida pelos adolescentes quando dizem “... *quando você vê aquilo lá, é o paraíso, te colocam numa praia maravilhosa, um monte de mulher linda, ou homens sarados...*”, numa alusão, nada subliminar, de que, ao fazer uso de determinada bebida alcoólica, o consumidor pode conseguir as mesmas regalias transmitidas pela propaganda. A possibilidade de obter tudo aquilo que é anunciado fica mais fácil quando se comporta da forma demonstrada. Não é por acaso que as campanhas desta ou daquela bebida usam desses artifícios, atingindo seus objetivos quando aumentam o consumo de bebidas alcoólicas, conforme apontado pelas pesquisas do CEBRID. Mesmo percebendo ser uma jogada mercadológica, os jovens não conseguem se livrar dela.

SNYDERS e colaboradores (2006) comprovaram esse fato pelos resultados que obtiveram, em sua pesquisa, sobre o efeito, nos jovens da exposição a propagandas de bebidas alcoólicas. Segundo esse grupo de pesquisadores, uma exposição cumulativa às propagandas pode induzir ao início e ao aumento do uso das referidas bebidas. Mesmo que os fabricantes dessas bebidas argumentem que o objetivo das campanhas não seria recrutar novos consumidores ou aumentar a quantidade do consumo, mas sim competir com outras marcas existentes no mercado. Apesar dessas justificativas, os efeitos que observamos são exatamente o contrário: a longo prazo pode instigar o consumo, mesmo que seja por curiosidade.

Há alguns anos, as propagandas eram mais voltadas para o público masculino, traziam sempre homens bebendo acompanhados de mulheres exuberantes, em situações paradisíacas. Hoje podemos comprovar uma mudança no tom empregado nas campanhas que buscam atingir também as mulheres quando colocam “... *homens sarados...*” e grupos mistos em momentos de lazer, bebericando juntos, indicando para direitos iguais nesse hábito. Ainda que, de

acordo com o V Levantamento realizado pelo CEBRID, o sexo feminino faça um maior uso, na vida, de anfetamínicos e ansiolíticos, o consumo de bebidas alcoólicas também aumentou entre a população feminina.

As advertências: APRECIE COM MODERAÇÃO, BEBA COM MODERAÇÃO que aparecem ao final das propagandas “... *não influencia em nada...*” na opinião de uma jovem entrevistada. Segundo ela, “... *Eles falam só porque é lei, né?...*”. Dessa forma, esses avisos teriam apenas a função de atender ao disposto na lei, talvez sabendo, de antemão, não terem pouco ou nenhum significado real. Alguns jovens acham mesmo que é ridícula a colocação de tal observação dizendo que o adolescente “... *Assiste este tipo de propaganda e dá risada, sabe. Fala! Nossa! Que ridículo...*”. Outra jovem, participante desta pesquisa, acredita que o que poderia ter algum efeito seria mostrar “... *um vídeo com uma pessoa passando mal. Tomando glicose. Você tem que chocar a pessoa...*”. Mas isso iria em sentido contrário aos objetivos das campanhas publicitárias.

As campanhas do governo, Ministério da Saúde, entre outras, também não cumprem seus objetivos de alerta aos perigos das bebidas alcoólicas para a população em geral. Os adolescentes entrevistados as consideram sem efeitos para eles, pois as existentes só falam sobre os perigos de dirigir embriagados. Os menores de 18 anos não têm licença para a condução de automotivos, desse modo, as propagandas não os atingem. Mesmo assim, eles as consideram ruins. Um entrevistado fez a seguinte avaliação “... *Agora estas propagandas do governo eu acho que 90% são fracas. Tipo assim, você olha lá falando **Não dirija alcoolizado**. Sabe, pelo menos em mim não tem aquele impacto psicológico assim... acho que propagandas mais agressivas assim poderiam dar uma... pelo menos uma assustada. Mas não é este susto que vai fazer você moderar, a ter uma*

conscientização também...” Quando questionamos se haveria fato mais chocante do que a morte que, algumas vezes, é mostrada nas propagandas, o jovem nos respondeu que a morte é apenas insinuada e não o fato real. Na continuidade relatou que “... *Eu lembro que tinha uma propaganda foi veiculada nos EEUU, me mandaram por e-mail... estava um motorista bêbado dirigindo e bateu no carro de uma garota sóbria, ela nunca bebia. Ela ficou tipo... o motorista, acho que morreu e ela ficou tipo, totalmente deformada vários problemas. Acho que isto tem um peso maior. Aparecia ela toda machucada..”*

A idéia de vinhetas chocantes foi uma questão repetida por alguns dos jovens entrevistados. Isso pode ser exemplificado na fala “... *eles não mostram o cara morto, se mostrassem seria mais agressivo...*”. Alguns consideraram que “... *as propagandas mais fortes sempre são associadas ao álcool com direção, né, aí quem não dirige fica na mesma. Fala: não é para mim...*” Não se sentem atingidos. No entanto, podem ser alvo de outros perigos quando fazem ingestão de altas doses de bebidas alcoólicas tais como: envolver-se em brigas, com conseqüências para si e outros; sofrer quedas e comportamento sexual de risco. Esses riscos não são lembrados como muita ênfase nas propagandas. Isso se daria porque existe outra lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores? Essa lei, como tantas outras, em nosso país não é cumprida, pois não há uma fiscalização para a observação de seu cumprimento.

As orientações que os adolescentes receberam da escola também não foram consideradas como produtivas a ponto de evitar que os mesmos não fizessem uso abusivo do álcool. Tanto as iniciativas da escola particular quanto as da escola pública foram vistas como insatisfatórias.

Uma jovem, quando questionada sobre as orientações recebidas, respondeu que achava que nunca havia escutado falar nada sobre o assunto "... Pelo menos que eu me lembre, eles nunca falaram sobre bebida na escola. Não eu não me lembro de ter tido nenhum tipo instrução assim. Acho que nenhuma matéria nunca comentou sobre isto...". Outra relatou que talvez não falar sobre o assunto fosse até deliberado por parte da escola "... acho que eles preferem nem mexer, até porque se falar é perigoso ser vaiado, porque não tem ninguém ali que não beba, é muito raro...".

As estratégias lembradas por alguns ocorreram mais no Ensino Fundamental sendo, porém abandonadas no ensino Médio "... no colegial... eu não acho que ele faz um trabalho pedagógico assim bom... porque acho que eles são muito preocupados somente com o vestibular, a universidade, beber isto é segundo plano assim...". O adolescente aqui aponta para uma preocupação exclusivamente acadêmica da escola, de transmissão de conhecimentos acadêmicos, deixando a formação para um outro momento que não interfira nas atividades de ensino, previamente planejadas. Isto é corroborado por outro jovem quando diz "... Eu acho que faz... até na 7ª série assim se faz vários trabalhos... faz um trabalho legal até, tipo não é uma campanha assim para não beber, mas você aprende muito... no colegial já é bem menos assim, é por conta mais de cada professor...".

No Ensino Médio, as orientações passam a ser mais esporádicas e também, segundo um entrevistado, feitas de forma não condizente com a idade dos alunos "... O adolescente foi evoluindo e o modo de ensinar não evoluiu. Então é aquele negócio... aquela palestrinha, aquele teatrinho maçante... isto não adianta mais, o adolescente acha até meio ridículo...". As mesmas práticas adotadas para as crianças persistem para os adolescentes.

Os entrevistados da escola pública apontaram que tiveram uma experiência interessante, mas que foi iniciativa da Unidade do Corpo de Bombeiros da cidade. Na oportunidade, o Corpo de Bombeiros estava fazendo uma campanha contra Bebida e Direção e foram à escola. Realizaram uma semana de palestras. Segundo os alunos, eles usaram uma estratégia que consideraram muito positiva “... *na verdade eles nem explicaram nada porque eles falaram que não iriam explicar nada porque nós já estávamos cansados de saber e então eles iriam mostrar...*” *Então eles fizeram várias palestras mostrando os diversos acidentes. Levaram “slides”, levaram filmes mesmo do Siat (órgão responsável por prestar socorro às vítimas de acidentes de carro na cidade de Londrina) chegando, socorrendo os corpos assim. E também levaram um monte de fotografias. Eles colaram nas paredes com uns papeizinhos pretos. Daí levantava, tinha gente morta, carros batidos...*”. Essa forma de apresentar as conseqüências do uso indevido de bebidas alcoólicas teria servido, para os jovens que participaram, mais que palavras e sermões. “... *Os meninos prestaram atenção. Porque quando tem palestra, sabe, de ficar falando eles nem escutam, entra por aqui, sai por aqui... Esta iniciativa dos Bombeiros chamou bem mais a atenção deles eu acho. Porque tinha os vídeos, os acidentes, as fotografias eram bem fortes, sabe, então acho que deu impacto...*”. Observamos aqui, novamente, a necessidade de chocar para dar resultados.

A adolescência é vista como um período de auto-afirmação e de negação da autoridade paterna, muitas vezes, marcada por atos de transgressão. Curiosamente, no entanto, alguns jovens entrevistados, sentiram as orientações recebidas dos pais como as mais satisfatórias e de maior repercussão. Mesmo que não as seguissem à risca, levavam-nas em consideração quando diante do dilema de beber ou não. Eles acreditam que adianta os pais falarem para agir com cuidado

em relação à bebida. Um entrevistado relatou que *“... e eu tive uma formação tão boa em casa em questão a isto, que eu tinha consciência que eu bebia porque eu queria beber... mas que não iria virar alcoólatra por isso...”* Um bom relacionamento entre pais e filhos também foi apontado como fator importante para que escutassem as orientações recebidas dos pais. *“... A minha mãe sempre fala: ‘ Não bebe, não fuma, sabe?’ Aí eu falo” Ah! Mãe, eu não vou mentir para você que eu não coloco nada na boca... eu procuro sempre contar tudo para minha mãe. Mas toda vez que a gente sai...a minha mãe não dá a chave para gente porque ela quer ver como a gente chega...”*. Outra jovem relatou que *“...minha mãe evita proibir para que a gente não goste da coisa, daí ela deixa, só que ela fala para a gente se controlar, ainda mais agora que a gente vai fazer 18, daí ela fala assim: você quem sabe...”*. De acordo com esses relatos, os pais vão, pouco a pouco, transferindo para os filhos a responsabilidade o controle do uso de bebidas alcoólicas.

Alguns jovens, porém, relataram que, mesmo querendo, os pais não sabiam como dar orientações sobre essa questão. Ou reprimiam simplesmente ou tomavam iniciativas muito frouxas. Um adolescente apontou que *“... meu pai acho que ele pode até ter tentado assim orientar, só que ele não sabe, então não tem como assim, ele sempre falou não bebe não faz isso tal...”* ou então como outro declara: *“...Ele dá umas orientações muito assim sem restrição... “não bebe não faz isso” entendeu?... Tipo não bebe, só isso...”*.

Um aspecto importante levantado foi a experiência dos pais em relação à bebida. Se eles nunca haviam bebido ou tomado algum “pileque”, como poderiam orientar sobre isto? *“... Só que tipo não tem como saber... ele não sabe como orientar, porque ele não viveu a mesma coisa que eu...”*. Ter passado por

situações semelhantes é o que habilitaria os pais a fazerem recomendações dignas de serem levadas a sério pelos jovens.

Alguns apontaram a Igreja e os grupos de jovens que freqüentavam como tendo um *status* de maior significância na regulação do hábito de beber sem embriagar-se. Uma jovem ponderou que talvez a escola pudesse seguir a mesma metodologia empregada pela Igreja para orientar os jovens quanto aos malefícios de beber em grandes quantidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia três de setembro de 2006, o Fantástico, programa dominical a que grande parte da população brasileira assiste, veiculou uma reportagem sobre um acidente de trânsito ocorrido naquela madrugada, no qual cinco jovens perderam a vida. Possivelmente, relatava o repórter, o motorista estivesse embriagado. A cena realmente chocava aqueles que a viam. Um pai sentado no asfalto acariciava a mão inerte de seu filho. Dor e comoção de todos os presentes. O tio de um dos jovens fez uma declaração: *“Infelizmente, o jovem pensa que pode tudo! Acredita que nada vai lhe acontecer”*.

Embora chocante essa cena nada tinha de inédita. Várias vezes assistimos a notícias parecidas. Todos têm histórias para contar de acidentes de carro, quedas, afogamentos, brigas com lesões corporais provocados por adolescentes e jovens que se encontravam embriagados, podendo ser creditado ao abuso de álcool o determinante de tão graves acontecimentos.

Por estarmos sempre ligados ao trabalho prático e teórico com adolescentes éramos freqüentemente notificados de eventos como esses. Tal situação despertou nos o interesse em compreender qual era realidade dos adolescentes londrinenses, como vinham fazendo uso do álcool, se havia diferença entre estudantes de escola particular e pública, quem eles reconheciam como autoridade para controlar o uso e se percebiam esse hábito como tendo conotações morais ou não.

Vivemos numa cultura que, por consequência talvez de nossa colonização, tem quase como regra fazer suas comemorações com muita comida acompanhada, na maioria das vezes, de bebidas alcoólicas. Dessa forma, as

oportunidades para beber têm início em casa. Por brincadeira, para acompanhar o clima ou por curiosidade, os jovens têm o primeiro contato com o álcool com os pais oferecendo-lhes as primeiras doses.

Essa prática se estende para as suas festas quando também terão seus motivos para festejar. Como são menores de 18 anos e teoricamente, não poderiam comprar bebidas alcoólicas, as mesmas são consumidas em comemorações organizadas em locais privados. As práticas observadas em seus lares são, fruto de modelo, reproduzidas nos locais de convivência dos adolescentes. Longe da vigilância dos adultos, os jovens nem sempre conseguem estabelecer moderação em seus comportamentos e exageram na quantidade de bebidas ingeridas. Com o aumento da freqüência desses encontros regados a bebidas alcoólicas, desconhecendo seus limites e vulnerabilidades, passam a beber cada vez mais. Por conseqüência, estabelece-se uma relação indissociável entre os encontros e bebidas alcoólicas, constituindo-se a presença delas uma obrigatoriedade. A análise dos dados revelou que, assim como em outros locais, os adolescentes entrevistados vêm consumindo álcool cada vez mais cedo (GALDUROZ, 2005). De tal maneira que, adolescentes de 13, 14 anos já estão consumindo quantidades consideradas abusivas, sendo alguns enquadrados como dependentes.

Apesar de os adolescentes fazerem uso de bebidas alcoólicas, esse parece não ser um assunto que gostam de comentar abertamente, haja vista a baixa adesão dos mesmos à pesquisa realizada. Ao lerem os objetivos explicitados no Termo de Consentimento e como eram menores de idade e, portanto seus pais deveriam assinar também, muitos alunos deixavam claro que não queriam fazer parte do grupo pesquisado. Talvez temessem os resultados? Preocupação com a

possibilidade de serem descobertos como bebedores abusivos e delatados para os familiares ou para a escola? A figura de uma representante da escola nos acompanhando nas salas pode ter-se constituído num fator inibitório?

Embora acreditem que a aprendizagem deva ocorrer pelas próprias experiências e não reconheçam nos adultos uma fonte de autoridade para controlar o consumo de bebidas alcoólicas, os adolescentes parecem ter clareza de que se envolver em bebedeiras não é um comportamento desejável e referendado pela maioria das pessoas. Por isso, a indisponibilidade de falar com um deles sobre o assunto principalmente quando poderiam ser identificados, como era o caso.

O adolescente busca se afastar das características que o relacionam como criança para cada vez mais se aproximar do mundo adulto, na tentativa de construção de uma nova identidade (SERRÃO; BALEEIRO, 1999). Nesse período, geralmente, as companhias têm maior força para determinar os comportamentos que o grupo familiar. Desejando fazer parte da “turma” os adolescentes passam a apresentar os mesmos hábitos que ela. Em virtude desta vontade, se, nas reuniões, churrascos e baladas, a maioria faz uso de álcool ou é atraída para as festas exatamente por isso, é de se esperar que o jovem, querendo ser considerado como participante do grupo, passe a beber também. Aquele que, por qualquer motivo, não ingere bebida alcoólica é considerado o diferente, “nerd”, entre outros adjetivos que o colocam fora das regras de adesão aos encontros do grupo. Além disso, se, durante seu desenvolvimento, a criança observa que os adultos fazem uso de bebidas para festejar, vai associar esse comportamento como sendo próprio do mundo adulto, assim, ao beber, sentir-se-á um adulto também. Tal situação estaria consoante com a adotada por Turiel (1984) quando afirma que o desenvolvimento

dos conceitos sociais está diretamente relacionado com os eventos vivenciados pelos sujeitos.

Não estamos advogando uma vida abstinência ou com ausência quase total de ingestão de bebidas alcoólicas, mas que essa ingestão possa ser feita de forma equilibrada e com responsabilidade. Como o jovem não tem clareza de seus limites de tolerância e sua vulnerabilidade ao álcool, fica difícil pensar num beber equilibrado. Aristóteles já em seu tempo, alertava para a impetuosidade da juventude. Esta impetuosidade, em algumas ocasiões, é a responsável por atitudes que subestimam os perigos de envolver-se em situações de risco e transgressão. Sentindo-se “super-homens” nenhum mal lhes ocorrerá. Assim sendo, mesmo que possa ser visto como carece, um acompanhamento adequado ao adolescente sobre suas indagações e o período de mudanças pelo qual está passando, faz-se necessário.

De acordo com Turiel (1984), durante o seu desenvolvimento, as pessoas entram em contato com acontecimentos diferentes o que proporciona a construção de distintos domínios de conhecimento. As convenções sociais são reunidas no domínio convencional e têm um caráter socioorganizativo, que dispõe como as pessoas devem se relacionar. As disposições desse domínio são arbitrárias e dependentes do contexto na qual estão inseridas. Já as regras morais, que envolvem julgamentos de justiça, direitos e bem-estar, fazem parte do domínio moral. Estão incluídos nesse domínio conceitos tidos como universais independentes do meio. As questões que incluem o conceito de pessoa e as consequências dos atos cometidos afetando principalmente aquele que os praticou, pertencem ao domínio psicológico ou pessoal.

Isso posto, observamos que os jovens acreditam que a decisão de beber, seja ela de que forma for, é pessoal, uma preferência particular não considerando as conseqüências desse comportamento para si e para os outros. Querendo beber, deve fazê-lo de acordo com sua vontade, não entrariam aqui avaliações do que é certo ou errado. Não se sentem cometendo nenhum ato de transgressão, uma vez que beber ou não a quantidade que desejar está relacionado com sua disposição pessoal. Sentindo-se donos de suas ações, não se preocupam nem mesmo com sua própria integridade.

No entanto, questões convencionais e pessoais podem converter-se numa questão moral pelas conseqüências que acarretam. Os conceitos sociais podem e têm implicações com os conceitos morais. Os jovens entrevistados não viam o fato de beberem como pertencente aos domínios morais e, quando questionados sobre as conseqüências desse comportamento, pensavam apenas no que poderia acarretar para eles próprios. Mesmo assim, acreditavam ser uma deliberação pessoal e que, quando percebessem que beber abusivamente os estava afetando, poderiam resgatar o controle sobre suas ações.

Um mesmo tema apresenta conteúdos de dois domínios, que podem entrar em conflito. Muitas vezes, decisões convencionais ou pessoais entram em contradição com os conceitos morais. Analisar a situação como sendo moral ou social depende da atividade interpretativa realizada pela pessoa. A interpretação que ela fará está, condicionada às interações que a mesma teve durante seu desenvolvimento. Se uma criança, nas suas experiências interpessoais, tem a possibilidade de analisar uma questão como pertencente a dois domínios, as conseqüências de tal ação é que irão determinar sua inclusão num ou noutro domínio. Quando, na sua vida, defrontar-se com a mesma

situação, terá condições melhores de interpretá-la como sendo convencional, moral ou pessoal. O comportamento de beber poderia ilustrar essa questão. Quando, no seu desenvolvimento, o jovem tem oportunidade de discutir a ingestão de bebidas alcoólicas como sendo um comportamento aceitável numa festa, tendo propriedades de socialização – convencional. Porém, quando foge aos parâmetros tidos como aceitáveis e com conseqüências desastrosas tanto para a pessoa embriagada como para os participantes da festa, o ato de beber modifica seu caráter adquirindo propriedades morais.

Os conteúdos dos domínios sociomorais são experienciados no processo de interação da criança com os adultos. Assim sendo, passar a interpretar os conceitos como pertencendo a este ou aquele domínio está relacionado com os limites oferecidos pelos adultos de seu meio. Se a criança depende, durante seu desenvolvimento, dos cuidados dos adultos, a idéia de liberdade é dada à criança pelo adulto. O que ela pode ou não fazer, o que é fruto ou não de sua escolha, o que deve ou não ser considerado certo ou errado, ela constrói a partir dos modelos que recebe e de como os adultos lidam com essas questões.

Devemos destacar também a força que o grupo exerce sobre os jovens determinando seus hábitos e comportamento. Às vezes, o jovem pode julgar de uma forma incorreta o fato de embriagar-se, mas cede às convenções socioorganizativas do grupo. Para não ficar de fora, embora julgue moralmente incorreto, continua a beber sob pressão da turma. Observamos, de acordo com Smetana (1985), que há um decréscimo da autoridade dos pais sobre o comportamento dos adolescentes no que se refere àquilo que consideram questões pessoais. Como os adolescentes julgam que a ingestão de bebidas

alcoólicas está incluída no domínio pessoal, não reconhecem os adultos como autoridade para controlar as quantidades ingeridas. Acreditam que só passando pela experiência de beber embriagando-se, poderão, a partir das conseqüências, deduzir seus efeitos. Aprender com a experiência é um dos pressupostos da teoria construtivista. Ninguém, no entanto, precisa aprender que o fogo queima, colocando a mão sobre ele. A possibilidade de se ferir é aprendida pelas propriedades que dela se infere, por modelo, pelas orientações obtidas das pessoas significativas. Por que o mesmo não se aplica na questão da ingestão, em excesso, das bebidas alcoólicas? Quando, às vezes, uma única experiência de embriaguez pode ser fatal?

Os jovens, na maioria das vezes, não reconhecem os adultos – pais, professores – como aptos para controlar o consumo de bebidas. Isso pode ocorrer pela forma como o controle é feito ou por acreditarem que eles não podem falar sobre o assunto por também beberem exageradamente. Acreditam que está autorizado a dar exemplos aquele que já passou pela experiência. Mas, ao mesmo tempo, depoimentos de ex-alcoolista não atingem o efeito esperado ou mesmo, como reforça Aratagy (1998, p. 12), podem “confirmar a onipotência adolescente, fazendo-os acreditar que, como o depoente, serão capazes de largar a droga quando assim o desejarem”.

Devemos ressaltar que, numa sociedade competitiva como a nossa, que prioriza as realizações individuais, a ênfase recai sobre os conteúdos de cunho pessoal, evitando mesmo debater as questões sociais e morais. Dessa forma, os jovens se espantam quando questionados se beber abusivamente pode ser incluído no rol dos temas morais. Observamos uma perplexidade quando confrontados com essa possibilidade. Enquanto estão participando das baladas

não interpretam suas atitudes e beber se embriagando passa ser condição. Não percebem como possibilidade divertir-se sem a presença do álcool.

O fato de perceberem como improvável o encontro com o grupo sem a presença de bebidas alcoólicas pode estar relacionado às propagandas das mesmas. A idéia de divertimento, ócio, sucesso profissional e pessoal é fortemente associada às campanhas de substâncias alcoólicas. Para o jovem que se encontra num período de formação e construção de sua identidade a ilusão anunciada é assimilada de tal forma que passa a comportar-se como os personagens das propagandas. Snyders e colaboradores (2006) da Universidade de Connecticut, realizaram uma pesquisa tendo como objetivo analisar os efeitos da exposição a propagandas de álcool no comportamento de beber em jovens. Concluíram que uma exposição constante e atrativa leva o jovem a ingerir ou aumentar seu consumo de bebidas alcoólicas e que, mesmo aquele que nunca havia experimentado antes, pode fazê-lo após contato com as propagandas.

Diante dessa constatação não seria o caso de os órgãos de saúde pública avaliarem a possibilidade de proibir essas campanhas publicitárias que só trazem benefícios para as empresas fabricantes, assim como o fizeram com o tabaco? Pretensão demais? O mesmo se pensava sobre os cigarros e, graças a intervenção de diferentes setores, hoje é uma realidade.

Além das propagandas, vivemos, no Brasil, uma situação de impunidade na questão de venda de bebidas alcoólicas para menores de dezoito anos. A lei que proíbe tal prática existe, mas não é observada pelos comerciantes, e não há uma vigilância efetiva para o cumprimento da mesma. Por outro lado, quando os donos do estabelecimento atendem ao disposto na lei, medidas de controle são implementadas pelos jovens. Os menores solicitam aos pais

velhos que efetuem a compra e, fora do estabelecimento consomem a quantidade que desejarem. Parece que estamos diante de um círculo vicioso sem possibilidade de rompimento.

As tentativas das campanhas publicitárias de prevenção e necessidade de beber com moderação têm se mostrado ineficazes. Os adolescentes pouca ou nenhuma atenção dão a elas. Acham mesmo graça e se divertem com os avisos colocados no final das propagandas. BEBA COM MODERAÇÃO ou SE BEBER NÃO DIRIJA, SE DIRIGIR NÃO BEBA. Essa última, então, não os afeta de forma alguma, pois não têm habilitação para dirigir, e os pais, como serão responsabilizados caso seus filhos sejam pegos nessa contravenção, são mais atentos para este fato do que para o consumo de álcool. Após mostrar uma realidade paradisíaca, associada à bebida em questão, advertem que devem fazer uso dela com moderação. A mensagem é contraditória, pois parece que para se ter tudo aquilo anunciado, deve se beber muito, quanto mais melhor.

As campanhas de prevenção do Ministério da Saúde também não alcançam seus objetivos, isto é, diminuir o número de acidentes que têm como causa a ingestão de álcool. Mesmo fazendo exposição parcial ou sugestiva sobre as conseqüências da associação direção/álcool, não se tem notícias de seus efeitos. Na visão de “super-homens” dos jovens, eles continuam a acreditar que nunca serão alvos de situações semelhantes. As conseqüências desastrosas dessa combinação não ocorrem apenas no trânsito, mas proporcionam o envolvimento em comportamentos de risco como quedas, brigas, relacionamentos sexuais sem proteção, entre outros, com seqüelas tão nocivas quanto os

acidentes de carro. Portanto, as iniciativas, nesse sentido, devem estar mais próximas da realidade dos adolescentes e jovens.

As atividades proporcionadas pelas escolas visando à conscientização para um uso responsável de bebidas alcoólicas também não alcançam seus objetivos. São realizadas, às vezes, de forma pontual, isoladas do cotidiano escolar (Aratangy, 1998). Os alunos realizam as atividades propostas visando à aquisição de notas, cumprem-nas apenas para atender as exigências curriculares do processo acadêmico. São, muitas vezes, pesquisas minuciosas, com excelente material gráfico, mas não há apropriação por parte daqueles que as fizeram, se é que realmente o fizeram. Ter informação detalhada sobre os efeitos, causas e conseqüências do uso de álcool não necessariamente leva a uma alteração nas práticas do comportamento em questão. Essas atividades são vistas como maçantes, repressivas e aborrecidas. Assim que as concluem caem no esquecimento, não adquirindo significado na vida de quem as fez.

Devemos pensar, então, no desenvolvimento de propostas que possam realmente levar os jovens a desenvolverem o hábito de beber com responsabilidade. As propostas devem levar em consideração tanto os jovens que já se encontram no hábito de beber abusivamente como aqueles que ainda não se iniciaram nessa prática.

Turiel (1984), no desenvolvimento de sua teoria dos domínios sociais, observou que, desde muito cedo, as crianças são capazes de diferenciar entre as questões morais, convencionais e pessoais. O que as fazem estabelecer essa diferenciação são as situações experienciadas por elas e as interações e negociações delas decorrentes. Isso deve ser levado em consideração numa proposta de educação e prevenção para o comportamento de beber com

responsabilidade. O assunto, portanto, não deve ser abordado apenas quando se acredita que o jovem estará mais exposto às possibilidades de consumir bebidas alcoólicas, mas deve se iniciar bem mais cedo, principalmente, se atentarmos para o fato de que, de acordo com o último levantamento realizado pelo CEBRID (GALDUROZ, 2005) a idade para o início do consumo de bebidas alcoólicas foi de 12,3 anos.

Tanto pais como escola, e o ideal seria que um em colaboração com o outro, devem, desde cedo, trabalhar no sentido de discutir as implicações de um beber responsável. A perspectiva a ser adotada deveria ser mais ampla e não se restringir apenas a atividades pontuais e isoladas, como uma aula ou lição de moral sobre o tema. Esses recursos não têm efeito sobre o jovem principalmente se vêem que aqueles que pregam o fazem incoerentemente com a forma que se comportam. Como pais podem exigir de seus filhos uma atitude responsável em relação à bebida, se eles mesmos não a têm? Como professores podem almejar que suas explicações sobre os efeitos e complicações advindas do uso abusivo do álcool surtam resultados, se seus alunos os vêem embriagar-se nas festas de formatura ou em bares locais? A incoerência entre o que é ensinado e os comportamentos adotados não promove a credibilidade em quem os observa.

As situações de conflito como notícias de acidentes provocados pela embriaguez ou mesmo ocorrências vividas pelos próprios alunos, pais ou professores devem servir não como julgamento rígido e condenação sumária, mas sim como oportunidade para se questionar e refletir sobre o ocorrido e as formas de evitá-lo. As experiências a serem analisadas e refletidas devem estar associadas ao contexto do jovem. As propostas de discussão devem evitar o uso

de repressão que mais instigam o contra controle do que promovem comportamentos autônomos.

Ao pensar numa proposta de educação e prevenção para o uso de álcool, a escola não pode restringi-la a uma disciplina ou professor específicos, mas todo o projeto pedagógico deveria contemplar essa questão. Envolver os alunos na construção desse projeto poderia ser uma iniciativa estimulante e desafiadora para eles. A relação entre escola e pais deve ser de parceria e não de busca de culpados. Os encontros e reuniões promovidos entre esses dois segmentos devem ser de acolhimento por parte da escola dos problemas enfrentados pelos pais e tentativa conjunta na busca de soluções.

Levar os jovens a construírem uma perspectiva de seu comportamento de beber abusivamente, deixa de ser uma questão pessoal e assume características morais quando suas conseqüências têm efeitos deletérios si e para os outros. Isso exige que pais, professores, órgãos públicos se envolvam na compreensão de como se dá essa construção e as possibilidades de intervenção que ela oferece. Dessa forma, poderemos, no futuro não mais nos chocar com notícias tais quais a relatada no começo dessa seção.

Acreditamos também, que as questões colocadas neste trabalho merecem continuidade e maior abrangência objetivando um aprofundamento de aspectos relacionados ao hábito de beber abusivamente pelos jovens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. et al. Validação de uma técnica para o estudo do consumo de drogas em estudantes. *Revista ABP-APAL*. v. 11, n. 1, p. 13-24, 1989.

ARATANGY, L. R. O desafio da prevenção. In: AQUINO, J. G. (Org). *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.

ARAUJO, U. F. *Um estudo da relação entre “ambiente cooperativo” e julgamento moral na criança*. Campinas, 1993. 208f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas.

ASCH, S. E. *Psicologia social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.

BAER, J. S. et al. Brief intervention for heavy-drinking college students: 4-year follow-up and natural history. *American Journal of Public Health*, v. 91, p. 1310-1316, 2001.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARBOR, T. F. et al. *AUDIT - the alcohol use disorders identification test: guidelines for use in primary health care*. Genebra: World Health Organization/PAHO, 1992.

BARBOR, T. F. et al. *AUDIT: teste para identificação de problemas relacionados ao uso de álcool*. Ribeirão Preto: PAI-PAD, 2005.

BERKOWITZ, M. W.; GUERRA, N.; NUCCI, L. Sociomoral development and drug and alcohol abuse. In: KURTINES, W. M.; J. L. GEWIRTZ, J. L. (Eds.) *Handbook of moral behavior and development*. Hillsdale, New Jersey : Lawrence Erlbaum, 1991. (vol. 3: Application).

BOCK, A. M. B. et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BORSARI, B.; CAREY, K. B. Effects of a brief motivational intervention with college student drinkers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 68, p. 728-733, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CARLINI, E. A. et al. *Levantamento nacional sobre o uso de psicotrópico em estudantes de 1º e 2º graus - 1989*. São Paulo: CEBRID/Escola Paulista Medicina, 1990.

CARLINI, E. A. et al. *I levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001*. São Paulo: CEBRID\UNIFESP, 2002.

CARLINI-COTRIN, B.; CARLINI, E. A. O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na cidade de São Paulo. Parte I: Estudantes de primeiro e segundo graus na rede estadual. *Revista ABP-APAL*, v. 9, n. 2, p. 49-58, 1987.

DAVIDSON, P.; TURIEL, E.; BLACK, A. The effect of stimulus familiarity on the use of criteria and justification in children's social reasoning. *British Journal of Developmental Psychology*, v. 1, n. 1, p. 49-65, 1983.

DIMEFF, L. A. et al. *Alcoolismo entre estudantes universitários: uma abordagem de redução de danos*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

FIGLIE, N. B. *Motivação em alcoolistas tratados em ambulatório específico para alcoolismo e em ambulatório de gastroenterologia*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Escola Paulista de Medicina. Universidade Federal de São Paulo.

FIGLIE, N. B.; BORDIN, S.; LARANJEIRAS, R. *Aconselhamento em dependência química*. São Paulo: Roca, 2004.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAG, B. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. Campinas. São Paulo: Papirus, 1992.

GALDURÓZ, J. C. F. et al. *V levantamento sobre consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo: UNIFESP-CEBRID, 2005.

GEIGER, K. M. e TURIEL, E. Disruptive school behavior and concepts of social convention in early adolescence. *Journal of Educational Psychology*, v. 75, p. 677-85, 1983.

GIBBS, J. C. Social process in delinquency: The need to facilitate empathy as well as sociomoral reasoning. In W. M. Kurtines & J. L. Gerwitz (Eds). *Moral development through social interaction*. New York: Wiley Interscience. 1987.

GIBBS, J. C. et al. Facilitation of sociomoral reasoning in delinquents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 37-45. 1984.

JOHNSTON; L. O.; O'MALLEY, P. M.; BACHMAN, J. G. *Monitoring the future: national results on adolescent drug use. Overview of key findings 2002*. [S. I.] National Institute on Drug Abuse, U.S. Department of Health and Human Services, 2003.

KERR-CORRÊA, F. et al. *O levantamento do uso de álcool e de drogas e das condições gerais de vida dos estudantes da UNESP – 1998*. São Paulo: Fundação Vunesp, 2001a. v.14.

KERR-CORRÊA, F. et al. Levantamento do uso de álcool e drogas por estudantes da UNESP - 1998. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALCOOLISMO E OUTRAS DEPENDÊNCIAS, 13. *Anais...* 1999. p. 31.

KERR-CORRÊA, F. et al. Prevenção: avaliação da eficácia de intervenção breve para estudantes da UNESP que fazem uso excessivo de bebidas alcoólicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ALCOOLISMO, TABAGISMO E OUTRAS DEPENDÊNCIAS, 14., 2001, Gramado. *Resumos...* Gramado, RS: ABEAD – Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas, 2001b. p. 22.

KERR-CORRÊA, F.; SIMÃO, M. O.; MARTINS, R. A. Prevenção ao uso de álcool por estudantes universitários. In: FREITAS, C. C.; SILVA, L. D. da. *Drogas nas universidades*. São Leopoldo: Editora da Ulbra. No prelo.

KOHLBERG, L. *Essays on moral development: the philosophy of moral development*. San Francisco: Harper and Row. Vol.1. 1981.

KOHLBERG, L. *Essays on moral development: the philosophy of moral development*. San Francisco: Harper and Row. Vol.2. 1984.

LA TAILLE, Y. J. J. M. R. A. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. G. (Org). *Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

LEPRE, R. M. *Raciocínio moral e uso abusivo de álcool por adolescentes*. 2005. Tese (Educação [Marília]) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

MARLATT, G. A. et al. Harm reduction for alcohol problems: early intervention reduces drinking risks in college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 66, p. 604-615, 1998.

MARTINS, R. A. *Construção do conhecimento social: categorias de justificação e critério de julgamento*. 1991. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Pós-Graduação em Psicologia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ.

MARTINS, R. A. Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sócio-moral em adolescentes que bebem excessivamente. 2006. 211f. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista, 2006.

MARTINS, R. A.; MANZATO, A. J.; CRUZ, L. A. N. O uso de bebidas alcoólicas entre adolescentes. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (Orgs.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ., 2005. p. 301-326.

M.E.C. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MENDEZ, E. B. *Uma versão brasileira do AUDIT - Alcohol Use Disorders Identification Test*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1999

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento moral: refletindo com pais e professores. In: MACEDO, L. (Org.). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MILGRAM, S. *Obedience to authority: an experimental view*. New York: Harper & Row, 1974.

MILNISTSKY-SAPIRO, C. teorias em desenvolvimento sociomoral: Piaget, Kohlberg e Turiel – possíveis implicações para a educação moral na educação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, out/dez. 2000, p. 7-14.

MILNISTSKY-SAPIRO, C. Desenvolvimento sócio-moral e aspectos culturais do parentesco. *Psicol Teoria e Pesquisa*, v. 12, n. 1, 1996, p. 71-82.

MURPHY, J. G. et al. (2001). Relative efficacy of a brief motivational intervention for college student drinkers. *Psychology of Addictive Behaviors*, v. 15, p. 373-379, 2001.

MUSSEN, P. H. et al. *Desenvolvimento e personalidade da criança*. 2. ed. São Paulo: Habra, 1988.

NUCCI, L. Conceptions of personal issues: a domain distinct from moral or societal concepts. *Child Development*, v. 52, p. 113-21, 1981.

NUCCI, L.; NUCCI, M. S. Children's social interactions in the context of moral and conventional transgressions. *Child Development*, v. 53, n. 2p. 403-412, 1982.

NUCCI, L.; GUERRA, N.; LEE, J. Adolescent Judgments of the personal, Prudential and normative aspects of drug usage. *Developmental Psychology*, v. 27, n. 5, p. 841-848, 1991.

NUCCI, L. *Psicologia moral e educação: para além das crianças "boazinhas"*. *Educ.Pesqui.*, São Paulo, v. 26, n. 2. jul/dez. 2000.

PAPALIA, D.; OLDS, S. W. *Desenvolvimento humano*. 7. ed. Porto Alegre: Artmed. 2000.

PEELE, S. A moral vision: how people's values determine whether they become and remain addicts. *The Journal of Drug Issues*, v. 17, p. 187-215, 1987.

PIAGET, J. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1932..

PIAGET, J. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

_____. A teoria de Piaget. In: MUSSEN, P. (Org.). *Manual de Psicologia da criança*. São Paulo: EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense. 1986.

PINSK, I.; BESSA, M. A. (Org.). *Adolescência e as drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

SCARIN, A. C. C. F. *O desenvolvimento da noção de respeito em crianças da Educação Infantil*. 2003. Dissertação (Educação [Marília]) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SCIVOLETTO, S. Relação entre consumo de drogas e comportamento sexual de estudantes de 2º grau de São Paulo. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 21, n. 2, p. 87-94, 1999.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. *Aprendendo a ser e a conviver*. São Paulo: FTD, 1999.

SILVA, N. P. Estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada entre os estudantes. *Psicol. Estud.* V.9, n.2 Maringá mai/ago. 2004.

_____. Entre o público e o privado: ensaio sobre o valor da lealdade à palavra empenhada na contemporaneidade. São Paulo, 2004. 197f.

SILVA, V.A. da; MATTOS, H. F. Os jovens são mais vulneráveis. In: PINSK, I.; BESSA, M. A. (Org.). *Adolescência e as drogas*. São Paulo: Contexto, 2004.

SMETANA, J. G. Preschool children's conceptions of moral and social rules. *Child Development*, v. 52, p. 133-36, 1981.

SMETANA, J. G. *Concepts of self and morality*: women's reasoning about abortions. New York: Praeger. 1982.

SMETANA, J. G. Preschool children's conceptions of sex-role transgressions. *Child Development*, v. 57, p. 862-71, 1986.

SMETANA, J. G. Preschool children's conceptions of transgression: effect of varying moral and conventional domains-related attributes. *Development Psychology*, v. 21, p.18-29, 1985.

SMETANA, J. G.; TURIEL, E. Morality during adolescence. In: ADAMS, G. R.; BERZONSKY, M. (Eds.), *The blackwell handbook of adolescence*. Oxford, UK: Blackwell, 2003. p.246-268.

SPSS. SPSS. Chicago: SPSS Inc. 2003.

SNYDER, L. et al. Effects of alcohol advertising exposure on drinking among youth. *Arch. Pediatr. Adolesc. Med.*, v. 160, p. 20-24, 2006.

TISAK, M.; TURIEL, E. Children's conceptions of moral and prudential rules. *Child Development*, v. 55, p. 1030-1039, 1984.

TURIEL, E. Domain-specific. social judgments and domains ambiguities. *Merrill-Palmer Quarterly*, v. 35, p. 89-114, 1989.

TURIEL, E. *El desarrollo del conocimiento social: moralidad y convencion*. Madrid, Espana: Closas-Orcoyen, S.L. Poligono Igarsa Paracuellos del Jarama, 1984.

TURIEL, E. Domain-specific social judgments and domain ambiguities. *Nerrill-Palmer Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 89 -114, jan. 1989.

TURIEL, E. The development of social concepts: mores, customs and conventions. In: De Palma, D. J.; Foley, J. M. (Eds.) *Moral development:current theory and research*. Hilsdale: Erlbaum, 1975.

.

APÊNDICES

APÊNDICE A: AUDIT

LEVANTAMENTO DE USO DE ÁLCOOL ENTRE ADOLESCENTES DE LONDRINA

Nome:				
Endereço:				
Escola:	Turma:	Série:	Idade:	Sexo:

2. Na sua casa vocês possuem (assinale com um X na quantidade correspondente)

		0 – não tem	1 - um	2 - dois	3 - três	4 ou +
2.1	Televisão (cores)					
2.2	Rádio					
2.3	Banheiro					
2.4	Automóvel					
2.5	Empregada Mensal					
2.6	Aspirador de pó					
2.7	Maquina de lavar roupa					
2.8	Vídeo cassete e/ou DVD					
2.9	Geladeira					
2.10	Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)					

3. Assinale o grau de instrução do chefe da família

Analfabeto / Primário incompleto	
Primário completo / Ginásial incompleto	
Ginásial completo / Colegial incompleto	
Colegial completo / Superior incompleto	
Superior completo	

4. Cite a sua religião:

INSTRUÇÕES PARA RESPONDER AS QUESTÕES DE NÚMEROS 5 A 18
Nas questões de número 5 ate 11 cada dose equivale

1 coquetel (batida)	1 garrafa de ICE	1 dose de pinga ou whisky a 40% (36 ml)
1 lata de cerveja (355 ml)	1 taça de vinho (150 ml)	

Nas questões de números 1 a 3 faça um círculo ou um X na opção correspondente a sua resposta e na questão 8 coloque o número de vezes pedido (caso não tenha bebido coloque zero)

5. Lembre da ocasião que mais bebeu neste mês. Quanto você bebeu?

- (0) 0 doses
(1) 1 a 2 doses
(2) 3 a 4 doses
(3) 5 a 6 doses
(4) 7 a 8 doses
(5) Mais que 8 doses

6. Com que frequência você bebeu bebidas alcoólicas no mês passado?

- (0) Não bebi
(1) Aproximadamente uma vez por mês
(2) 2 a 3 vezes por mês
(3) 1 ou 2 vezes por semana
(4) 3 a 4 vezes por semana
(5) Quase todos os dias
(6) Uma vez por dia ou mais

7. Nos últimos 30 dias quantas doses você bebeu, em média, nos finais de semana? [some o que você bebeu nos finais de semana (de 6^a feira a noite ao domingo) e divida por 4]

- (0) 0 doses
(1) 1 a 2 doses
(2) 3 a 4 doses
(3) 5 a 6 doses
(4) 7 a 8 doses
(5) Mais que 8 doses

8. Nos últimos 30 dias quantas vezes você bebeu 5 ou mais doses em uma única ocasião?

9. Com que frequência você toma bebidas de álcool?

- (0) Nunca
(1) vez por mês ou menos
(2) Duas a quatro vezes por mês
(3) Duas a três vezes por semana
(4) Quatro ou mais vezes por semana

10. Nas ocasiões em que bebe. Quantas doses costuma tomar?

- (0) Nunca
(1) 3 ou 4 doses
(2) 5 ou 6 doses
(3) 7 a 9 doses
(4) 10 ou mais doses

11. Com que frequência você toma “seis ou mais doses” em uma ocasião?

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| (0) Nunca | (3) Uma vez por semana |
| (1) Menos que uma vez por mês | (4) Todos os dias ou quase todos |
| (2) Uma vez ao mês | |

12. Com que frequência, durante o último ano, você achou que não seria capaz de controlar a quantidade de bebida depois de começar?

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| (0) Nunca | (3) Uma vez por semana |
| (1) Menos que uma vez por mês | (4) Todos os dias ou quase todos |
| (2) Uma vez ao mês | |

13. Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu cumprir algum compromisso por causa da bebida?

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| (0) Nunca | (3) Uma vez por semana |
| (1) Menos que uma vez por mês | (4) Todos os dias ou quase todos |
| (2) Uma vez ao mês | |

14. Com que frequência, durante o último ano, depois de ter bebido muito, você precisou beber pela manhã para se sentir melhor?

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| (0) Nunca | (3) Uma vez por semana |
| (1) Menos que uma vez por mês | (4) Todos os dias ou quase todos |
| (2) Uma vez ao mês | |

15. Com que frequência, durante o último ano, você sentiu culpa ou remorso depois de beber?

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| (0) Nunca | (3) Uma vez por semana |
| (1) Menos que uma vez por mês | (4) Todos os dias ou quase todos |
| (2) Uma vez ao mês | |

16. Com que frequência, durante o último ano, você não conseguiu se lembrar do que aconteceu na noite anterior por causa da bebida?

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| (0) Nunca | (3) Uma vez por semana |
| (1) Menos que uma vez por mês | (4) Todos os dias ou quase todos |
| (2) Uma vez ao mês | |

17. Alguma vez na vida você ou alguma outra pessoa já se machucou, se prejudicou por causa de você ter bebido?

(0) Não

(4) Sim, no último ano

(2) Sim, mas não no último ano

18. Alguma vez na vida algum parente, amigo, médico ou outro profissional da saúde já se preocupou com você por causa da bebida ou lhe disse para parar de beber?

(0) Não

(4) Sim, no último ano

(2) Sim, mas não no último ano

Questões 19 e 20: assinale a resposta de acordo com a pergunta.

19. Considerando o último ano, algum membro de sua família bebeu a ponto de causar problemas em casa, no trabalho ou com amigos?

() Não

() Sim

20. Se respondeu SIM na questão anterior assinale o membro da família.

() Pai

() Mãe

() Irmão (ã)

() Outro

APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas

Analisando suas respostas no questionário, observei que de vez em quando você manda um pouco a mais... Fala me um pouco sobre isto...

O que é ficar alterado para você?

Já lhe aconteceu de dar vexame por ter bebido muito?

Quem você acredita que é importante para moderar, obedecer?

Como fica esta questão de beber muito frente às meninas, isto é a paquera?

Na sua família, vocês têm o hábito de beber? Quando?

Você acha que quando os pais bebem com frequência, isto pode influenciar para que os filhos bebam também?

O que você pensa sobre as orientações dadas na escola, na televisão, na mídia em geral, sobre o uso de bebidas alcoólicas?

Você acha que beber pode levar a usar outras coisas?

Como você classifica este comportamento de beber?

Quando está bebendo, você se preocupa se isto pode causar algum problema, para os ou para si próprio?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

Observamos, atualmente, que os jovens vêm fazendo uso abusivo de álcool, cada vez mais cedo e numa intensidade cada vez maior. Preocupada com esta questão, eu, SOLANGE MARIA BEGGIATO MEZZARROBA, estou desenvolvendo uma pesquisa, que faz parte de minha tese para obtenção do grau de Doutor, junto a UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, UNESP, Campus de Marília.

A pesquisa tem como título: A CONSTRUÇÃO DOS DOMÍNIOS SOCIAIS EM ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL e tem como principais objetivos:

1. Identificar os alunos que vêm fazendo uso abusivo de álcool;
2. Analisar quem os adolescentes reconhecem como sendo autoridade na regulação deste hábito.

Buscando atingir estes objetivos será feito um levantamento com alunos da 3ª série do Ensino Médio, para isto será aplicado um instrumento padronizado (AUDIT). Este instrumento possibilitará identificar aqueles adolescentes que vêm consumindo álcool em quantidades elevadas. Após a aplicação deste instrumento serão selecionados alguns alunos para a realização de uma entrevista. Nesta entrevista procurar-se-á analisar quem o entrevistado reconhece como sendo autoridade para controlar seu consumo de álcool.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para o desenvolvimento de projetos e políticas de prevenção e tratamento buscando evitar os efeitos e conseqüências do beber excessivo.

Informo que possuo autorização da instituição para realizar esta pesquisa.

Sendo assim, eu solicito o seu consentimento para incluir seu filho como participante da pesquisa, já que o mesmo é menor de idade. Asseguro manter sigilo

de todas informações recolhidas, atendendo os princípios éticos que devem nortear a pesquisa e nossa profissão.

Informo ainda, que em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa, no caso eu, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. O contato comigo pode ser feito à Rua Pio XII nº 585, 1º andar, Londrina, Paraná, ou pelo telefone 3322-3928 ou 9993-2305.

É garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem nenhum prejuízo a ambas as partes.

As informações obtidas serão analisadas e será garantido o anonimato dos participantes. Quanto aos resultados parciais e finais você terá direito de manter-se informado.

Desde já agradeço sua valiosa colaboração.

_____ Data ____/____/____

Assinatura do pesquisador

Eu, _____, pai (ou responsável) de _____ fui suficientemente informado sobre a pesquisa tendo ficado claro para mim quais os propósitos do estudo, os procedimentos a serem analisados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos pertinentes. Ficou claro também que minha participação e de meu filho é isenta de despesas e pagamentos. Concordo voluntariamente que meu filho

participe deste estudo e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo”.

_____ Data ____/____/____
Assinatura pai ou responsável

_____ Data ____/____/____
Assinatura - aluno

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido para participação neste estudo.

APÊNDICE D: Transcrição de uma entrevista

S: Guilherme, analisando suas respostas no questionário, vi que de vez em quando vc manda um pouco. Fala um pouco sobre isto...

G: Bem, não tem dia marcado assim para eu beber, tipo assim, este fim de semana vou beber....mas geralmente, final de semana acontece porque a gente vai sair com o pessoal, então...as vezes vai num bar tipo, Espetinhos, Valentino uma coisa assim. Ou então é mais freqüente um churrasco. No churrasco sempre tem a cerveja ali, então...é aquela coisa. Tipo sexta-feira a gente vai dar uma volta, a gente sempre toma uma ou outra mas 90% das vezes. Sábado já é praticamente de lei, assim e domingo quando a gente não tem nada para fazer a tarde assim, a gente vai....Quanto a beber dia de semana assim, é bem mais raro, óbvio, né. Mas por ex., se tem um dia que a gente tem jogo de futebol e tal, e depois do jogo eu posso sair. Quando o jogo é a noite e a gente vai jogar na Arena, ou na casa de alguém as vezes a gente senta lá acaba tomando uma cerveja ou outra mas, ao ponto de ficar alterado. A gente toma mais, porque sei lá... futebol... estava ali...sai e vai tomar uma cerveja. Apesar de a própria cerveja desidratar mas....

S: E sábado e domingo, ai fica alterado?

G: Olha varia daí mas, tipo...vc vê que é...

S: O que é ficar alterado para vc?

G: Acho que ficar....eu não bebo para ficar alterado, ficar bêbado já ou para ter aquela desinibição ou para ter uma facilidade com socialização assim, Óbvio que tem muita galera, acho que até a maioria toma e já...com a intenção de ficar pelo menos alegre, assim sabe. Eu de vez em quando toma com este intuito também mas, é mais naa gente vai fazer um churrasco no final de semana e vc vai tomando vc não vai percebendo. Vc toma ai acaba vc pega outra latinha, outro copo e vai tomando. É óbvio que chega uma hora que vc esta...vc vê que esta já mais...com uma desenvoltura maior assim. Mas eu quando percebo que estou começando...ou que vejo que vou passar mal do estomago ou que já estou ficando feio, daí paro mesmo. E procuro intercalar, não tomar só cerveja porque mas pelo dano de desidratação então sempre tomo um refrigerante, uma água. E como é em churrasco assim eu geralmente como bastante. Daí eu acabo não ficando...quer dizer é raro...Faz bastante tempo que não passo mal de estomago, de vomitar e tal. Faz bastante tempo mesmo, eu não gosto disso, não gosto também de dar trabalho para os outros, não gosto de criar situações indelicadas assim tal, nem ficar meio feio assim na frente dos outros, então eu num...

S: Já aconteceu?

G: Já, já aconteceu ainda mais no começo, quando vc esta descobrindo assim...ainda quando vc começa tomar. Ainda mais, não sei se porque foi muito cedo mas é por que também não tomava muito. Mas é o que ...estava na sétima série eu já, tipo não sempre...sétima eu tinha 13, 14 anos...mas, eu não tomava todo fim de semana, era raro mas, era tipo, tomava uma latinha de cerveja já via que

estava meio....um pouquinho zozzo assim. Então nesta época de começar a descobrir assim, eu lembro que sempre aparecia alguém oferecendo alguma coisa, tipo uma vodcka, tomava um pouquinho e já ficava meio assim. Então nesta época já aconteceu de passar mal, umas 3, 4, 5 vezes. E era aquela coisa assim, tipo pá Não vou mais beber daí dava um mês ou dois v c bebia de novo. Dava uma dessa. Mas, acho também que era falta de maturidade realmente, também assim. Porque até hoje vc vê gente que fala assim Ah! vou beber para ficar bêbado, hoje quero passar mal, tipo assim. Ai eu já vou contra....Eu bebo mais pelo, pelo...clima e pelo prazer de beber. Gosto de sentar com meus amigos tomar uma cerveja, e tal. Mais cerveja assim porque quanto a destilado eu acabo nem...quando tomo, tomo bem pouco para evitar de passar mal. Por que bebida mais forte, como vodcka assim é super raro eu tomar. Quando tomo é uma caipirinha, só...quando vou em algum lugar. Acho que não gosto pela própria sensação de passar mal, aquele enjôo ou então não conseguir focalizar a coisa direito, acho que é bem desagradável.

S: Vc disse que começou beber aos 13 anos...

G: É de 13 para 14, porque faço aniversário no fim do ano e sempre andei com gente, por ex. um ou dois anos mais velho do que eu e uns poucos da minha idade.

S: E o que seus pais acham ou achavam, quando isto acontecia?

G: Olha...agora quando vejo que estou ficando...então já corto já, não chego em casa alterado. Mas, que cheguei bêbado em casa se foi...foi 1 ou 2 vezes, assim. Era coisa assim que estava bêbado mas, já tinha me recuperado. Então ninguém nem percebeu nada, no máximo o bafo assim, o cheiro da bebida. Antes bebia mais destilado, agora já não tomo mais. Mas, quando comecei a beber sempre desde de pequeno, meu pai e minha mãe me instruíam "Não, vc não deve beber, não vai beber, não vai beber."E quando fosse beber que o fizesse bem pouquinho, experimentasse, só. Não aceitar bebidas de estranhos, bababa. Isto eu fui bem instruído...Não é questão de desobedecer mas, eu tipo ia lá...o pessoal...praticamente é normal, né, vc fazer uma coisa ou outra escondido de seus pais, para vc mesmo conhecer assim...dá um negócio, uma sensação de liberdade, não sei. Mas, no começo eles não sabiam que eu bebia tal. Agora eu tenho uma liberdade maior é neste ano mesmo. Este ano fiz 17 anos, tarara e o que ajudou um pouco eles entenderem que eu tenho uma certa responsabilidade é ter passado no vestibular. Acho que o medo maior é vc ser irresponsável. Por que vc vê, ainda mais minha mãe que trabalha em colégio, tem contato com a molecada, ela sabe, por ex. fim de semana, esta todo mundo tendo um porre, lá. Passando mal, gente que toma glicose...eu nunca tive que tomar glicose na vida. E quando eu saio, eles ainda falam "Olha não vai beber muito, não vai exagerar, tal ...mas já são mais tranquilos por que eles já sabem que eu manero, que eu não vou assim para ficar bêbado mesmo.

S: E vc acha que estas orientações deles foram e são importantes?

G: AH! eu acho. Acho que por mais que vc não vá seguir elas a risca...é bom vc ter elas. Porque por ex. acho que vamos dizer que algum garoto ou garota que os pais não têm esta conversa assim e tal e ele vai lá e começa a descobrir por si mesmo. Daí acho que ele não tem aquela mesma assimilação de entender que aquilo tudo faz mal só por ele mesmo. Acho que demora um pouco mais, acho que pode causar

um dano maior e tal. Até porque hoje assim quando penso....quando estava na sétima série era um moleque de nada sei lá. Na oitava também eu não sabia nem o que estava fazendo direito...eu nem pensava por mim mesmo direito e ia querer de me achar “Bom ah! estou bebendo, não sei o que...” isto acontece, é óbvio, tipo o cara de beber tipo ah! vai lá tomando uma cerveja e galera tudo olhando...o cara fica se “achando”. O duro que também os pais tipo não terem esta conversa...é porque eu sempre tive quanto a tudo assim...álcool, cigarro...eu sou o mais velho....eu observava que gente os pais que não tinham tanta conversa assim, eles eram ... porque tem até uns pais que liberam mas, o pai conversa e o filho modera até por ele mesmo assim, que acho também que é correto mas, daí varia de cada caso assim, de cada família. Os pais conhecem o filho que tem daí para ver como é que é. Mas, é vc vê que aqueles pais que não tiveram esta conversa a molecada já ia, tipo...começava no álcool daí já fumava um cigarro ali por este fato de todo mundo..”Nossa! e tal assim...ai eu acho..lógico não é negligência total dos pais assim, não tem nada ver assim...mas é tipo o papel dos pais....acho que tipo a família e mesmo o colégio pode ter um desempenho bom assim, quanto a formação assim. Eu tive um colégio que foi muito bem nisso....

S: Vc estudou o tempo todo neste colégio?

G: Não, eu entrei agora no primeiro colegial quando mudei para Londrina. Antes estudava no Colégio Regina Mundi lá em Maringá e era colégio religioso de Irmãs mas, mesmo assim eles não.... o que eu achava bom a postura deles é que tinha aulas de ensino religioso, filosofia e as vezes tinha uma aula vaga ou outra que eles encaixavam com alguma orientação. E desde a quarta, quinta série eu tive orientação sexual, quanto a álcool também, drogas. Tipo tem colégio que não é nem de Irmãs mas têm medo de falar nisso. Eu acho que lá por ser uma colégio de irmãs e falarem nisso acho que foi bem, uma parte boa deles assim que contribuiu em boa parte de minha formação assim considero de lá. Mas mesmo assim, é óbvio, tem a galera que exagera de lá também, sempre vai ter, né?

S: Quem que vc acredita que é importante para moderar, obedecer?

G: Olha, eu acho que tipo assim, ter esta noção que tem que manerar nas coisas e evitar o excesso foi, óbvio, teve uma grande participação, por ex. vamos dizer é 40, 50% de eu mesmo de na própria experiência, porque depois que vc passa uma vez mal, vc começa a ter aquela coisa assim beba mas,....por mais que falem sempre dos danos do álcool, os males parara, Vc acaba não levando em conta. Até que chega uma hora que vc, sabe? Cai a ficha assim daí vc entende. É meio estranho...o fala, fala mas vc não absorve direito. Mas eu acho que os outros 50, 60% maior parte ai são os pais com a educação. Tipo assim, desde o começo, quando numa certa idade, ainda novo, mesmo que vc não vai beber. Acho que é interessante eles já irem falando. Esta outra coisa da formação do colégio. Da TV assim, mídia e os próprios amigos. Por ex, se estou num lugar e estou começando a ficar alterado mas vc esta naquele ânimo... porque acontece... tipo uma vez entre várias de vc acabar exagerando, nem se dar conta disso, não por querer assim e tal.Ou as vezes vc quer sair, tipo sabe? Não esta nem ai....algum amigo geralmente fala, tipo OH! Cara vc já esta...vc esta bem ainda, tal. Ou até mesmo quando a pessoa esta dando vexame. Eles vão e falam “Olha, meio, corta a bebida do cara” Quanto a dar vexame para mim faz...se eu dei foi quando passei mal assim mas faz bastante tempo. Então

comigo a galera, pelo menos meus amigos... a maioria eles não vão beber para ficar bêbado mas, beber pelo prazer assim....

S: Os amigos dão este toque....

G: Sim mas, se vc estiver num meio que seus amigos também extrapolam para caramba, ai vai todo mundo passar aml e..então não adianta. Acho que se vc tem que ter a sorte de achar um meio legal ali. Mas, não só proque tem um cara que sempre passa mal que eu vou evitar sair com o cara. Uma hora ele vai se tocar também, eu acho pelo menos...eu mesmo antes passava mal...não passei muitas vezes mas...foi menos de 10 com certeza que eu já cheguei a vomitar e tal. Mas, foi mais aquele começo assim e tal.

S: E a direção...

G: É eu sou menor de idade e não dirijo mas, tem gente que dirige mesmo sendo menor. Mas, quando a gente vai saireu vejo bastante assim, gente que esta alterado...visivelmente alterado, tanto maior quanto menor de idade e dirige... eu não pego carona com gente assim. Não pego nem a pau mesmo. Mas, é tem cara que vai lá sai com a gente mesmo sendo menor ou maior e ele toma ali 1 ou 2 cervejas para e diz " Não,vou dirigir"Daí para dá duas horas ai volta para casa. Evita daí beber toma um pouquinho no começo daí pára. Mas é porque também o cara tem consciência . Tem vezes que eu também cara tomar, tomar, tomar e fala "Ah! Vou embora" já sai dirigindo. Já cara que nem conseguia sair com o carro....daí diz "Ah! vou dar mais um tempo aqui...."

S: E as meninas...

G: Olha, no começo aquela...vamos dizer, sétima série, oitava elas olhavam assim tipo...com admiração. Já ali no primeiro, segundo colegial uma ou outra começa a beber também. Óbvio que sempre tem...acho que é mais ou menos como os homens assim. Tem umas que bebem daí vai entrando mais e mais e assimvai indo. E vai mudando a mentalidades delas também. Tem aquela época que elas dizem assim "Ah! sei lá...tipo assim se vc começar a passar mal é óbvio que elas não gostam também. Também é outro motivo porque a galera dá uma freada também é por isso.Mas, este ano pelo menos o que mais tenho visto é mais meninas do que homens passando mal, sabe? Talvez porque os homens tomam um pouco mais e ganham mais resistência, não sei o peso corporal talvez influi. Mas, é que também geralmente elas não conhecem assim. Porque as meninas são presa em casa assim pelos pais de pai e mãe não deixar sair. Então tem algumas que quando sai daí querem fazer tudo que não fizeram todo o tempo naquele dia. Então vc vê assim mais meninas extrapolando, misturando destilado com fermentado, cerveja, vinho, vodcka vc olha assim e pensa "Essa ai vai passar mal..." daí acaba passando mal. Tipo passar mal feio assim é mais mulheres do que homens na maioria assim dos lugares. Mas, varia de ambiente para ambiente. Tem churrasco...que nem eu tenho amigas assim que tomam com a gente mas, tomam tipo, menos ou igual, moderadamente e param também. Também meninas têm aquela situação delicada assim...se elas dão vexame fica mais feio e tal.

S: Perde ponto para vc?

G: Ah! eu acho que perde sim...sim, sim, perde sim. Eu não ligo por ex. se a menina bebe ou não. Isto aí para mim tranquilo mas, agora mesmo quanto amigo assim as vezes, quanto as meninas ...vc vai, vc sabe que o cara vai lá e não te ouve, não ouve ninguém começa a beber, beber, beber, passa mal, vomita, dá trabalho, dá aquele vexame e tal. Vc acaba ficando meio assim...que nem eu não...eu nunca tive esta situação de estar ficando com uma menina e ela tipo passar mal assim....mas não que eu evite de ficar com menina que bebe. Até porque acho que não tem sentido, eu também bebo mas, eu também não vou extrapolar. Eu gosto de alguém que tem esta noção de moderação. Que sei que não vai causar problemas para ninguém ali. Mas perde ponto sim...já aconteceu de eu estar afim de uma menina e ir lá e tipo...sabe sair conversando depois daí vai lá e ficar com ela mas antes disso ela passar mal, daí ah! desanda, nunca mais vou atrás mesmo. Mas já menina passar mal antigamente, ou até um tempo mas, depois ela cria esta noção e não bebe mais assim para passar mal. Então acho que não tem problema sempre alguém vai dar uma extrapolada ou outra. Faz parte do próprio crescimento da pessoa, ela mesma perceber as coisas. Porque por mais que falem ela só vai saber mesmo quando ela passar por esta situação. Adianta os pais falarem mas, não é só isto...porque se os pais falarem "Olha, não vai beber hoje"Tipo ela não vai deixar de beber porque o pai ou a mãe falou, sabe? Não, isto 90% das vezes...porque se a pessoa tiver vontade, porque acontece dela própria não ter vontade, mas se o pai e a mãe proibir, por ex, a menina tiver vontade se oferece uma duas vezes ela dá tipo, uma bicadinha que seja ela dá. Por mais que tenha medo assim dos pais. Por que eu também quando era mais novo eu também tinha medo que eles percebessem alguma coisa e dessem bronca. Então bebiam antes ficava quieto, assim...tomava água...mas estas coisas de chegar com bala na boca nunca assim, nunca porque acho que é a coisa que mais dá na cara.

S: Na sua família, vcs têm o hábito de beber em festas, etc?

G: No Natal e Ano Novo a gente sempre dava uma bicadinha num champanhe mas, uma taça ou outra, minha mãe moderava, ou então um ponche mas, minha mãe moderava. Mesmo que eu quisesse mais. Meus primos, pelo lado do meu pai, eles bebem mais, em festa assim mas, quando era já vi meu pai bêbado, meu tio bêbado mas, não era tão bêbado como vejo a galera ficar hoje. Acho que é aquela coisa assim, que todo mundo sai uma vez na vida sai fora do comum e extrapola. De vez em quando, acho que até por um certo lado faz bem, não sei, é como sair da rotina. Até vc pensa"Poxa, meu pai é normal, mesmo"> Mas, por ex., meu primos todos eles bebem assim mas, um primo por parte da minha mãe, filho da minha madrinha, eu lembro que a família inteira, do lado da minha mãe, pegava no pé dele. A mãe dele a irmã, por causa dele beber bastante. Mas, tipo minha própria prima, a irmã dele, também bebia. Era hipócrita assim ela falar. Minha mãe também metia a boca nele por beber bastante, por que ele passava mal várias vezes assim. Mas, ele não era do tipo que bebia e saia dirigindo assim, ou então que bebia e ia fazer alguma besteira e tal. Então, eu saia com ele também ele bebia mas, eu não ficava numa situação indelicada assim.

S: Vc acha que quando os pais bebem com freqüência, isto pode influenciar para que os filhos bebam também?

G: Olha, eu acho que contribui. Em casa assim era só nestas situações de Ano Novo, Natal assim. Minha avó tal. Mas, quando morava em outra cidade, meu pai ia jogar sinuca, bebia assim, mas, para mim era normal ver. Até bem de vez em quando ele oferecia um golinho de cerveja mas, nada bastante assim. Se eu fosse sair ele dizia assim, quando voltava perguntava se eu tinha bebido, falava para mim não beber. Mas que vc ver todo dia seu pai ou sua mãe bebendo acho que isto influi sim para vc beber. Por que vc pode falar: "Vcs fazem porque não posso fazer também". Fica sem moral. Eu lembro quando era pequeno, meu pai e um amigo dele tinha um hábito de tomar uma latinha de cerveja todo dia. Até meu pai parou e o amigo dele continuou. Acho que isto é normal, porque ele não está extrapolando nem nada, ele está tomando ali pelo prazer de tomar uma cerveja assim como vc toma pelo prazer de tomar uma coca-cola. Não porque tem álcool ali, que vc já vai chamar o cara de alcoólatra. Mas acho que influi sim. Ainda mais se vc vê que seu pai passa mal este final de semana, outro mês passa mal de novo dando vexame. Acho que vc fica mais propício para tomar.

S: G. vc com sua experiência aprendeu a manejar vc acha que isto acontece com todo mundo?

G: Olha acho que pode acontecer, até porque hoje assim é raro eu beber. Mas as vezes vc pergunta se tem cara que pode ou não vir a ser um alcoólatra.. Mas pelo fato assim que vc vê que tem gente que bebe, bebe, bebe não fica nenhum pouco alterado e continua a bebendo e quase todos os dias. Tem um cara lá que morava aqui mas mudou, ele está com problema no fígado de tanto beber. Ele bebe tipo assim, o que eu bebo no final de semana ele bebe quase todos os dias. Ele tem 17 anos aí vc fala assim "Nossa!". O cara já é alcoólatra, pelo menos observando assim, um médico pode falar melhor mas, eu acho que é. Acho que tanto o cara que bebe todo dia assim e o cara que bebe só final de semana exagerado, quanto o cara que bebe todo final de semana moderado pode ficar alcoólatra. Por ex. tem vezes que tem festa a semana inteira assim, tipo aniversário assim e vc bebe um pouco cada dia, chega no final de semana também, leva um pouco na outra semana, aí vc dá uma olhada assim e....Comigo já aconteceu...ah! daí eu fala assim "Vou dar uma parada" É que tem gente que vc observa que deve influir assim, genética também, tanto quanto a própria educação e o meio da pessoa mesmo. Mas acho que varia de pessoa para pessoa.

S: Vc se preocupa com esta possibilidade?

G: Não é uma preocupação constante assim que me persegue assim, quando vou beber eu penso "Nossa será que vou virar alcoólatra"? Não tenho isto, mas por ex. se eu ficar um mês sem bebido eu fico tranquilo, por ex. Sai num final de semana e não tem bebida eu penso "Ah! Tudo bem" tomo uma água, um refrigerante, apesar de não gostar tanto, ou suco assim para mim é tranquilo. Então eu não tenho tanto assim esta preocupação mas, eu penso assim será que isto é comportamento assim. Antes me preocupava mais, quando minha chegava e fala "Cuidado, vc toma uma aqui, outra amanhã. Vc vai ficar alcoólatra, vc vai ficar alcoólatra. Vc vai ficar igual seu tio" Meu tio não era um alcoólatra assim mas ele bebia direto, sabe? Acho que ele está no limiar do alcoolismo assim. Sei lá mas, agora já não tenho mais assim...é óbvio que sempre fica um pontinha assim mas, não é algo que eu me

lembre sempre. É raro eu me lembrar. Mas é...eu modero daí, acho que acaba me segurando.

S: O que vc acha destas propagandas da TV contra o consumo de álcool. Tipo BEBA COM MODERAÇÃO?

G: Olha, primeiro: a propaganda da cerveja definitivamente não atinge nada. Por vai lá mostra mulheres bonitas por mais....por ex. eu não vou beber porque Ah! tem mulher bonita! Ou porque tem um sirizinho correndo, por que eu acho engraçado. Então, mas ali esta fazendo mkt da marca, vc conhece ela, vc vai comprar ela para ver como é que é mas, vc não...aquele BEBA COM MODERAÇÃO não vai influenciar em nada. Não funciona nada, não leva em conta. Agora estas propagandas do governo eu acho que 90% são fracas. Tipo assim, vc olha lá falando Não dirija alcoolizado. Sabe, pelo menos em mim não tem aquele impacto psicológico assim...acho que propagandas mais agressivas assim, poderiam dar uma...pelo menos uma assustada. Mas não é este susto que vai fazer vc moderar, até uma conscientização também.

S: Mais agressiva do que morrer?

G: Não, mas porque eles não mostram o cara morto, se mostrassem seria mais agressivo. Eu lembro que tinha uma propaganda foi veiculada nos EEUU, me mandaram por e-mail... estava um motorista bêbado dirigindo e bateu no carro de uma garota sóbria, ela nunca bebia. Ela ficou tipo...o motorista acho que morreu e ela ficou tipo, totalmente deformada vários problemas. Acho que isto tem um peso maior. Aparecia ela toda machucada....Pelo menos quando a dirigir embriagado assim. Vc pensa: "Pó, isto pode acontecer". Mas é porque eu também já vi...pelo menos tinha sempre no meu colégio algum cara que ia lá dar uma noticia que tinha morrido alguém...estava dirigindo embriagado, bateu e morreu. Pô, daí um cara embriagado bate no carro da galera que esta todo mundo sóbrio e morreram! Isto dá mais impacto, por que é uma questão que vc esta fazendo mal ao outro, entende. Não sei é uma questão diferente. Por que vc pensa: "Pó estraguei a vida de alguém". Estragar a própria vida tem problema também. Mas é o seguinte, vc esta bebendo e vc não esta vendo automaticamente tipo : "Eu estou estragando minha vida", a não ser a hora que vc sai bêbado dirigindo e bate...ai vc cai na real e nunca mais bebe e dirigi. Mas, vc vendo assim, vc tem um medo maior de fazer mal. Apesar que isto nunca aconteceu comigo assim mas, eu tenho mais medo de estragar a vida de alguém lá do que a minha. Esta coisa até que os pais falam: "Ah! não pensa que nunca vai acontecer com vc". Parte disso é verdade. Vc pensa "Ah! nunca vou bater" mas por ex. eu nem sei dirigir ainda mas, eu acho que nunca iria dirigir alterado. Até por que quando eu chego num estágio mais...que estou com mais álcool no corpo ali, já estou meio bêbado...até para se concentrar nas coisas já é mais difícil, imagina para dirigir. Eu já tentei dirigir são assim e foi totalmente sem coordenação. Então, eu tenho este medo assim...a questão da política assim de fazer as propaganda e os pais falarem acho que pode ajudar. Mas vc tem um medo de estragar mais o outro do que vc mesmo. Porque é mais visível...vc vê uma situação imediata que nem um acidente de carro, do que vc bebendo ficar com uma cirrose que é daqui a 40 anos. Apesar que apesar como falei do meu amigo já com 18 anos já ficou...

S: Como então vc avalia este comportamento de beber assim...

G: Acho que é natural do ser humano, porque vc vê que em várias culturas todo mundo bebe assim. A questão é de não exagerar, porque tem até aquela frase ENTRE O REMÉDIO E A DROGA FREQUENCIA DO USO É A DOSE. Porque acho que moderadamente vc toma ali, óbvio que vai ter um caso ou outro na exceção, que vai gerar um alcoolismo, mas ai vai da própria pessoa perceber dos que estão em volta. Mas, eu acho que não é ruim nem bom, acho natural. Óbvio que pode trazer coisas ruins com certeza mas, também pode trazer coisas boas...o prazer de vc esta lá com o pessoal, conversando...porque vc vê que as vezes é diferente de vc estar ali sem beber e bebendo, é visível, vc acaba se relacionando melhor assim, dá a impressão uma percepção melhor do outro assim, vc percebe melhor. Vc fica mais espontâneo também. Mais verdadeiro. Claro que tem gente que extrapola, tudo que não podia falar da vida dela depois se ferra causa isto. Mas ai é quando passa do uso moderado assim...acho que moderando é bom, sim. Deve ser característica cultural mesmo. Mas, não é só da idade assim, óbvio que eu também acho...que nem, acho que é ruim bebida quando vc é pequeno, novo...o ideal é quando vc já tem uma certa formação pessoal, própria mesmo. Mas sem exagerar....

S: Vc acha que beber pode levar a consumir outras coisas?

G: Olha, não sempre mas, com certeza pode levar. Assim, por ex., como naquele caso a galera esta bebendo e Ah! vamos fumar assim...tanto para aparecer para os outros como para outros motivos tipo querer experimenta algo, sabe? A bebida pode favorecer, não sempre mas, pode. Mas, em todos os casos assim. Eu já várias pessoas tipo, ali começa beber, daí fuma um cigarro, aí... a maioria das pessoas experimentam maconha e param assim, pelo menos que eu conheço. Mas já conhecia até viciado assim, tanto pelo meu colégio de Maringá que levava a gente em lares de viciados, como também gente no meu meio assim. Já sai com gente que já tem um vicio até em outras drogas assim. Acho que pode levar sim, com certeza. Foi depois da bebida...apesar de que eu pessoalmente tenho duvida se foi a bebida que levou a isto ou começaram antes da bebida. Porque com 12,13 anos vc não tem contato com traficante é muito difícil. Mas, eu já vi gente que não bebe, nunca foi de beber e fuma maconha. Mas, também tem esta visão de moderar também, que nano tem interesse de ir para outras drogas é só maconha. Mas acho que é variada de pessoa para pessoa mas, acho que com certeza se a pessoa não tiver uma boa formação ela com este uso do álcool ela vai acabar levando a outras drogas. Ela não vai saber se controlar, a moderar. Uma boa parte... Eu já tive oportunidade de experimentar. Cigarro eu nunca pus na boca....já experimentei cannabis mas foi por conhecimento assim, sabe? Mas, não foi ...foi depois de ter bebido mas, não foi por causa da bebida assim de querer algo mais forte ou diferente, sabe? Eu quis fazer uma experiência....mas já tive oportunidade de experimentar cocaína, crack...não de amigo meu mas, vc esta em algum lugar e alguém te oferecer assim...mas, eu não tenho o mínimo interesse assim, pelo menos é questão de ver também assim, os efeitos que provocam...eu não tenho interesse nem nos efeitos que ela provoca nem nos danos, por que vc vê assim que é altamente viciante. Eu converso com gente que é ex viciado mas....

S: É mais viciante que o álcool?

G: Ai eu não sei....porque o álcool é liberado. Se vc quiser vc vai lá na padaria ali do lado e compra uma cerveja, o acesso é bem mais fácil. Ai eu não sei quanto ao grau de...de...quão viciante ela é mas, eu não tenho interesse algum, sabe? Eu até amigos, é um ou outro assim não é nem que andam comigo, eu conheço assim me dou bem, que fazem uso da cannabis mas, eles também não têm interesse de usar mais nada. Já vi gente que tinha interesse e usou mas, é ...quando o cara não tem interesse ele geralmente não vai usar porque tem gente que usa mais como...mais ou menos como o álcool, não tão recreativo....tem uns que usam para relaxar, ou por problemas estas coisas todas. Eu já tive várias oportunidades de maconha, cogumelo, LSD, crack também uma vez já me chamaram mas, eu nunca. Eu evito até se tem algum ambiente que tem estas drogas pesadas que eu sei eu nem me enfio, porque sempre vai ter num show ou alguma coisa assim vai ter um ou outro cara mas, tem lugares que são festas que são propriamente para aquilo. E pelo menos evito estes lugares...cocaína, crack, estas coisas pesadas eu saio de perto. Até porque as pessoas que usam vc vê uma certa agressividade algumas delas. Ai vem aquela coisa né? Vc não sabe se ela está sendo ela mesma, e ela é mesmo agressiva ou se a droga causa isto. Mas...eu não gosto. Até gente que exagera com cannabis assim eu já evito sair, saio meio de perto assim.

S: O colégio que vc frequentou até a oitava série faz um trabalho muito, e este hoje que vc estuda?

G: Olha, quanto ao Fundamental eu não sei porque não estudei lá mas, eu acho que no primeiro, segundo, terceiro...eu não acho que ele faz um trabalho pedagógico assim. Porque acho que eles são muito preocupados somente com o vestibular, a universidade é segundo plano assim. Eles só querem que vc passe no vestibular e acabam esquecendo esta formação pessoal. É um colégio que eu entrei lá e...vi só estudo...não tem nada. Óbvio que as vezes tem um trabalho comunitário como teve no primeiro, no segundo ano e para quem quisesse continuar no terceiro também daria. Que era envolvido com aquelas gincanas e tal. Eu acho isto bom. Mas acho que deveria ter mais projetos. Não sei se porque eu sou acostumado no outro colégio, que sempre tinha várias coisas durante todos os anos. E também tinha o pessoal do ensino religioso que tentava organizar encontros nos finais de semanas....visitas a asilos, lares de drogados...sempre tinha. E até fora disto... o próprio colégio levava para as salas, para quem não participava destes encontros, fazia umas visitas obrigatórias durante as aulas. Por ex. fomos jogar bola lá com o pessoal lá do lar de drogados. Então tinha toda aquela conversa, uma interação. Eu acho que isto faz muito bem para formação como pessoa. Até para vc conhecer e saber evitar por ex. vícios estas coisas...assim como vc vê...vc muda sua opinião. Eu lembro que tinha uma opinião que iria ver uns caras acabados, um bando de cara que iria querer passar a gente para trás e vi que eram pessoas normais...tem muita gente que acha que as pessoas só porque são viciados o cara não merece respeito nem nada. E o colégio não tem esta parte assim. No máximo eles falam alguma coisa ou outra mas, não tem uma boa formação. Não é programado assim...

S: Mais alguma coisa que vc gostaria de falar.....

G: Não acho que sei lá, acho que falei tudo.....